

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO- *STRICTO SENSU* NÍVEL DE
MESTRADO EM GEOGRAFIA

SOLANGE QUEIRÓZ RIBEIRO

**A TERRITORIALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO
NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM
MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**



FRANCISCO BELTRÃO-PR

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO- *STRICTO SENSU* NÍVEL DE
MESTRADO EM GEOGRAFIA

SOLANGE QUEIRÓZ RIBEIRO

A TERRITORIALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO
NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM
MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* Francisco Beltrão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente.

Orientador: Professor Doutor Marcelo Dornelis Carvalhal

FRANCISCO BELTRÃO-PR

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon - PR.,
Brasil)

R484t	Ribeiro, Solange Queiróz A territorialização e a organização do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável em municípios da região Oeste do Paraná / Solange Queiróz Ribeiro - Francisco Beltrão, 2012. 197 p. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2012. 1. Cooperativas. 2. Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR). 3. Territorialização. 4. Catadores de Materiais Recicláveis - Organização do trabalho I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título. CDD 22.ed. 331.798 305.56 361.3 CIP-NBR 12899
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A TERRITORIALIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL
DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM MUNICÍPIOS DO OESTE
DO PARANÁ

Autora: Solange Queiroz Ribeiro
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Solange Queiroz Ribeiro e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 14 / 08 / 2012

Assinatura:

Solange Queiroz Ribeiro

Comissão Julgadora:

Marcelo Dornelis Carvalho

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho (UNESP/
OURINHOS)

José Luiz Zapella
Prof. Dr. José Luiz Zapella (UNIOESTE)

Marcelino Andrade Gonçalves
Prof. Dr. Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS/
Nova Andradina)

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família, meu pai Luiz, minha mãe Regina, aos meus irmãos Deusdt, Walter, David, Eliezer, Joel, Daniel, Ezequiel, Nair e Isabel, a minhas cunhadas Cida e Elisiana e aos meus sobrinhos Joel Gabriel, Rafael, Natanael e a Sara.

Agradeço em especial ao meu orientador Professor Doutor Marcelo Dornelis Carvalho pela orientação e amizade, além de sua dedicação e sugestões, fatores fundamentais para conclusão deste trabalho.

Ao Fernando Mendonça Heck pela contribuição e correção no texto.

Ao meu amigo Douglas Cristian Coelho pelo empréstimo do computador que foi possível na elaboração do Relatório de Exame de Qualificação, confecção dos mapas e pela amizade.

Aos meus amigos Marcos, Paulo, Teresa, Irma e Janete pela amizade.

Ao Erwin Backer Marques pela estadia em Foz do Iguaçu e pelas dicas no trabalho de campo.

Aos professores João Edmilson Fabrini e Fernando dos Santos Sampaio pelas contribuições dadas no Exame de Qualificação.

Aos colegas da AGB – Seção Local Marechal Cândido Rondon.

Aos colegas do GEOLUTAS.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

À Secretária do Programa de Pós- Graduação em Geografia, Andréia pela dedicação.

À Fundação Araucária pela bolsa de estudo concedida.

Aos trabalhadores das cooperativas de Foz do Iguaçu e Cascavel.

Aos demais familiares e colegas.

RESUMO

Entender a Territorialização e a Organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR na região Oeste do Paraná enquanto movimento social organizado, em específico nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel foi o principal objetivo deste trabalho. Frente às prerrogativas do capital, o movimento dos catadores busca espacializar suas ações e territorializar-se em todas as regiões brasileiras contra a territorialização hegemônica do capital, que procura lugares propícios, trabalhadores fragilizados e despolitizados para o processo de acumulação ampliada do capital, que tem em sua retórica a reprodução e acumulação, por meio da mão de obra barata e precária dos trabalhadores catadores, embora estes busquem organizar-se em cooperativas/associações para adentrar ao mundo do trabalho de forma menos precária, meio pelo qual os catadores têm buscado formalizar a atividade, porém o cooperativismo apresenta suas contradições. Para compreender a territorialização do movimento, bem como a organização dos catadores em cooperativas, na luta contra os entraves do capital, foram estudadas duas cooperativas de reciclagens nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu (microrregião Oeste do Estado Paraná), sendo as duas cooperativas em processo de articulação com o MNCR. A cooperativa COAAFI, formada em 2003 e totalizando 50 trabalhadores cadastrados e a outra, a COOTACAR, formada em 2008, e totalizando 35 trabalhadores cadastrados. Ambas as cooperativas buscam a articulação com o Movimento na tentativa de melhorar as condições de trabalho e renda dos trabalhadores catadores. Desta forma, destaca-se, o envolvimento dos catadores aqui estudados com o MNCR, ou seja, a base local com a base nacional há um distanciamento entre ambos. O MNCR, nos seus dez anos de luta, não formou militantes suficientes para espacializar e territorializar suas ações em todas as regiões do Brasil, embora existam outros elementos que o independem de desempenhar suas ações enquanto movimento social organizado, como a dependência de recursos providos de políticas governamentais e entidades religiosas, assim fragmentado a luta dos catadores, ou ainda, as ações e reivindicações do MNCR não estão articuladas regionalmente.

Palavras-Chave: Trabalho; Cooperativas; Organização do trabalho; MNCR; Territorialização.

RESUMEN

Comprender la territorialización y la organización del Movimiento Nacional de los Materiales Reciclables – MNCR – en la Región Oeste del Paraná, como movimiento social organizado, en específico en los municipios del Foz do Iguaçu y Cascavel fue el objetivo principal de este trabajo. Frente a las Prejogativas del capital, el movimiento de los catadores busca espacializar sus acciones y territorializarlos en todas las regiones brasileñas contra la territorialización hegemónica del capital, que buscan lugares favorables, en donde los trabajadores sean flacos y desposetivados, para el Proceso de capital e producción hacer el proceso ccumulación alargada del capital, que tiene en su retórica la reproducción y acumulación, por médio de la mano del obra barata y precaria de los trabajadores catadores , aunque ellos busquen en organizalos en cooperativas/ Asociaciones para adentrarlos en a lo mundo del trabajo de forma menos precária, en médio pelo cuál los catadores hay buscado formalizar la actividad, excusa el cooperativismo presentea sus contradicciones. Para comprender la territorialización del movimiento, como las organización de los catadores en cooperativas, en la lucha contra a las trabas del capital, fueram estudiadas dos cooperativas de las municipalidades de Cascavel y Foz do Iguaçu (Paraná microregón del Oeste), siendo los dos cooperativas en proceso de Articulación con el MNCR La, cooperativa COAAFI, formada 2003 y totalizando 50 trabajadores catastrados y la otra , la COOTACAR, formada en 2008, y totalizando 35 trabajadores catastrados. Ambas las cooperativas buscan la articulación con el Movimiento em la tentativa de mejorar las condiciones de trabajo y renda de los trabajadores catadores. De esta forma, és en destaque, el involucrimiento de los lcatadores aquí estudiado con el MNCR, o sea, la base local con la base nacional hay un alejamiento entro ellos. El MNCR, en sus diez años de lucha, no formo militantes suficiente para distribuir en el espacio y territorializar sus acciones em todas las regiones del Brasil, aunque hay otros elementos que lo idependen de desempeñar sus acciones, como movimiento social organizado, como la dependencia de los recursos institucionales provinidos de la políticas gubernamentales políticos y entidades religiosos, así fragmentandos la lucha de los catadores, o aún, las acciones y reivindicaciones del MNCR no estan articuladas regionalmente.

Palabras llaves: Trabajo; Cooperativas; Organización del Trabajo; MNCR; Territorialización

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Lista Figuras, Fotos, Gráficos, Quadro e Tabelas	9
Lista de Abreviaturas e Siglas	10
CAPÍTULO 1 - COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRADIÇÕES, E PRECARIEDADE DO TRABALHO NA CATAÇÃO DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO OESTE DO PARANÁ	20
1.1 – Economia solidária e cooperativismo: alternativas à precarização do trabalho? ...	21
1.2 – A conjuntura das cooperativas de reciclagem no Brasil.....	33
1.3 O trabalho na catação de resíduos recicláveis e a permanência da precariedade do trabalho	45
CAPÍTULO 2 - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A LUTA DOS CATADORES PELO RECONHECIMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	67
2.1 - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil de (1999/ 2011)	67
2.2 - O MNCR no contexto das lutas.....	92
2.3 - Mobilizações e lutas dos catadores no Paraná	104
2.4 - Mobilizações e luta dos catadores nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel.....	112
CAPÍTULO 3 - A ORGANIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MNCR NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	128
3.1 - O Quadro atual da consciência política dos catadores nas cooperativas de reciclagem de Foz do Iguaçu e Cascavel.....	129
3.2 - Experiências, semelhanças e algumas particularidades na organização do trabalho na catação de materiais recicláveis nas respectivas cooperativas de catadores: COAAFI e COOTACAR	133
3.2.1 - Quem são os trabalhadores catadores?.....	133
3.3- Dinâmicas geográficas da organização do trabalho das cooperativas de reciclagem COOTACAR e COAAFI	146
3.3.1 - A cooperativa de catadores da cidade de Foz do Iguaçu – Paraná.....	147
3.3.2 - A cooperativa de catadores da cidade de Cascavel	156
3.4 - A formação dos Comitês Regionais na região Oeste do Paraná e a possível territorialização do MNCR nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
ANEXOS	191

LISTA DE FIGURAS, FOTOS, GRÁFICOS, MAPAS e TABELAS

Figura 1- Localização da Área de Estudo.....	13
Figura 2- Modelo da Cadeia Produtiva de Reciclagem Idealizado pelo Movimento.....	32
Figura 3- Organograma do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	79
Figura 4 - Cadeia Produtiva de Reciclagem.....	83
Figura 5 - Lógica do MNCR para Comercialização dos produtos	98
Figura 6 - Espacialização dos Comitês Regionais no Paraná	110
Figura 7 - Municípios Pertencentes à região Oeste do Paraná e respectiva Presença de Associações e Cooperativa nos Municípios	118
Foto 1 - Lâmpadas Fluorescentes – Cooperativa COOTACAR Cascavel/PR	53
Foto 2 - Catadores Classificando Resíduos Recicláveis em Foz do Iguaçu/PR	54
Foto 3 - Catadores Classificando Materiais Recicláveis em Cascavel/PR	55
Foto 4- Condição de Trabalho dos Catadores na Área Interna – COOTACAR COAAFI.....	57
Foto 5 - Carrinho Elétrico desenvolvido pela Itaipu em Parceria com o MNCR	58
Foto 6- Mobilizações de catadores no Litoral do Paraná – Luta pelos direitos Negados em Antonina	105
Foto 7- Protesto de Catadores Individuais em Foz do Iguaçu Contra Decreto Estadual à Destinação dos Resíduos Recicláveis à Cooperativa de Catadores.....	114
Foto 8 - Espaço Interno do Antigo Local de trabalho Localizado na Rua Carlos Gomes Cascavel/PR.....	122
Foto 9- Sede da COAAFI de Foz do Iguaçu	153
Foto 10 - Catador Prensando os resíduos no Barracão do Porto Belo	154
Foto 11 - Caminhão Adquirido Entre Parceria com a FUNASA.....	163
Foto12 - Infra-estrutura Interna da COOTACAR na Avenida Barrão do Rio Branco-Cascavel/PR	165
Foto13- Sede da Cooperativa COOTACAR na Avenida Barrão do Rio Branco – Cascavel /PR.....	166
Gráfico 1- Número de Catadores em Ascensão no País	38
Gráfico 2 - Abrangência do Cadastro do MNCR por Região no Brasil.....	43
Gráfico 3 – Faixa Etária dos Trabalhadores e Trabalhadoras da COOTACAR e COAAFI.....	134
Gráfico 4 – Anos de Inserção dos Catadores da COAAFI e COOTACAR no Trabalho de Reciclagem	143
Quadro 1 - Compreensão sobre o trabalho coletivo e individual dos catadores das cooperativas COOTACAR e COAAFI	41
Tabela 1 – Renda dos Catadores Entrevistados.....	58
Tabela 2 – Motivos que os Levaram os Catadores da COOTACAR e da COAAFI para Catação dos Recicláveis - 2011	135
Tabela 3 – Experiência Profissional dos Trabalhadores catadores das Cooperativas de Cascavel e Foz do Iguaçu/PR	138
Tabela 4 – Escolaridade dos trabalhadores Catadores Entrevistados	139
Tabela 5 – Procedências dos Catadores de Foz do Iguaçu e Cascavel/PR	141
Tabela 6 - Preços Pagos Pelos Resíduos Recicláveis na Sede da COAAFI	155

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP3 – Bacia do Paraná Três
FBB – Fundação Banco do Brasil
CATAFORTE – Projeto de Fortalecimento do Cooperativismo e do Associativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis
CBO – Classificação Brasileiro de Ocupações
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEVE - Reciclagem dos Resíduos Sólidos em Londrina
CEMPRE – Centro Empresarial Para Reciclagem
CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis
COAAFI – Cooperativa de Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu
COOPAMARE - Cooperativo dos Catadores Autônomos de Papel e Materiais Reaproveitáveis
COOTACAR - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel
CPTMR - Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis de Cascavel
EPIs - Equipamentos de Proteção Individual
ES – Economia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FUNASA - Fundação Nacional da Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC – Iniciação Científica
IPEA - Pesquisas Econômicas Aplicadas
IEP-Instituto de Engenharia do Paraná
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAF – Organização de Auxílio Fraternal
ONGs – Organizações não Governamentais
PNRS - Política Nacional de Resíduos Recicláveis Sólidos
PSAU - Serviços Ambientais Urbanos
TAC - Termo de Ajustamento de Condutas
SNES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Informações em Economia Solidária



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A realização desta pesquisa e a inserção no mestrado se tornaram possíveis por meio da pesquisa de Iniciação Científica (IC) desenvolvida durante a graduação em Geografia no PIBIC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/UNIOESTE intitulada “O trabalho dos catadores de material reciclável em Cascavel e a territorialização da organização coletiva na COOTACAR (cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável)”, concluída em 2009.

Naquela pesquisa, procurou-se compreender a organização coletiva dos trabalhadores catadores na cooperativa COOTACAR, tendo como base de pesquisa as discussões presentes na Geografia do Trabalho. Assim, considerando-se que a ciência geográfica tem como categorias de análise o espaço, o lugar, a região, a paisagem e o território, sustenta-se a possibilidade da utilização dos conceitos no processo de compreensão do conceito de trabalho na Geografia.

Nesse sentido, a pesquisa de Iniciação Científica constituiu a preparação intelectual, e a estimulação necessária à realização do estudo em questão, em nível de pós-graduação.

Verificou-se, na IC neste percurso, que os catadores, embora vivendo em condições de extrema precariedade da condição da vida e do trabalho, entendem seu papel importantíssimo na sociedade, como também sua situação de explorados e subordinados na cadeia produtiva do mercado da reciclagem. Tais entendimentos, apreendidos na trajetória de vida, na luta pelo trabalho coletivo e nos encontros de catadores e reuniões com grupos já estruturados há mais tempo, estimulou os trabalhadores catadores a se auto-organizar, na tentativa de obter melhores condições de trabalho e renda.

Assim, a trajetória de vida e de trabalho, fez com que esses sujeitos se mobilizassem em grupo para pressionar o Estado, no caso, o poder público local, a disponibilizar infra-estrutura adequada para que eles pudessem desenvolver a atividade de maneira autônoma, sem a interferência da Prefeitura e de intermediários, pois, vendendo os recicláveis recolhidos diretamente à indústria recicladora, possibilitava/possibilita ganhos maiores aos catadores no momento da comercialização dos resíduos recicláveis.

Neste estudo, buscou-se analisar quais os motivos que levaram os trabalhadores catadores a se organizarem coletivamente na cooperativa para autogerir seu próprio negócio, como também a territorialização do trabalho na catação, no município de Cascavel. Ao mesmo tempo procurou-se entender a articulação desses sujeitos aos demais grupos de catadores da região Oeste paranaense e de outras regiões do estado do Paraná, e sua articulação com o MNCR. A relação de ambas as partes, naquele momento, era incipiente, no entanto, hoje pouco tem alterado o envolvimento dos catadores com o Movimento nestes quatro anos de aproximação entre os catadores e MNCR.

Na pesquisa de mestrado intitulada “A territorialização e a Organização do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável na Região Oeste do Paraná”, buscou-se compreender as ações do movimento na região Oeste do Paraná enquanto movimento social organizado. A fim de entender a dimensão da realidade do trabalho dos catadores de Cascavel e Foz do Iguaçu, organizados em cooperativas de catadores e sua aproximação com o MNCR e suas lutas, reivindicações e mobilizações por recursos financeiros e o reconhecimento da atividade dos catadores.

A tessitura da organização espacial do movimento vem sendo construída com as ações dos catadores na região, territorializa-se pelas diferentes formas que a catação é realizada e organizada. Na figura 1 - é possível verificar a localização da área de estudo, ou seja, os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu.

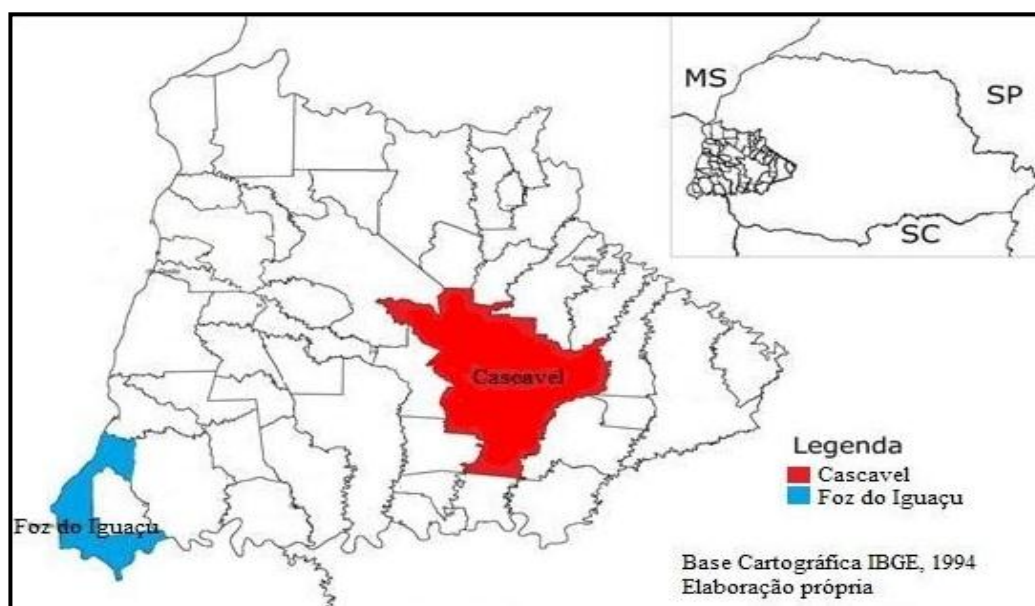


FIGURA – 1 Localização da Área de Estudo

A escolha dos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel como área do presente estudo justifica-se pelo fato de que nesses territórios há núcleos atuantes do MNCR, e encontra-se o maior número de trabalhadores que sobrevivem da comercialização dos resíduos recicláveis de toda região Oeste, sendo os dois municípios mais populosos.

No entanto, chamamos atenção ao fato de que as lutas dos catadores iniciaram antes mesmo da formação do MNCR. Em 1985, grupos ligados Igreja Católica, sensibilizados com o trabalho dos moradores de rua na cidade de São Paulo, com a condição precária de trabalho e vida dos trabalhadores catadores, agiram no sentido de organizar os catadores em cooperativas, para que esta realidade vivida pelos moradores de rua tomasse outros rumos.

Diante da realidade social vivida pelos catadores na atividade de catação nos lixões, nas ruas e em aterros sanitários, sem serem reconhecidos pelo papel importantíssimo que desenvolvem na sociedade, que contribui, indiretamente, para o Meio Ambiente, os trabalhadores catadores se mobilizaram para a formação do movimento social, surgindo em 1999, no I Encontro Nacional de Catadores em Belo Horizonte.

A cidade de São Paulo tornou-se um importante palco de mobilizações e reivindicações do movimento dos catadores e, posteriormente, Belo Horizonte /MG, na qual as primeiras cooperativas de catadores formadas no Brasil na região Sudeste (ASMARE) na cidade de Belo Horizonte e (COPAMARE) na cidade de São Paulo e depois espacializando para o Estado do Rio Grande do Sul. Como no início as lutas eram “isoladas”, o movimento procurou estruturar-se nacionalmente, enquanto movimento social organizado e territorializando em várias frações do território nacional, embora de forma fragmentada.

As reivindicações do movimento iniciaram com o reconhecimento do trabalho como categoria autônoma pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO no ano de 2003.

O movimento dos catadores luta por questões específicas e pontuais não só no sentido econômico. Os catadores desenvolvem lutas mais amplas, objetivando o reconhecimento do trabalho do catador, por meio das organizações coletivas em cooperativas/associações, como trabalhador autônomo, o reconhecimento do trabalho prestado à sociedade sem o devido pagamento, a luta por políticas públicas que incluam os catadores no serviço de coleta seletiva de resíduos dos municípios, luta pelo direito à mobilização no espaço público, luta contra a “privatização” dos resíduos, luta pela

conquista de infra-estrutura e, uma das lutas mais recente do movimento é contra a incineração dos resíduos recicláveis. As lutas também se constituíram por políticas que atendem seus interesses, porém, as ações do movimento iniciaram com as mobilizações e reivindicações localizadas, ligadas aos direitos legais instituídos, ou seja, direitos pela cidadania.

Ressaltamos que, ao desempenhar o trabalho de coleta dos resíduos recicláveis nas ruas e nos lixões, sem serem reconhecidos institucionalmente, os catadores desempenham um trabalho não pago, contribuindo, assim, com ônus menores ao governo no âmbito municipal. Ou seja, sem o trabalho de recolhimento pelos catadores de resíduos nas ruas e em lixões, provavelmente, as prefeituras teriam que contratar mais mão de obra para realizar a limpeza pública urbana. Assim, os catadores ao garimparem os materiais nos lixões, ruas e em valas, também estão aumentando a vida útil dos locais de disposição dos resíduos.

Assim, cada movimento social possui sua especificidade, ou seja, uma reivindicação, no entanto, os movimentos sociais se expressam contra a ordem estabelecida na sociedade, causada pelo sistema capitalista de produção que se reproduz no espaço geográfico de forma desigual e contraditória. Os movimentos surgem por fatores que são próprios do momento histórico vivenciado pelos sujeitos sociais. O que leva a entender que não podemos afirmar, sem um estudo mais aprofundado, que os movimentos sociais surgem devido a fatores estritamente econômicos. Os sujeitos se agregam aos movimentos sociais por meio da etnia, gênero, cultura e, no caso dos catadores, eles agregaram-se ao movimento por meio do trabalho, na busca de inclusão social e para que a atividade seja desempenhada de forma menos precária.

Na realização da pesquisa aplicamos 45 questionários no total, 15 em Cascavel e 30 em Foz do Iguaçu, bem como entrevistou-se representantes do MNCR da região Oeste do Paraná e representantes da ONG Caritas, e participou-se de reuniões nas cooperativas. Outra fonte de pesquisa utilizada na elaboração do texto científico foi às análises de relatos de encontros do movimento social dos catadores, no contexto nacional, estadual e local. Essas informações foram de grande importância, pois, assim analisou-se as mobilizações, reivindicações e lutas dos catadores na região Oeste do Paraná desde 2007 a 2010. Utilizou-se, também, de informações de jornais locais, como o *Jornal O Paraná* e o *Jornal Hoje*. Assim, a dissertação está dividida em três capítulos:

No primeiro capítulo, iniciou-se a discussão sobre as políticas governamentais dos últimos anos, voltadas para o fortalecimento das cooperativas de reciclagem,

políticas estas implementadas a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva como meio de inclusão social e geração de renda aos trabalhadores catadores por meio do Programa de Economia Solidária. Porém, com suas contradições, pois a imagem apreçoada sobre a economia solidária não condiz com a realidade vivenciada pelos catadores, os quais vivem às margens da informalidade e da precariedade do trabalho.

Outro ponto apontado no texto foi o contexto atual das cooperativas de catadores e suas dificuldades de obterem os recursos oriundos do governo federal, devido à falta de registro das mesmas. Esta análise permitiu compreender o contexto em que estão inseridos os catadores, no entanto, as políticas voltadas às cooperativas não os retirou da condição de sujeitos subordinados e explorados. As transformações ocorridas são apenas na forma como a catação é realizada e organizada, e não propriamente no circuito econômico de reciclagem, à qual as cooperativas estão subordinadas devido ao caráter oligopsônio das indústrias de reciclagem.

Além disso, os catadores são explorados pelos intermediários, pois possuem maior poder de barganha que os trabalhadores catadores como; capital de giro, e não estão reféns de entidades religiosas e de recursos governamentais. Por outro lado, as cooperativas de catadores dependem de recursos governamentais e da ajuda de entidades assistenciais para se manterem no mercado, além da condição de existência desses sujeitos não permite autogerir o próprio negócio sem a ajuda externa.

Também analisou-se as contradições do trabalho dos catadores ao desempenhar a atividade pautada nos princípios cooperativista, que em tese permitiria colocá-los em outro contexto da economia, a anticapitalista. No entanto, o trabalho dentro das cooperativas é marcado pelas contradições, ou seja, as relações de trabalho não seguem os princípios cooperativistas, como; democracia, solidariedade e ajuda mútua. Além dos conflitos internos, os catadores ao saírem de um sistema de relações capitalista para um sistema de relações mútuas encontram dificuldades de organização de modo coletivo.

No segundo capítulo realizou-se uma contextualização da luta do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável no Brasil, destacando sua origem e suas ações desde o final da década de 1990 até os dias atuais. Assim, apontaram-se as lutas, as conquistas, com destaque para as mobilizações, reivindicações no contexto nacional, regional e local, e as estratégias de espacialização e ações do MNCR no território brasileiro por meio dos Comitês Regionais, meio pelo qual os catadores têm procurado espacializar e territorializar-se suas lutas. Os comitês também possuem viés político e

ideológico, os catadores compreendem como meio de fortalecimento no momento da comercialização dos resíduos recicláveis.

Os Comitês Regionais possibilitam a territorialização das lutas dos catadores e a articulação de grupos de uma mesorregião, a fim de fortalecerem-se no momento da comercialização dos resíduos recicláveis via redes, de forma menos subordinada e explorada. Esta forma de organização utilizada pelo MNCR não significa que seja para a inserção mercantil, este mecanismo consiste em uma lógica para aumentar a renda dos principais atores envolvidos na cadeia produtiva da reciclagem, os catadores.

Outro ponto discutido no texto foi o contexto atual de mobilizações e reivindicações dos catadores, no qual podemos perceber o amadurecimento político dos trabalhadores do município de Cascavel, e o enfrentamento desses sujeitos na luta pela conquista de infra-estrutura adequada para desenvolver o trabalho. Ainda, destacou-se no texto, as mobilizações e conflitos entre catadores e prefeitura no município de Foz do Iguaçu contra a “privatização” dos resíduos. Deste modo, podemos compreender a relação existente entre o MNCR e os trabalhadores catadores dos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel, suas dificuldades e mobilizações para o enfrentamento frente à reprodução ampliada do capital que se reproduz por meio da utilização da mão de obra barata e precária dos catadores na reintrodução dos resíduos recicláveis no mercado para a produção de novas mercadorias.

O terceiro capítulo iniciou-se com uma breve análise sobre a consciência política dos catadores e as particularidades, semelhanças da organização do trabalho nas cooperativas COOTACAR e COAAFI, e a trajetória de trabalho e de vida dos catadores, com destaque para a dinâmica territorial do trabalho na catação de reciclagem e as condições de trabalho que se expressa de forma extremamente precária típica do capitalismo contemporâneo. Assuntos como dificuldades no processo organizativo também são abordados no texto.

Por fim, analisou-se a possível territorialização do MNCR na região Oeste do Paraná e as ações do movimento para a formação dos Comitês Regionais na região, meio pelo qual os catadores têm procurado fortalecer a comercialização dos resíduos e as ações do movimento enquanto movimento social organizado, e a dependência do MNCR aos recursos externos de entidades envolvidas com a causa dos catadores.

No entanto, verificou-se as ações do movimento na região Oeste do Paraná está muito aquém das expectativas do MNCR, ou ainda, os grupos não estão articulados

regionalmente, o que em tese permitiria o seu fortalecimento contra o desenvolvimento territorial do capital no mercado da reciclagem.

CAPÍTULO

1



COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRADIÇÕES, E PRECARIEDADE DO TRABALHO NA CATAÇÃO DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO OESTE DO PARANÁ

CAPÍTULO – 1 COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRADIÇÕES, E PRECARIIDADE DO TRABALHO NA CATAÇÃO DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO OESTE DO PARANÁ

Iniciar-se-á, este capítulo travando algumas considerações que acreditou-se ser necessárias para, posteriormente, compreender o objetivo central de nossa dissertação, que é a análise da territorialização do movimento social dos catadores de materiais recicláveis, e suas ações enquanto movimento social organizado. Isso demonstra que nossa leitura não está restrita apenas a análise do Programa de Economia Solidária – perspectiva assumida pelas lideranças do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis, cujas ações estão pautadas nos princípios cooperativistas, ambos incentivados pelo Estado brasileiro, principalmente após o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com os desdobramentos para os sujeitos que sobrevivem da recuperação de resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis.

Neste primeiro capítulo, buscou-se uma discussão sobre as iniciativas governamentais, sobretudo a Economia Solidária, gestada no âmbito da Secretaria Nacional da Economia Solidária, ou seja, as políticas públicas voltadas para organizações de catadores em cooperativas de catadores. Em um segundo momento, analisou-se o contexto das cooperativas de reciclagem no Brasil de modo geral e, por fim, apresentou-se os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu que são o alvo de interesse neste estudo.

Outro ponto destacado no texto é a utilização da força de trabalho dos catadores na recuperação dos resíduos, que evidencia, na atualidade, a forma perversa pela qual o capital se reproduz. Embora essa atividade de catação, no decorrer das duas últimas décadas, tenha adquirido outras “roupagens”, mascaradas nos discursos ambientais e sociais, ou ainda, nas falácias governamentais em prol da categoria, ao mesmo tempo em que controla os trabalhadores, pois as condições materiais de existências desses indivíduos os colocam na condição de subordinados a tais políticas e muitas vezes estabelecendo laços de dependência.

Por fim, procurou-se debater a permanência da precariedade no trabalho de catação, a despeito das transformações recentes, quanto à forma de realização e organização do trabalho. Os catadores estão inseridos em programas governamentais de inclusão social e geração de renda, mas, no bojo das cooperativas, permanecem as relações de trabalho precário e degradante. No entanto, a organização do trabalho trouxe

nova roupagem ao “agente ambiental”, mesclado em discursos de desenvolvimento sustentável e sociais.

As cooperativas de catadores tem tornado estratégia para o capital na organização da massa de trabalhadores excedente “excluída” do mercado de trabalho e incluída em relações precárias com características marcantes do capitalismo contemporâneo e, em condições sub-humanas, esse é o contexto que os trabalhadores catadores estão inseridos.

1.1 Economia solidária e cooperativismo: alternativas à precarização do trabalho?

Antes de adentrarmos na questão propriamente dita a política governamental em prol dos catadores, é importante entendermos o ideal proposto pela economia solidária: a partir do contexto do desassalariamento no mercado de trabalho, remete-nos a política de emprego para a política de geração de trabalho e renda, ou seja, desviando as políticas sociais para políticas emergenciais espontâneas.

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas/associações, em partes é constituído por meio de suas organizações de classe Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável – MNCR.

Assim, o trabalho, como elemento principal do enfrentamento entre catadores, Estado, Prefeituras, ONGs e catadores cooperados x catadores não cooperados, um elemento que se inserem no bojo do capitalismo, obrigando a organização associativa de representação em âmbito nacional a se redefinir. O resultado são as disputas e conflitos internos dentro do próprio movimento, o que contribuiu para a fragmentação do movimento, uma vez que a maioria dos indivíduos que tem a catação de recicláveis como fonte de sobrevivência, atua de forma individual, estando fora da representação política-social do movimento.

Outra parcela está representada por ONGs, o que muitas vezes é motivador de disputa com a representação política de âmbito nacional dos catadores. Circunstância que remete a elementos da fragmentação da categoria, rebatendo diretamente na organização política, econômica e social, principalmente no que remete às relações conflituosas no enfrentamento entre capital e trabalho.

De acordo com a (INCOOP, 2008), as entidades, tais como: ONGs, Igrejas, Movimentos Sociais, Universidades, ITCPs (Incubadores Tecnológicas de Cooperativas

Populares) e órgãos governamentais como a Secretária Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE)¹, têm comparecido para contribuir em alternativas de melhor inserção dos catadores e dos empreendimentos solidários na cadeia produtiva da reciclagem. Mas, nem todas as possibilidades são viáveis, as interferências externas desvinculam o objetivo das lutas de classes.

Algumas contam com o apoio de outros órgãos ligados ao governo federal, a exemplo da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação Banco do Brasil (FBB), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Petrobrás.

As iniciativas solidárias contam com apoio e ajuda técnica, com capacitações dos trabalhadores oriundas das instituições - que estão assentadas em políticas de qualificação para o trabalho - recebem recursos financeiros para a compra de prensas, construção de galpões, aquisição de caminhões, elevadores de cargas, contêineres para caminhões, carrinho para a coleta, computadores, impressoras, cadeiras, balanças, e equipamentos de proteção individual.

Essa relação reforça novos laços de dependência. Reféns de um quadro limitado para além da organização do trabalho interno nas cooperativas, os catadores se tornam presas fáceis e submissos ao caráter oligopsônico das indústrias que atuam no ramo, as quais se reproduzem de segmentos altamente fragilizados e precarizados. Esses indivíduos funcionam como força de trabalho na recuperação dos recicláveis, em momentos que não lhes convém as indústrias descarta a possibilidade de uso dos recicláveis na fabricação de novos produtos sem qualquer preocupação (GONÇALVES, 2006).

Ainda que os discursos apregoados pelas indústrias que “essas pessoas estão desenvolvendo um ‘grande trabalho’ em prol da ecologia e desenvolvimento sustentável do planeta e, se lá não estivessem, estariam nas ruas mendigando ou coletando lixo em troca de bebida alcoólica” (MAGERA, 2005). O capital utiliza destes discursos para

¹Nesse sentido, a SENAES/MTE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Plano ‘Brasil sem Miséria’, resolve realizar o presente Edital de Chamada Pública com a finalidade de fomentar a organização, consolidação e sustentabilidade de grupos ligados à atividade de coleta seletiva de materiais recicláveis, promovendo diálogos com o poder público local e outras entidades parceiras, no sentido de inclusão social, melhora na qualidade de vida e de trabalho e incremento na renda dos catadores e catadoras de material reciclável. Essa iniciativa coaduna-se com o esforço nacional de superação da extrema pobreza que ainda vitima mais de 16 milhões de pessoas no Brasil, conforme o desafio apresentado pelo Governo Federal no Plano Brasil Sem Miséria lançado em junho de 2011 e que contempla as iniciativas de economia solidária como estratégia emancipatória de redução de desigualdades (MTE, 2011).

apropriar-se da força de trabalho dos catadores para a acumulação de capital.

Apesar de todos os esforços de entidades ligadas à causa dos catadores, a organização para o enfrentamento as questões cruciais ainda enfrenta barreiras no mercado da reciclagem, como, por exemplo, a fragmentação das lutas dentre outros. Para Magera (2005), “mesmo com boas intenções das entidades ligadas a causa, muitas vezes impedem a autogestão das associações/cooperativas”, interferindo diretamente no negócio dos catadores, seja garantido seus interesses próprios, do Estado, das Prefeituras etc.

Assim, formalizada no ano de 2003, a SENAES/MTE², cujo secretário era/é Paul Singer, tem por finalidade promover organizações coletivas e programas de geração de renda para trabalhadores, em via de empobrecimento no país. Ou seja, trata-se de políticas de possibilidades emergenciais espontâneas e políticas oficiais, nas quais as ações são norteadas pela economia solidária- ES.

A COOTACAR – Cooperativa de Trabalhadores Catadores de Materiais de Cascavel e COAAFI – Cooperativa de Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu, desenvolvem seus trabalhos sob esta perspectiva de economia anticapitalista, e estão vinculadas aos programas emergenciais espontâneos e às políticas oficiais do governo federal, conforme pode-se constatar no trabalho de campo realizado, embora a inserção dos trabalhadores no contexto de políticas de desenvolvimento do programa do governo se materialize de forma muito precária.

A maior participação das cooperativas/associações - não apenas as aqui estudadas - em áreas de fomento oriundo do governo é precária, devido à falta de registro das cooperativas/associações (PEREIRA, 2010), as cooperativas COOTACAR e COAAFI possuem registros, mas a atuação das mesmas no contexto das políticas governamentais também é precária.

Verificou-se a articulação das respectivas cooperativas junto ao Movimento, ainda encontra-se de forma fragilizada, a proximidade entre os organismos e as bases

² Desde a sua criação em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego estabeleceu prioridade para o fomento às organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Atualmente, desenvolve a Ação 8274 de “Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos”. Além de outras iniciativas, desde 2007, foi implantado o Projeto CATAFORTE com a finalidade de fomentar o desenvolvimento e fortalecer as iniciativas econômicas solidárias, em consonância com um novo modelo de tratamento integrado de resíduos e a erradicação dos lixões, beneficiando cerca de 11 mil catadores e catadoras de materiais recicláveis que já estão organizados em cooperativas e redes de cooperação. (MTE, 2010).

sociais não se pode dizer que seja algo concreto, a racionalidade capitalista ainda predomina entre os grupos, e as relações de trabalho são mediadas pelas relações de trabalho capitalista.

No bojo das transformações capitalistas, a economia solidária apresenta-se como uma “saída”, ou ainda, como aponta Singer (2004), uma resposta à crise do emprego, a qual vem assolando o país desde a década de 1970/1980. Seguindo a inflexão neoliberal nos anos seguintes, produziu taxas elevadas de desemprego e crescentes índices de pobreza na maioria dos países capitalistas desenvolvidos e principalmente nos países em processo de desenvolvimento.

Singer (2004), um dos principais estudiosos do tema no país, porém, tem recebido inúmeras críticas a respeito de suas concepções teóricas, ao tratar a economia solidária como forma amenizadora de problemas emergenciais. Alguns autores marxistas, como Germer (2006), travam críticas às concepções de Singer, entendendo que a economia solidária não é um enfretamento direto ao capital, pois o modo de produção alternativo proposto, ou, os empreendimentos econômicos solidários, se dão dentro das relações capitalistas.

Além disso, ao discorrer em seus textos sobre a economia solidária, trata-o como “novo cooperativismo”, como se ambos fossem sinônimos, o que deixa seus argumentos confusos e contraditórios.

De fato, há uma proximidade entre os dois princípios, o que não significa que os dois modos de organização de produção são semelhantes. As cooperativas de produção, ou ainda, as cooperativas de trabalho, não atuam nos princípios da Economia Solidária. Para que um empreendimento caracterizado como solidário, ele deve ser organizado coletivamente pelos trabalhadores, e seu funcionamento deve acontecer por meio de uma associação ou de uma cooperativa.

O cooperativismo é definido, como ressalta Ribas (2002):

[...] em seu espectro mais geral, evidencia-se enquanto uma alternativa dos trabalhadores frente à situação de miserabilidade resultante da degradação das condições de sua (re) produção a partir dos desdobramentos do controle metabólico do capital. (p. 67).

Nessa mesma perspectiva, Magera (2005) enfatiza:

O cooperativismo surgiu de uma necessidade social, sem amparo legal, tomou força e idealizou gerações e, diante de um sistema político opressor e excludente, encontrou, neste sistema, uma forma de

sobreviver dignamente. Tais sociedades coletivas fizeram surgir pensadores e reformadores doutrinários do cooperativismo, mas, sem uma fiscalização para manter sua jurisprudência, o cooperativismo tende a ser usado por capitalistas gananciosos que visam somente a burlar as leis trabalhistas e, utilizar a cooperativa para encobrir uma subcontratação por meio de subsídios e isenções, tanto de ordem tributária quanto trabalhista. (p.69).

A primeira cooperativa formou-se em 1844, na cidade de Rochdale, sendo a dos pioneiros de Rochdale, a mais importante, constituindo-se como um marco histórico do cooperativismo mundial. (GONÇALVES, 2006).

Na visão de Veiga *apud* Nunes (2004), o Estatuto da Sociedade dos Probos pioneiros de Rochdale se constitui no marco da fundação do cooperativismo moderno, por seus princípios, tais como democracia e igualdade entre os membros, os quais permanecem até os dias atuais.

A teoria de compreensão, elaborado naquele período, em sua forma mais desenvolvida serve de base para entender a perspectivas do cooperativismo até hoje, e também pela sua preocupação com o crescimento moral e educacional dos seus membros.

Para tanto, esse ideal foi disseminado pelo globo, abrangendo grande parcela da população mundial que se encontra envolvida no empreendimento de cooperativas. Na atualidade, diversos segmentos da sociedade tem-se unido a esse tipo de iniciativa, na busca de políticas exequíveis.

Para Zanin *et. al.*, (*apud* Gonçalves, 2006, p. 238), esta economia se fundamenta nos princípios do cooperativismo dos trabalhadores de Rochdale, Inglaterra, no séc. XIX, e ganha expressão no Brasil em 1980 como resultado da crise do emprego. Culti *et. al.*, (2010) acrescenta:

[...] essa nova forma de economia que se desenvolve no século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente. O cooperativismo operário surgiu durante o século XIX em reação à Revolução Industrial, era uma tentativa de construir outra maneira de processar a economia, com base no trabalho associado e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro. (p.15).

Por outro lado, as críticas se dão pelo autor efetivar as iniciativas emergenciais espontâneas, como forma de amenizar os efeitos causados pelo sistema capitalista de

produção a resolver os problemas sociais.

Tais empreendimentos, atrelado a iniciativas da economia solidária, se caracterizam das seguintes formas: a) organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseada na livre associação; b) no trabalho cooperativo; b) na autogestão e no processo decisório democrático, sendo a cooperativa a forma clássica de organização de um empreendimento da economia solidária (CULTI, *et. al.*, 2010).

Para melhor compreender as formas organizativas, por teóricos que tem se dedicado a essa temática, Singer (2004) dentre outros, que compreendem a ES como paradigma de inclusão social e, ao mesmo tempo, como uma experiência transformadora das relações capitalistas em relações não capitalistas em virtude da maior alienação da classe trabalhadora, aos efeitos perversos da reestruturação produtiva.

Ainda, considerando as concepções de Singer em seu livro *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*, de 1998, o autor apresenta a economia solidária como projeto de inclusão dos menos favorecidos no sistema produtivo que lutam por um emprego. As iniciativas solidárias objetivam inserir os trabalhadores - em situação de baixa renda, em via de desemprego, trabalhadores do setor da economia informal ou em condição de subempregados - em outro contexto da economia. Ademais, acrescenta Singer, em longo prazo a “outra economia” competirá com o grande capital. No entanto, não é essa a realidade que se vivencia, ao menos no caso da reciclagem.

Contudo, para que essa compreensão realmente alcance os objetivos propostos – o que aponta para um modelo de enfrentamento ao atual modelo produtivo - temos que levar em consideração diversos desafios a serem enfrentados pela “outra economia”.

Para Cattani (2003), concentram-se em três os grandes desafios. Os desafios que se coloca são:

- Reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância dada pelas dimensões libertárias e opressoras. Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas, ou ainda o desafio se dá por constituir um universo autogestionário dentro das relações capitalistas.

- Reafirmar suas verdadeiras alternativas diante das práticas conservadoras do

chamado terceiro setor. Mascarado no discurso de trabalho voluntário, nas parcerias cidadãs, nas empresas sociais, observa-se a tentativa de assegurar privilégios, garantindo a legitimidade elitista na condução dos processos sociais. As elites dominantes vêm desenvolvendo uma ardilosa estratégia para assegurar a hegemonia nesse campo, desviando o foco da causa colocada. Atualmente, a ofensiva caritativa conservadora disputa terreno com as verdadeiras iniciativas do solidarismo emancipador, mas se suas estratégias não derem resultados, a estratégia poderá ser outra.

- Outro grande desafio para as múltiplas manifestações da “outra economia” é elas se colocarem como realizações em padrão social, ecológico, político e, também, tecnológico, superiores ao capitalismo convencional. Ou ainda, não basta apenas serem apresentadas como alternativas aos pobres e excluídos, pois é preciso proporcionar avanços em todos os domínios, envolver de maneira responsável os segmentos da sociedade e recuperar para destinos mais generosos o que a criatividade humana conseguiu aplicar na geração de produtos e serviços de melhor qualidade. O grande desafio é, sobretudo, reforçar, de todas as maneiras possíveis, as lutas sociais em curso no capitalismo avançado. Assim, entendemos que isso tudo deve ser analisado sob uma perspectiva crítica, que pressupõe o julgamento.

Tais empreendimentos abrangem tanto os trabalhadores da cidade, quanto os do campo, envolvidos nesse processo de (des)territorializações, que se fundamenta na mecanização e reestruturação produtiva, que passa a expressar, por meio de diferentes relações de dominação, subordinação, sujeição e exploração. Além disso, nos últimos anos, o sistema que foi reorganizado para o mercado internacional passou a abranger uma dimensão global e acentuar a divisão internacional do trabalho, o que, por conseguinte, resultou em perdas significativas àqueles que vivem do trabalho. Esta mudança, em sua vertente ideológica e política, acarretou a reforma do Estado, a desregulamentação de direitos sociais e do trabalho e, ainda, agravou os problemas sociais já existentes.

É nesse sentido que Singer, além de outros estudiosos desta temática, teoriza os empreendimentos econômicos solidários – EES – como medida contra a lógica da economia de mercado, “com o propósito de participação igualitária das benesses do desenvolvimento das forças produtivas, e que todos participam dos benefícios e prejuízos”. (SINGER, 2004).

Neste propósito, bem como em outros já apresentados anteriormente, há divergências, ao contrário do que Paul Singer apregoa, Gonçalves (2006): defende que:

[...] mesmo que haja a expansão dos empreendimentos solidários dentro de uma economia de mercado, como preconiza a economia solidária, não haverá transformações que livrem o trabalhador da lógica da produção de mercadorias. Isso significa que o produto do trabalho continuará a não pertencer a ele. Já que está voltado para o mercado, pertencendo ao sistema do capital, como objeto estranhado ao próprio trabalhador. (p. 243).

No caso das cooperativas de catadores, o fato de estarem inseridas no universo da economia de mercado, implica o risco de seguirem os mesmos princípios concorrenciais da economia de mercado, uma vez que o trabalho continua submetido à forma repetitiva, alienado, explorado, hierárquico e autoritário.

Enfim, a auto exploração do trabalho nas cooperativas de catadores no Brasil, mesmo as que estão “fora do padrão capitalista” já que, em tese, sua perspectiva está nas formas institucionais alternativas. Nesse sentido, se não houver mudanças, as cooperativas e os sujeitos envolvidos no setor da reciclagem estarão sujeitos a viver dependentes de programas assistenciais.

No entanto, essa “nova forma de inserção ao mundo do trabalho”, ou ainda, aos EES, pautada nos princípios da economia solidária, ressurge no Brasil, segundo Singer (2004), como resposta ao modo de produção tipicamente capitalista. Em relação a esta questão, ao significado da “outra economia”. Singer (2003) compreende que a economia solidária é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulamentação da economia e liberação dos movimentos do capital, que acarretou desemprego em massa.

Para corroborar, ainda temos a seguinte assertiva de Barbosa (2007) a economia solidária se generaliza no Brasil, nos anos 1990, pelas entidades civis e governamentais, nos governos petistas, como estratégia de combate a pobreza e geração de renda. Apesar de não ser um ideal ou uma prática nova, a economia solidária ganha expressão no país neste mesmo período, isso tudo, ligado às alternativas ao desemprego estrutural.

Em sua compreensão a respeito da generalização da EES no Brasil, a autora entende a ação como uma forma de mascarar as lutas de classes. Parte de uma concepção que, mesmo sendo o foco da economia solidária, busca incentivar a:

Ainda que a narrativa central da economia solidária preconize cooperativização e valores anticapitalistas, trata-se de uma vertente pouco crítica e esclarecedora, o que pode redundar, por meio do discurso anticapitalista, no desvio do conflito social. Ou mesmo, a definição de estratégias pouco claras de enfrentamento e ganho de posição na luta das cooperativas por acesso e apoio do Estado no enfrentamento com grandes empresas. (BARBOSA, 2007, p. 25).

Seguindo o raciocínio de Barbosa (2007), é nessa conjuntura que está centrada a luta dos catadores, com suas raízes em entidades sociais e governamentais. Os “agentes ambientais” tornam-se alvos de discursos ambientais, mesclado nas falácias de políticas de inclusão social, desviando o foco da luta dos trabalhadores.

Porém, ligadas às instâncias governamentais na esfera federal, estadual e municipal, é necessário refletir as articulações governamentais em promover, em âmbito nacional, ações voltadas às organizações coletivas dos trabalhadores catadores.

O movimento surgiu da necessidade do reconhecimento da atividade, desde o início de sua formação, incentiva a organização dos catadores em cooperativas/associações a atuarem conforme os princípios de empreendimentos econômicos solidários, inserindo-os no contexto do Programa de Economia Solidária.

Para alcançarem seus objetivos, o movimento estimula a formação de rede de comercialização em grupos a lutar junto a rede de cooperativas de economia solidária. Um exemplo disso é a rede Cataunidos, que integra 8 cooperativas no estado de Minas Gerais e a ASMARE, uma das primeiras cooperativas de catadores que surgiu no Brasil, sendo a líder na formação da rede Cataunidos. Além desta, há outras quatro redes de cooperativas já estruturadas no Brasil: Centroop – DF, Rede Cata Sampa – SP, Rede Cata Bahia – BA e Pró Recife-PE (MNCR, 2010).

No caso da rede cataunidos, a mobilização que resultou em sua formação teve início em 2002, com o ideal de estabelecer a rede e implantarem a unidade de processamento de plástico, que beneficiaria o trabalho dos catadores, com o pré-beneficiamento, o processamento e a transformação dos recicláveis em novos produtos, agregando maior valor aos resíduos recicláveis. Contudo, completamos com Moraes; Borges (2010), que o objetivo da rede é:

[...] fortalecer suas organizações participantes formulando estratégias como a troca de experiências, a comercialização conjunta de materiais recicláveis e o avanço na cadeia produtiva da reciclagem por meio da implantação de uma unidade de processamento de plástico. Essas estratégias buscam a superação de certos gargalos enfrentados pelas

cooperativas e associações de catadores, tais como a dependência e a exploração econômica por parte de intermediários e a precariedade social decorrente desta dinâmica. (p. 401).

Para o movimento, desta forma eliminaria/eliminará da etapa da comercialização dos resíduos já classificados e prensados os intermediários que atuam no ramo da reciclagem, e possui maior poder de barganha que as cooperativas (capital de giro e toda infra-estrutura necessária, balança, prensa, triturador, caminhões, galpão, telefone). Não se está afirmando que as cooperativas de catadores estudadas não possuem tais infra-estruturas, o fato é que a situação é tão precária que torna quase impossível competir por igual com os sucateiros/intermediários etc., além de outros fatores delimitadores que acompanham as cooperativas de reciclagem³.

Para Gonçalves (2011), a organização do trabalho em cooperativas é vista como uma forma dos grupos de catadores se reorganizarem dentro da cadeia produtiva da reciclagem, apresentando os percalços da ação coletiva.

A organização coletiva dentro de uma associação ou de uma cooperativa composta pelos catadores aparece então como elemento de reorganização do trabalho no circuito econômico em que os catadores se inserem, o que em tese permitiria avanços, sobretudo nas condições de trabalho e nos rendimentos obtidos com a comercialização dos recicláveis, à medida que mudaria a relação do grupo com os compradores em geral, atravessadores, aparistas e indústrias, o que nem sempre ocorre. (2011, p. 22).

Apesar de todos os esforços, a organização coletiva não tem alterado a condição de subordinados dos “agentes ambientais”, pois os avanços alcançados são mínimos. Vislumbra-se, apenas, algumas melhorias significativas, principalmente na condição de trabalho. Já a renda, conforme mencionado por muitos catadores, teve melhorias, o que não se confirma para todos, visto que muitos catadores devem seguir as regras de suas respectivas cooperativas.

Para tanto, se formos analisar as transformações após a inserção das cooperativas em programas governamentais, não há avanços, e sim retrocessos, pois a relação de comercialização direta com as indústrias de reciclagem não foi materializada, como em alguns anos nos quais as cooperativas vendiam os resíduos para a indústria recicladora, localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná.

Em Foz do Iguaçu, o rompimento das relações de venda direta à indústria

³ Fonte: Trabalho de campo realizado em Cascavel e Foz do Iguaçu em 2011.

ocorreu em decorrência da falta de pagamento na data prevista, entre outras particularidades, o que os fez retornar a vender os recicláveis para intermediários do próprio município. E em Cascavel, a falta de possibilidades foi apontada como causa, no entanto, ainda há interesse em estabelecer relações de venda diretamente com a indústria.

Essa situação os deixa subordinados às condições postas pelos intermediários dos próprios municípios, não alterando em nada o quadro de negociação no momento da comercialização.

Para Magera (2005), as cooperativas de reciclagens de catadores estão submissas aos sucateiros, pois afirma que:

O sucateiro, com seu poder de barganha, acaba, muitas vezes, comprando os resíduos reciclados das cooperativas por preços aviltantemente baixos, ficando com o maior valor nesse processo. Quando vende para as indústrias, por ser em grandes quantidades, também sai ganhando, ou seja, nesta cadeia econômica agregada ganham o sucateiro e as indústrias perdem o catador e a cooperativa. (MAGERA, 2005, p. 58).

De acordo com o autor, após os anos 1990 houve aumento gradativo de cooperativas em todo o país, mas ainda não representa uma alternativa socioeconômica à geração das 125 mil toneladas de lixo doméstico urbano produzido diariamente (MAGERA, 2005).

Por conseguinte, as condições precárias das cooperativas (a condição rudimentar de trabalho que as cooperativas oferecem), bem como, a não disponibilidade de capital de giro, e a falta de infra-estrutura adequada, não possibilitaram/possibilita às cooperativas de reciclagem abarcar maior quantidade de resíduos para triagem, classificação e prensagem e, no final de todo o processo, agregar valor aos recicláveis. Assim, permitindo ganhos maiores aos principais sujeitos da reciclagem, essa é a finalidade das negociações vias redes, porém com avanço mínimo.

Ainda seguindo a compreensão do autor, “a capacidade de coleta de reciclagem de lixo está muito aquém das reais necessidades de oferta do mercado”. A falta de infraestrutura e uma política ambiental tem sido fator determinante dessa ineficiência. Este fato enfrentado pelas cooperativas, de abarcar todo o “lixo” produzido pela população e a relação rudimentar ocorre de modo geral com as organizações coletivas de catadores.

Pautado nestes percalços que o movimento busca alterar o quadro no setor da

reciclagem. A figura-2, exemplifica a cadeia produtiva da reciclagem que o movimento idealiza. As setas verdes sinalizam a formação de Usina de Pré-beneficiamento dos resíduos, autogerida pelos grupos como forma de agregar valor a matéria prima, produzida pelos catadores. O objetivo é retirar os catadores da situação de subordinação frente à monopolização das indústrias de reciclagem que atuam no ramo (MNCR, 2010).

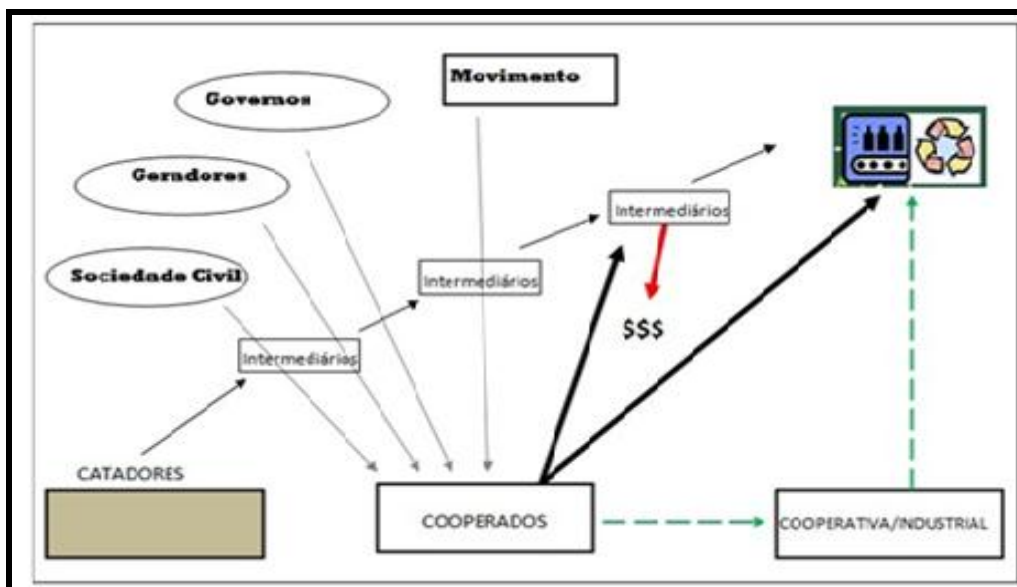


FIGURA 2 – Modelo da cadeia produtiva de reciclagem idealizada pelo movimento
Fonte: MNCR, 2007; Orgs: Ribeiro, 2012.

Entendeu-se a formação da rede, no âmbito da organização da cooperativa, como parte de um projeto político ideológico do MNCR, de estratégia territorial, para gestão dos resíduos sólidos frente à territorialização do capital.

Chama-se atenção para o modo de produção que busca o desenvolvimento de relações baseadas na solidariedade e na remuneração igualitária. Além disso, as experiências vêm sendo apresentadas como alternativa de inserção de trabalhadores desempregados ao longo do tempo, bem como mecanismo de inserção no setor do trabalho formal e modalidade geradora de renda.

Embora a economia solidária tenha inserido, novamente, os trabalhadores no circuito do trabalho “formal”, a realidade vivenciada pelos catadores não condiz com o que é apresentado por alguns teóricos, como Paul Singer que atribui um papel revolucionário a ES.

É evidente que a economia solidária comparece como um novo modo de produção alternativo, mas em seu bojo a extração de mais-valia permanece, tanto na forma absoluta, quanto na relativa.

A exploração e subordinação das organizações dos catadores, pautadas nas ações do Estado, não se restringem ao controle da organização e planejamento, mas atua, também, nas instâncias, como e quando a catação deve ser realizada, está presente na normatização da reprodução, degradação dos trabalhadores de uma atividade extremamente precária em condições insalubres sob seu consentimento, além da atividade ser desenvolvida de forma arcaica.

Por fim, as informações levantadas em campo, por meio de entrevistas e conversas informais com os catadores nas cooperativas estudadas, evidenciaram que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores catadores não se enquadra nos princípios da economia solidária, nem mesmo às leis trabalhistas vigentes, visto que a teoria apresentada contrária a realidade vivenciada pelos catadores.

Nas entrevistas averigou-se, apenas alguns dos catadores, notadamente os que fazem parte da diretoria, estão cientes das informações administrativas das cooperativas. As informações são repassadas pelos membros da diretoria aos demais, mas nem todas, como informaram alguns dos catadores. Há, por isso, grande reclamação por parte dos cooperados. As reuniões, nas quais todos os membros participam, tratam, apenas, sobre assuntos mais gerais, como o andamento administrativo. Esse é o contexto que se enquadram as cooperativas COOTACAR e COAAFI.

Enquanto portadoras do papel amenizador do grau de miserabilidade daqueles que se encontram expostos às barbáries da sociedade capitalista, as cooperativas de reciclagem inserem-se neste contexto, como instrumento importante para análise das lutas travadas pelos trabalhadores catadores, e das estratégias organizativas como possível construção de uma identidade política. A abordagem mais específica sobre as duas cooperativas estaremos desenvolvendo no terceiro capítulo.

1.2 – A conjuntura das cooperativas de catadores no Brasil

As cooperativas de reciclagem no Brasil são recentes no cenário econômico nacional, e surgiram a partir da crise do emprego como mecanismo remediador. Sua finalidade era transformar a trajetória de trabalho vivenciada por aqueles que têm a catação como meio de sobrevivência.

As primeiras Cooperativas de Catadores de Resíduos Recicláveis passaram a fazer parte de debates públicos nos Estados São Paulo e Minas Gerais, em meados da

década de 1980, porém, são modalidades de organização de trabalhadores recentes no Brasil. A primeira iniciativa de organização de catadores ocorreu em São Paulo (COOPAMARE) - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel e Materiais Reaproveitáveis, fundada em 1985 e, (ASMARE)-Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. (GONÇALVES, 2006).

As iniciativas têm sua gênese no trabalho de base da ala progressista da Igreja Católica. Recorrendo a Pereira (2010, p. 28):

A Igreja Católica teve um papel fundamental nas primeiras experiências de organização de catadores, e ainda hoje, tem uma atuação muito importante na articulação desse grupo em âmbito nacional. A Igreja Católica está na origem dessa dinâmica de organização de catadores que se seguiu a partir da década de 1980.

A COOPAMARE surgiu a partir do trabalho com a população de rua, desenvolvido pelas irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento, ligadas à Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Em Belo Horizonte, os catadores começaram a se organizar com a ajuda da pastoral de Rua da Arquidiocese da cidade. O trabalho da Pastoral com a população em situação de rua, que trabalhavam na cata de resíduos, culminou com a formação da ASMARE, em 1990.

Porém, Pereira (2010) acrescenta, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1986, foi criada a primeira Associação de Catadores de Material Reciclável, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do Trabalho eclesial de base da Igreja Católica.

Após essas experiências, se deram outras iniciativas, sendo que a década de 1990 e os anos seguintes foram marcados pela espacialização de cooperativas de reciclagem por “todo” território nacional, seguido de programas de coleta seletiva municipais, como a política de inclusão social, marcada por conflitos e contradições.

Historicamente, a atividade de catação no Brasil existe há 50 anos, conforme (MNCR, 2002). Para Bosi (2011):

[...] sua formação histórica e social é complexa porque envolve elementos como a estruturação das indústrias de reciclagem e a ação do Estado voltada para controlar uma população empobrecida que se refugia nos lixões e aterros sanitários para sobreviver de restos, ou que se desloca pelas cidades recolhendo materiais recicláveis. (p. 37).

Ainda, sobre a formação dos trabalhadores catadores, seguindo essa trajetória Pereira (2010) ressalta,

[...] o processo não foi simples e nem linear, mas sim marcado por conflitos sociais e dinâmicas específicas, nas quais em muitas cidades a relação do poder público com os catadores ainda é de repressão ou omissão. (p. 29).

A relação conflituosa entre catadores x poder público municipal, nos dias atuais, são tensões vivenciadas historicamente, marcadas pelas tentativas de restrição à circulação dos catadores pelas ruas das cidades brasileiras, uma vez que a presença deles traz incômodos aos empresários, comerciantes e moradores.

O Estado procura amenizar os conflitos, com projetos de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda, para a massa crescente de desempregados, sob o discurso de inclusão social, e, ao mesmo tempo, atender aos interesses hegemônicos das indústrias e de empreiteiras, “seu papel não está só no controle e planejamento, ou ainda, está na normatização das instâncias jurídica institucional das relações de trabalho”. (THOMAZ JR, 2009).

Embora suas condições de trabalhadores espoliados e precarizados melhorem com a criação e consolidação do MNCR, ainda está longe de chegar ao ideal proposto pelo cooperativismo como forma eficaz de tirar da miserabilidade os trabalhadores em via de empobrecimento.

As reivindicações do movimento junto às administrações municipais, sob o intuito da gestão territorial da reciclagem, é o controle territorial de um espaço por um segmento da sociedade, indústrias, intermediários, atravessadores, cooperativas de catadores que buscam uma forma de vida mais digna, porém a gestão territorial pode ter um sentido capitalista, como exemplo o gerenciamento de determinado território por uma empresa, etc.

No caso dos catadores, a gestão territorial da reciclagem tem sentido de “controlar o mercado de reciclagem”, com o objetivo de melhorar a renda dos catadores, ou seja, abranger uma dimensão maior da coleta seletiva de resíduos recicláveis com intuito de abarcar maior quantidade de resíduos. O território das cooperativas de reciclagem é o estopim das tensões do atribulado cotidiano de trabalho no enfrentamento das iniciativas organizadas com os catadores não cooperados, empresas, indústrias e atravessadores.

De acordo com Demajorovic *et. al.*, (2003), esse conflito gerado em torno da

gestão do “lixo” ameaça à gestão compartilhada⁴, parceria entre governo e associações/cooperativas de catadores⁵. Ainda para o autor:

[...] à eficiência dos programas de coleta seletiva de lixo e a valorização do trabalho realizado por grupos organizados defronta com redução significativa na quantidade e qualidade de resíduos coletados. A principal causa deste cenário é a ampliação do número de catadores autônomos, de organizações da sociedade civil e de empresas privadas interessados na coleta e comercialização deste material. Embora o aumento de interesse pelos resíduos recicláveis se apresente como positivo face à lógica do mercado, esta nova realidade ameaça a sustentabilidade dos projetos de gestão compartilhada que dependem de um fluxo constante de resíduos para as centrais de triagem. (p. 1).

A valorização do que era considerado lixo nos últimos anos tornou-se alvo de disputa entre empresas privadas, sucateiros, intermediários, catadores autônomos e as associações organizativas. A sustentabilidade financeira das cooperativas muitas vezes está ameaçada frente à diminuição dos resíduos disponíveis no mercado, o baixo preço dos recicláveis, a falta de capital de giro dentre outros. Estes elementos muitas vezes leva a desmobilização ou a desmotivação dos mesmos ao trabalho coletivo, desafiando a organização dos grupos.

Na atualidade surgiram novos conflitos em torno da implantação e ampliação de programa de coleta seletiva nos municípios brasileiros, ou seja, a gestão compartilhada dos resíduos. Em Foz do Iguaçu/PR, esse fato foi alvo de tensões e conflitos entre os catadores e empresários da cidade, sendo que a menor demanda de resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis para a cooperativa de reciclagem alavancou protestos dos catadores, bem como dos seus pares, os ditos informais. Esse assunto estaremos aprofundando no segundo capítulo.

Ainda nesse período, que antecedeu a vigência da organização coletiva em âmbito nacional, base para a formação do movimento dos catadores, com embasamento nas ações da Igreja Católica. Segundo Pereira (2010), a articulação nacional se deu em meio à iniciativa do Fórum Nacional de estudos sobre População de Rua, juntamente

⁴ É parceria entre governos e cooperativas.

⁵ www.mncr.org.br/dúvidas freqüentes: Por que o MNCR tem parcerias com o governo? R: Os catadores prestam um serviço público, preservam a natureza e dão vida útil aos aterros sanitários, que são de responsabilidade federal. Nada mais justa que investir nesses trabalhadores que prestam esse serviço gratuitamente. Nossa parceira com o governo restringi-se ao interesse público que o Estado deve ter com todos os cidadãos. Temos nossa independência e autonomia e não temos vínculos políticos ou com órgãos governamentais.

com o Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

As demais experiências disseminadas em várias regiões do país têm apoio do Fórum e de organizações que o compõem como, o OAF (SP), a Pastoral de Rua de Belo Horizonte (MG), a Cáritas Brasileira (DF), Pangea – Centro de Estudos Socioambientais (BA) e a Nova Pesquisa (RJ). Por meios do Fórum e organizações ligadas à causa, estimulava-se o trabalho de base que enseja a troca de experiência e a realidade de cada grupo.

Como apontamos anteriormente, o trabalho de coleta de materiais recicláveis pelas ruas e lixões teve maior visibilidade com a crise estrutural do capital na década 1970, porém, para muitos atores, sua existência é desde a década de 1930, período em que a reciclagem não era vista como fator de reprodutividade e lucratividade (PEREIRA, 2010; BOSI, 2011).

A crise do capitalismo, em 2008, que afetou a estrutura econômica de muitos países Latinos Americanos, e até mesmo as economias consideradas estáveis, aumentou o número de pessoas desempregadas. Segundo estimativas do MNCR, existem no país 300.000 catadores de resíduos recicláveis, principalmente nas áreas de coleta, triagem e classificação. Sua maioria encontra-se desenvolvendo a atividade isolada ou em família, nos lixões e ruas das cidades brasileiras, sendo que esse número pode ter aumentado na década de 1990 até os dias atuais, para 800.000, com o aumento do desemprego dos últimos anos. Porém, entre o ano de 2008 e 2009 houve uma diminuição no percentual de pessoas que sobrevivem da catação de materiais recicláveis.

O fenômeno do desemprego atingiu, de modo geral, a classe trabalhadora, alcançando dimensões geográficas importantes. Os trabalhadores vêem seus direitos sociais diminuírem em favor dos novos ditames do capital, enquanto há formas diversas de flexibilizações das relações de trabalho, com impactos para os trabalhadores e a maior intensificação do ritmo do trabalho.

Nesse período, o sistema toyotista demanda a maior flexibilidade da produção e dos trabalhadores, forçando um novo trabalhador polivalente a trabalhar em equipe, tendo maior exigência de qualificação profissional, contudo, sem correções salariais de acordo com sua qualificação.

No gráfico – 1, é possível visualizar o aumento gradativo do número de catadores autônomos e em cooperativas de 1999 a 2009, segundo Centro Empresarial para Reciclagem- CEMPRE.

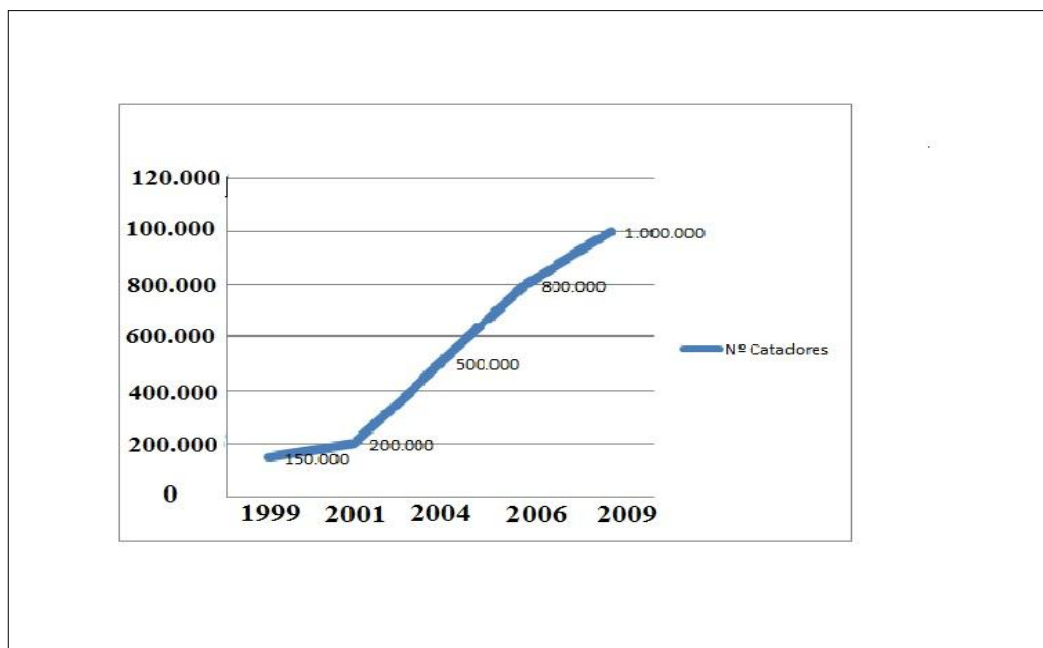


Gráfico – 1 Números de catadores em ascensão no País

Fonte: CEMPRE, 2010.

A combatividade dos sindicatos é atacada de diversas formas, aumentando o controle patronal, como no modelo de sindicato japonês (sindicato por empresa). Com o sindicato “amansado” a intensificação da individualização das relações de trabalho surgiu disputas entre trabalhadores empregados e desempregados. Antunes (2002) chama de “neocorporativismo” os já empregados que se sujeitam às exigências das empresas e, os que se encontram desempregados, procuram manter sua sobrevivência sob as formas de relações de trabalho precário, interferindo nas lutas de classes, como a fragmentação, a heterogeneização e a complexificação, dificultando, assim, a emancipação social da classe trabalhadora.

O resultado disso tudo é a maior intensificação da precarização das condições de trabalho, e das flexibilizações das leis trabalhistas e do mercado de trabalho. Entretanto, em meio às mutações do mundo do trabalho, como meio de garantir sua existência uns se enquadram em atividades informais, outros em empregos parciais e precários.

Diante de todo esse quadro, as questões da não inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal recaem sobre os trabalhadores, com as falácias de desqualificação para o trabalho.

A despeito destes discursos, surgem idéias de que os trabalhadores devem ser empreendedores, gerindo seu próprio negócio e, nesse sentido, as cooperativas de reciclagem são vistas como alternativa de geração de renda, e meio de minimizar os efeitos do desemprego e da exclusão social, para catadores de recicláveis.

As políticas sociais, garantidas por lei, foram substituídas por programas de combate à pobreza. Nos documentos MNCR⁶ e SENAES/MTE,⁷ observa-se que as políticas de apoio às iniciativas de catadores constituem-se no alvo de combate à pobreza.

Segundo Singer (1998), a solução e alternativa para o combate ao desemprego estaria a cargo da economia solidária. Com seu papel revolucionário, eliminaria o desemprego e a exclusão social no quadro do capitalismo, pois o modelo alternativo comparece como vicissitude ao capitalismo por apresentar solução às práticas da exclusão social, exacerbada na fase liberal do capitalismo.

Assim, as ações voltadas às melhorias de renda são fundamentais para melhorar as condições sociais daqueles que se encontram na miséria. As estratégias mais evidentes parecem ser as organizações em cooperativas, que podem garantir uma melhor inserção no circuito da reciclagem, mas que estão sujeitas às diversas contradições da organização coletiva de trabalhadores.

Os programas voltados ao combate à pobreza e à miséria, para o setor de reciclagem, ultimamente visto como gerador de postos de trabalho, insere novamente os trabalhadores no circuito propriamente dito formal, porém com suas contradições, haja vista que a teoria apregoada pela economia solidária, ao menos no caso da reciclagem, evidencia, na prática, uma inserção “autônoma”, precária, sem direitos institucionalizados, apenas “garantidos” em discursos de períodos eleitorais ou em grandes eventos, como a Copa do Mundo. Ressalta-se que este aumento gradativo de associações e cooperativas não significou mudanças profundas na estrutura do circuito mercantil da reciclagem.

Segundo Davi Amorim, coordenador de comunicação do MNCR, existe 600 associações e cooperativas de catadores distribuídas em 54,8% dos municípios brasileiros (abrangência de 2.934 municípios). Cabe lembrar, destes 52% são

⁶www.mnrc.org.br/artigos. O combate à pobreza e às desigualdades está ameaçada em Gravataí/RS: Solidariedade Urgente.

⁷<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A32681EF401329195FCB914FE/EDITAL%20CATADORE%20S%202004%202011%20de%202021%2009%202011.pdf>. **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE**, Secretária Nacional de Economia Solidária. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate fome – MDS.

constituídos por grupos informais, 28,4%, apresentam a forma associativa e 16,8% são cooperativados, conforme SIES, dos 77, 4% dos empreendimentos mapeados foram criados entre os anos de 2005 e 2007.

Conforme dados do MNCR e MTE⁸, no Brasil existem em torno de 800.000 pessoas se reproduzindo socialmente da catação de resíduos recicláveis. No entanto, a porcentagem de organizados apresentada pelo SIES - um total de 45.2%, é relevante em relação ao montante, bem como a concentração em determinadas regiões destas formas organizativas. O trabalho coletivo é visto de forma a fortalecer os grupos auto-organizados, seja ele por agentes externos ou por conta própria. Para Gonçalves (2011, p. 22):

A auto-organização ou a organização estimulada por agentes externos, busca fazer do trabalho na catação um trabalho coletivo, acreditando que a atuação individualizada é um elemento que enfraquece, prejudica e exclui esse trabalhador da maior parte das relações sociais econômicas e às vezes tenta excluí-lo do próprio espaço urbano.

O trabalho dentro de uma cooperativa e associação tem como objetivo melhorar as condições de trabalho e renda, apresentando-se de forma mais vantajosa para os catadores, porém, dentro dos limites de sua atuação num contexto capitalista, em tese o trabalho coletivo permitiria romper com os entraves, sobretudo no momento da comercialização dos produtos. No entanto, no caso dos catadores pesquisados, a organização do trabalho não avançou para além da organização interna dentro da cooperativa, subsistindo.

Com as informações obtidas em campo, nas cooperativas COOTACAR e COAFFI, averiguou-se que, a maioria dos cooperados compreende o trabalho coletivo como elemento positivo para o fortalecimento da categoria, acreditando que a classe organizada possui maior seguridade, bem como, outras “liberdades” no trabalho, conforme mencionaram o que pode ser visto no quadro – 1, abaixo. A partir da análise dos questionários, é possível averiguar a percepção dos cooperados em relação à cooperativa, o que ela propõe de melhor aos cooperados em relação aos ditos informais.

⁸<http://portal.mte.gov.br/portal-mte>.

Quadro – 1 Compreensão sobre o trabalho coletivo e individual dos catadores das cooperativas COOTACAR e COAAFI.

Trabalho Individual	Trabalho Cooperado
Não tem horário fixo para trabalho.	Trabalho na cooperativa possui horário fixo.
A relação de trabalho é muito precária.	A organização do trabalho permite anemizar em partes a precariedade do trabalho.
Dificuldade de encontrar resíduos/atividade é muito exaustiva.	Possui pontos fixos/ não necessita caminhar à procura de resíduos.
A renda é maior, mas com dificuldades.	A renda é menor, mas o trabalho coletivo permite trocas de relações mútuas/divisão das tarefas.
Há necessidade de acumular uma quantia muito grande para venda.	Permite acumular resíduos para agregação de valor.
É discriminado (a) pela sociedade.	É respeitado pela sociedade como qualquer outro trabalhador.
Tem mais “liberdade” no trabalho, o início e final da jornada de trabalho são controlados pelo próprio trabalhador.	Desenvolve o trabalho de forma “autônoma”, porém com horários para começar e terminar a atividade.
Não possui lugar suficiente para acumular os resíduos.	A estrutura física permite “acumular” os materiais para agregar valor.
Não possui um território definido para a catação.	Possui território definido para a catação, porém de forma precária.

Fonte: trabalho de campo agosto-outubro de 2011. Org.; RIBEIRO, 2012.

A reorganização do trabalho, dentro de uma cooperativa, “simula” colocá-los em uma situação mais privilegiada dentro do circuito econômico da reciclagem, trazendo melhorias às condições de trabalho e renda, porém o resultado é pouco significativo. O quadro acima exemplifica a diferença entre ambas as formas de catação, individual x cooperados.

No que percebeu-se a conjuntura das organizações continua na informalidade, das mudanças ocorridas são mínimas, o trabalho permanece a ser desenvolvido de forma precária. Quanto à remuneração, dos 85% dos empreendimentos, o valor médio de renda não alcança um salário mínimo. Outro fator de destaque é que na categoria predomina o trabalho feminino, com 59% (MTE, 2011).

Conforme dados do Cadastro Nacional dos catadores de resíduos recicláveis⁹, no Brasil constam 500 (quinhentas) cooperativas já cadastradas. Como aponta a liderança nacional do movimento, Davi Amorim, a importância deste sistema consiste no fato de que ele permite fazer o mapeamento georreferencial das cooperativas, como o perfil

⁹Sistema desenvolvido pela Usina Itaipu Binacional em parceria com o movimento.

socioeconômico dos catadores e o controle de distribuição dos carrinhos elétricos desenvolvidos pela Itaipu Binacional¹⁰.

Além do mais, para receber algum tipo de benefício, os catadores arcam com seus próprios custos, INSS como percebeu-se no levantamento das informações em campo. Além disso, nas condições em que se encontram (renda), dificilmente arcarão com seus gastos a fim de receberem, futuramente, algum tipo de benefício, como a aposentadoria.

Para Pereira (2011, p. 32):

[...] a profissão foi reconhecida, mas ainda não é regulamentada por lei, uma vez que inexistente legislação que regulamenta. O reconhecimento da ocupação pela CBO exerceu uma função simbólica e deu visibilidade pública aos catadores, já que muitas vezes a atividade que exerce não é reconhecida socialmente pela sociedade.

Ressaltou-se que, por meio do Comitê Interministerial, são apoiadas ações voltadas para os catadores de materiais recicláveis, como o edital do BNDES para disponibilizar recursos às cooperativas e associações, o apoio da Petrobras à rede de organização de catadores, a disponibilização pelo Ministério das Cidades do Programa – PAC – Resíduos Sólidos, e a doação de recursos financeiros da FUNASA e MTE, em parceria com a FBB, para organizações de catadores de todo o país.¹¹

Ainda no que se refere à disponibilização dos recursos de fundos oriundos do BNDES, Pereira (2011) relata:

[...] segundo relato de um membro do MNCR, a maioria das cooperativas e associações de catadores no Brasil não consegue acessar esses recursos. Grande parte delas não possui a documentação exigida, além de restrições técnicas e financeiras que impossibilitaram o atendimento de requisitos burocráticos. Aqueles que conseguem acessar os recursos financeiros estão com problemas para realização da prestação de contas, que é bem rígida quanto a finalidades dos gastos. Quanto aos recursos do PAC – Resíduos Sólidos, o repasse é feito às prefeituras, ficando assim os catadores dependentes da iniciativa e cumprimento dos requisitos pelos poderes públicos locais, de modo que em alguns municípios os recursos chegam e são aplicados e em outros nem sequer são solicitados. Já os recursos da

¹⁰A distribuição dos carrinhos elétricos consiste em uma política entre Itaipu e municípios, ou seja, os municípios compram os carrinhos e repassam aos catadores, assim esses pagam em forma de parcelas aos órgãos públicos dos quais residem. (www.crea-rj.org.br/portalcreav3/CMS/Material).

¹¹Pereira, 2011.

FBB, do MTE e da Funasa, em função de uma alteração na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 podem ser repassados diretamente para as organizações de catadores, como subvenções sociais. (p. 33).

O Movimento estima que 40 mil catadores, organizados em cooperativas, já estão cadastrados. O que se percebe é a baixa proporção relativa (5 %), se formos comparar ao contingente de trabalhadores não organizados. O sistema atua como uma política de inclusão aos demais grupos desorganizados, aumentando o quadro de associações. Conforme gráfico – 2 observa-se a abrangência porcentual do cadastramento de catadores nas cinco regiões brasileiras, que territorializa-se em 18 estados dos 27. (MNCR, 2007).

Observa-se, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste possuem uma maior concentração de catadores e cooperativas em relação às demais, em função de sua proximidade com as empresas de reciclagem, Centro-Oeste e Norte. Essa diferenciação espacial está relacionada a vários fatores, sobretudo, à urbanização brasileira, forçando a mobilidade da força de trabalho para determinados lugares.

Conforme representante da ITAIPU, numa reunião em Cascavel, no dia 13/05/2011, esse cadastro tende a espacializar na região Norte, e, Manaus foi a primeira cidade a formar base orgânica do movimento, sendo possível, com o apoio do sistema de cadastramento.

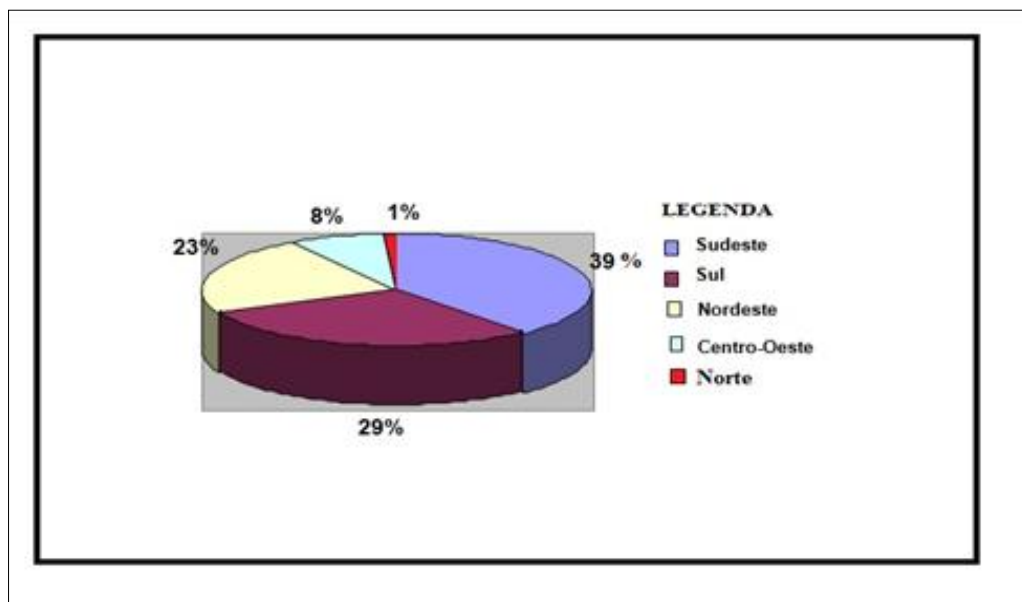


Gráfico – 2 Abrangência do cadastro do MNCR por região no Brasil

Fonte: Documento apresentado no 2º Seminário Regional de Resíduos Sólidos – Londrina/PR, 2007.

Destaca-se, no Estado do Paraná, a luta dos catadores organizados sob o trabalho no cooperativismo, pautado nos princípios da economia solidária, algumas conquistas significativas, e sua interlocução com o movimento nacional dos catadores na região Oeste do Paraná em fase embrionária, onde estão localizados os municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel, e as cooperativas COAAFI e COOTCAR, objetivo principal deste estudo.

A luta pelo reconhecimento social, político e econômico fez com que a dinâmica territorial da catação dos resíduos sólidos, compostos por materiais recicláveis, tomasse outro rumo. Estabelece-se, nestes municípios, um importante avanço na espacialização dos pontos de coleta seletiva pelas cooperativas, antes controlados por pequenos intermediários. Embora haja grande dependência das cooperativas de políticas públicas, oriundas de iniciativas governamentais e assistência de entidades de apoio, não possibilitando ir além da organização interna, houve apenas algumas melhorias significativas na condição de trabalho e renda, permanecendo o quadro da condição de trabalhador precário, sem vínculos empregatícios.

Conforme constatou-se em campo, depois de anos de organização, as instituições, Prefeitura, ONG Caritas dentre outras, não reconhecem as experiências e a autonomia dos catadores, tratando-os como sujeitos incapazes. Assim, esses trabalhadores catadores caminham passo a passo com as instituições que os apóiam. O movimento é fruto dessa mediação pela Igreja e não de uma proposta surgida dos próprios trabalhadores catadores.

É a dependência, a falta de autonomia, de liberdade e o atrelamento aos recursos oriundos de instituições governamentais que muito tem contribuído para a espacialização e a territorialização do MNCR no Brasil, de forma não materializada, bem como nos municípios estudados. A organização do movimento é resultado do estímulo de instituições religiosas, mas, embora estas venham lutando para tornarem-se independentes, não são livres, por completo, das amarras de agentes externos a reciclagem. A interferência de atores externos torna-se um entrave na organização dos catadores para a emancipação social e política, desta forma, terão que agir conforme as ordens externas. A condição de existência não permite serem livres, pois terão que agir de acordo com as necessidades dos recursos governamentais, visto que os catadores, na condição em que estão (sem capital de giro), não alavancarão o negócio sem a dependência das políticas governamentais.

No próximo subitem, estaremos fazendo uma análise mais profunda sobre a

permanência da precariedade no trabalho, mesmo com as políticas governamentais voltadas para as cooperativas de reciclagens nos últimos anos, ainda que a política da economia solidária e do cooperativismo, política adotada pelo MNCR, esteja estabelecida para a inclusão destes sujeitos em outro contexto, a formalização da atividade e a inserção em outra circunstância da economia, a anticapitalista.

1.3 O trabalho na catação de resíduos recicláveis e a permanência da precariedade do trabalho

O trabalho passou por distintas transformações e modos de organização ao longo da história humana, de produtor direto para a satisfação das necessidades comunitárias, até a produção voltada à acumulação privada de trabalho, excedente com o capitalismo.

Embora a forma de organização hegemônica do trabalho, no capitalismo, seja o trabalho assalariado, isso não quer dizer que seja essa a única estratégia de extração da mais-valia proletária. O trabalhador catador é um exemplo de uma forma de organização “autônoma” do trabalhador, cuja subordinação, no circuito da comercialização aos ditames do capital, se traduz em jornadas extensas, baixas remuneração, poucas perspectivas de melhoria e insegurança profissional.

O trabalho enquanto elemento ontológico, histórico, variável no espaço e inerente ao homem, e que segundo Marx, é o que o diferencia dos outros animais, a mediação entre homem e natureza se dá por meio do trabalho, é uma relação obrigatória diferente da relação dos animais com a natureza, a exemplo a relação do Tamanduá com o cupim, que é de seu próprio instinto, no entanto, ele não executa trabalho. Antes de executar trabalho, antes de tudo, o homem idealiza o que vai fazer por isso o trabalho é ontológico e inerente ao próprio homem.

Nem todas as relações humanas são explicadas através do trabalho, existem outras esferas que interferem no trabalho. As sociedades que organizam o trabalho de forma diferente, a exemplo dos indígenas que, têm outra função que não é a acumulação de capital, portanto, os objetivos do trabalho são determinados socialmente, garantindo o seu caráter histórico. O trabalho é, nesse sentido, ontológico, pois é inerente às sociedades humanas e histórico-geográfico, mudando com a história da sociedade.

O trabalho foi transformado pelas relações históricas, organizado na sociedade para a acumulação de capital, sob o modo de produção tipicamente capitalista. Esse

passou por mudanças distintas, da predominância do valor de uso passa a trabalho produtor de valores de troca, com o advento do capitalismo. Segundo Lessa (2007), trabalho abstrato é precisamente o processo social pelo qual o capital, em sua autovalorização, desconsidera as diferenças ontológicas entre as diferentes práxis sociais, reduzindo-as, todas, àquilo que, para ele, é essencial: as suas diferentes capacidades de produzir mais-valia.

O trabalho voltado à produção de valor de uso se transformou em trabalho abstrato, e a lógica do capital como processo social extrator de valor torna-se hegemônica. Seus princípios fundamentais e a forma como o trabalho é controlado para atender suas demandas, acarretando consequências ao ser social, que trabalhava/trabalha para manter sua existência. A separação do homem de seus meios de produção, que Marx designou de acumulação primitiva, a expropriação dos camponeses de seus meios de produção, obrigando estes a migrarem para as cidades, donos apenas de sua força de trabalho.

Com o advento do capitalismo, o homem passa a vender sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria. Assim, de trabalhador para manter sua própria subsistência, o homem passa a ser proletário. Nessas relações, o trabalho se configura numa relação assalariada, alienada e fetichizada.

A partir deste período, o trabalhador não tem o controle sobre seu trabalho, que é propriedade (mercadoria) do capitalista. Seu objetivo é obter valor excedente, atuando sobre as ordens mercadológicas, com vistas à produção para o valor de troca, extraída no momento de realização da tarefa (mais valia). No final de todo o processo, seu trabalho é propriedade do capitalista, e não do trabalhador, tornando-se um sujeito “estranhado” do seu próprio trabalho. A mais valia é retirada dos trabalhadores de formas variadas. Segundo Marx (1985), a mais valia absoluta é retirada no processo de prolongamento da jornada de trabalho, e a mais valia relativa é decorrente da introdução da maquinaria no processo produtivo, diminuindo-se o tempo necessário de trabalho na produção das mercadorias, sem necessariamente prolongar a jornada de trabalho.

Ao recorrer ao caso dos catadores, seu trabalho torna-se estranhado na relação entre catador e produto (resíduos). Há uma distinção importante quanto ao trabalho assalariado, pois trata-se de uma auto-exploração, visto que a jornada de trabalho não é definida por ele, mas pela necessidade premente de obter renda para sua existência, e a única possibilidade é estender sua jornada para obtê-la. Embora o homem possa ter o

controle do processo de trabalho, garantindo a si certa liberdade para executar a atividade, isso não minimiza a sua situação subordinada no processo em geral.

Os catadores coletam o “lixo” que os outros consumiram, mas não participam do resultado final, ou seja, do produto fabricado a partir dos recicláveis, pois não possuem condições para adquirir/consumir. O trabalho do catador torna-se estranhado no processo que o catador produz o que é determinado pelo mercado, e não necessariamente porque ele precisa produzir.

No capitalismo, no decorrer da história do processo de produção, o trabalho passou por distintas características, percebe-se que este mudou várias formas organizacionais de controle/adestramento dos trabalhadores foram introduzidas para atender a demanda de acumulação capitalista. De fordista-taylorista (fragmentado, repetitivo e hierarquizado) para o toyotista, que busca a captura da subjetividade operária, mudando valores e modos de pensar da classe operária.

Enfim, o trabalho de catação de resíduos recicláveis parte deste contexto de transformações organizacionais nos modos de realização do trabalho, centrado no desassalariamento da economia, embora na última década houvesse uma reversão da tendência de informalização. Essa modalidade é uma das novas tendências assumida pelo capital na realização da extração do valor excedente, que vêm aumentando, acentuadamente, no Brasil. A realidade do trabalho de catação na região Oeste do Paraná parte deste contexto organizacional do trabalho para atender às demandas do capital e que não pode ser entendida fora das transformações históricas do capitalismo.

Ao tratarmos das relações de trabalho no Brasil, percebe-se que sempre foram marcadas pelo caráter histórico do trabalho precário. As condições exacerbadas, enfrentadas, no cotidiano, pelos trabalhadores na contemporaneidade, vêm de um longo processo de transformações do mundo do trabalho, com raízes na estrutura desigual e arcaica do país, e intensificada a partir da crise do capital dos anos 1980, que levou a maioria dos países Latinos Americanos a bancarrota.

A precarização do trabalho, além de aumentar acentuadamente, atinge com maior perversidade uma parcela significativa da classe trabalhadora, exemplificado pelo caso dos catadores de materiais recicláveis. Para esses trabalhadores, embora estejam lutando por políticas públicas que visam amenizar a precariedade do trabalho e da condição de vida, o processo é mais penoso em relação às outras categorias de trabalhadores. Embora atuem sob a perspectiva do cooperativismo e da economia

solidária, sob o manto da legalidade, em seu bojo predominam relações de trabalho quase predatórias.

Mesmo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (2010) Lei nº 12 305, que institui a logística reversa¹², entre outras ações que determinam o fim dos lixões a céu aberto, obrigando os municípios a implantar o programa de coleta seletiva, isso, ainda, não é uma realidade concreta para os municípios brasileiros, nem tão mesmo transformou o trabalho dos catadores.

Apesar da luta, dos esforços do movimento, pouco se alterou o quadro da catação/coleta, mesmo com a implantação dos programas de coleta seletiva, para atender a demanda das cooperativas, principalmente nos municípios aqui apresentados.

Em relação aos programas, segundo Centro Empresarial Para Reciclagem - CEMPRE (2010), houve aumento gradativo de cooperativas inseridas nos programas de coleta seletiva municipal. Nos municípios brasileiros, em 1994 eram apenas 81 (oitenta e um) municípios e, em 2000, somaram um total de 443 (quatrocentos e quarenta e três) municípios de modo geral.

A pesar que tenha aumentado o número de cooperativas nos programas, conforme é colocado pela CEMPRE, essa realidade está longe de se concretizar em todos os municípios brasileiros. Em Cascavel e Foz do Iguaçu, as cooperativas apenas abarcam uma parte da coleta seletiva do município, ficando outra parte para empreiteiras privadas, conforme determinado pela política municipal. O trabalho dos catadores torna-se insuficientes para uma melhoria significativa de renda, pois os resíduos disponibilizados não são suficientes para atender a demanda das mesmas. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, muitas vezes os catadores ficam sem trabalhar por não ter o material para o processamento.

A respeito das mudanças na forma de realização da atividade, Gonçalves (2011) têm apontado significativas alterações, como as atividades são realizadas e organizadas, mas não na relação de sustentação do ciclo econômico da reciclagem pela força de trabalho barata dos catadores.

De acordo com Gonçalves (2011):

¹²A logística reversa tem por objetivo a implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A lei estabelece a obrigatoriedade de estruturação e implementação de sistema para as cadeias produtivas de agrotóxicos (seus resíduos e embalagem); pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes (seus resíduos e embalagens); lâmpadas fluorescentes (de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista); e produtos eletroeletrônicos e seus componentes. (http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/mnrc-acompanhou-o-lancamento-do-comite-orientador-de-logistica-reversa).

[...] as mudanças ocorrem mais na forma que a catação é realizada e organizada, mas as relações estabelecidas no circuito mercantil com os demais agentes em nada têm alterado, sendo o número crescente de cooperativas/ associações, e a expansão dos programas de coleta seletiva a expressão de todo esse processo. E ao mesmo tempo formando agrupamento de trabalhadores fragilizados em condições políticas, econômicas e infra-estruturais precárias. (p.21).

Porém, a lógica de utilização da força de trabalho de pessoas desempregadas a longo tempo, na recuperação de resíduos aqui apresentados, possui especificidades com outras regiões do Brasil, pela forma e semelhanças pelas quais a catação é realizada e organizada no processo de acumulação do capital. Contudo, complementamos com Thomaz Júnior (2011):

[...] encimado no cenário mercantil, fundado na lógica da produção/extração da mais valia o capital tece dialeticamente seu mundo (re) construindo relações de subordinação, de controle e de mando, que fundamenta a relação capital-trabalho (p. 97).

O capital utiliza da força de trabalho de um segmento desterritorializado e numeroso no Brasil, favorecendo o recrudescimento de um exército de trabalhadores desprovidos e fragilizados, que na rabeira da expansão do mercado da reciclagem monopolista, anuncia mais uma das vicissitudes predatória e específica do capitalismo na contemporaneidade. A política da economia solidária é centrada no desassalariamento da economia, contudo, o que temos visto nos últimos anos é a transferência de postos de trabalho da indústria para comércio, serviços etc; e incrementando o trabalho por conta própria e trabalho informal, maneira conveniente que o capital encontrou para dar continuidade ao processo de acumulação e reduzir a força da classe trabalhadora nas lutas sociais.

A desmobilização dos trabalhadores catadores vem de um passado histórico marcado pela raiz assistencialista de agentes externos às organizações dos catadores. Ainda que, no entendimento do MNCR, a ajuda é no sentido de alavancar a organização dos grupos, mas nos dez anos de existência do Movimento há dependências, sobretudo, de ajuda na organização, e no andamento administrativo da cooperativa.

Essa relação com o assistencialismo social é marcante nos grupos de catadores pertencentes à COOTACAR e COAAFI, que se organizaram sob a forma coletiva, com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e renda. Para tanto, sujeitam-se às

amarras de entidades externas, ligadas ao processo organizativo, como verificou-se nas informações levantadas em campo.

No que diz respeito às concepções políticas, seus avanços, além da organização do trabalho, encontram-se muito fragilizados. O apoio de agentes externos (entidades assistenciais, prefeituras, entre outros órgãos governamentais) coloca os catadores na condição de indivíduos inofensivos, dóceis e a se sujeitarem às diretrizes impostas pelas entidades. Como apontou-se anteriormente, essa é uma condição tradicional, em que os catadores requerem proteção paternalista, mesmo quanto à organização deles mesmos.

As pessoas que atuam neste tipo de atividade, em sua maioria, estavam/estão inseridas em um contexto de desemprego a longo tempo, marcado pela alta rotatividade do trabalho e com vínculos empregatícios precários e informais. Nessa análise, é possível averiguar com maior precisão no terceiro capítulo.

Apesar das teorias do cooperativismo e da economia solidária contextualizarem seu ideal como forma de “retirar” pessoas da condição de miseráveis e inseri-los em outro contexto, que lhes garantam uma vida mais digna e pressuponha a formalidade aos cooperados, não é essa a realidade vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa. Eis a contradição do trabalho coletivo sob a perspectiva do cooperativismo.

Para os grupos auto-organizados é atribuído o papel de empreendedores, ideologia neoliberal do empreendedorismo, dono do próprio negócio. Entretanto, temos presenciado novas formas centradas na espoliação do trabalho e na perpetuação das mazelas sociais, mascaradas no discurso de empreendedores.

Historicamente, o sistema metabólico do capital busca meios de escamotear os direitos trabalhistas para o processo de acumulação. Para que isso ocorra, prevalece a deterioração do contrato de trabalho, assim como a precarização das relações de trabalho e a terceirização.

No entanto, no capitalismo, todos os trabalhadores estão sujeitos a desenvolverem relações de trabalho precário, ou ainda, a precarização das condições de trabalho é inerente ao próprio trabalhador. Seguindo essa idéia, com relação à discussão posta aqui, podemos dizer que, compreender a precariedade como um estado, ao passo que a precarização é o processo que pode intensificar ou levar a um estado de precariedade (ALVES, 2005).

O elemento fundamental desta pesquisa é compreender a territorialização do movimento frente à reprodução ampliada do capital, no setor da reciclagem, que busca, na sua dinâmica territorial e locacional, meios de acumulação, ou seja, lugares onde a

força de trabalho esteja exposta a todo tipo de fragilidade, como históricos de lutas sindicais inexistentes, mão de obra barata e subsídios por parte do Estado para as políticas de incentivos à organização desenhado na perspectiva do cooperativismo, maneira conveniente que o capital buscou para continuar o processo de acumulação.

Averiguou-se a existência de um estado de desmobilização política por parte de alguns, marcada por diversos fatores acumulados ao longo da vida dos sujeitos envolvidos, especialmente, perante as mobilizações, talvez seja a condição social e política que reflete no sentimento de não apropriação da causa coletiva.

Assim, o contexto econômico atual, aliado às redefinições políticas, se soma ao quadro de precariedade anterior ao trabalho na catação, caracterizado pela combinação de fatores que adquirem dinâmicas próprias em cada caso, tais como: desemprego a longo tempo, levando-os a se sujeitarem a qualquer tipo de trabalho, a pobreza, a baixa escolarização, o trabalho precoce. Contudo, as experiências em trabalho informais que estão fora das lutas sindicais ou de outras organizações associativas, colaboram na falta de “interesse” pelas causas políticas. Tais elementos, apontados anteriormente, contribuíram na fragmentação das lutas de classes, não sendo, no entanto, determinantes.

Antes de tudo, a catação de materiais recicláveis é o processo que leva a precariedade do trabalho, marcada pela degradação do ser social, de incertezas, além de estarem sujeitos às variações do tempo, das metamorfoses do mercado da reciclagem, dos riscos à saúde e de acidentes de trabalho, como serem atropelados quando estão circulando pelas ruas a procura dos resíduos. Portanto, eles não estão só sujeitos aos riscos ocupacionais da profissão.

Ainda, enfrentam os estigmas sociais impostos pela sociedade, somados aos riscos de contaminação ao manusear os resíduos sólidos, no momento de separação entre o que é ou não reciclável, a falta do uso de equipamentos de proteção individual – EPIs, marcada pelo alto custo dos equipamentos ou pela falta de orientação. Além disso, a despreocupação dos catadores com a saúde submete-os às condições de riscos na atividade.

Àqueles que atuam nos lixões, cuja (crianças, adolescentes, adultos e idosos) exposição aos riscos é maior, uma vez que, nestes locais, há agentes físicos, como materiais cortantes; vidros, objetos pontiagudos, exposição ao frio, ao calor, à fumaça e posturas forçadas e incômodas, dentre outros fatores. Além disso, há os *agentes químicos*: tais como, líquidos de pilhas e baterias, óleos e graxas, herbicidas, solventes,

tintas, entre outros produtos como restos de produtos de limpeza, e os *agentes biológicos*: como bactérias, fungos e vírus (ALENCAR, *et al*, 2009).

Sublinha-se que essa situação, não é específica apenas daqueles que estão nos lixões. Os catadores cooperados também estão expostos aos riscos à saúde via contaminação com materiais cortantes e contaminados. O fato é que os resíduos, quando chegam à cooperativa, não estão livres da contaminação, não há uma separação rigorosa no momento de descarte pela população. Nos depoimentos obtidos em campo, esse tem sido um dos pontos destacados pelos catadores, a falta de separação dos resíduos causa incômodos no momento da separação e classificação dos mesmos.

Por outro lado, não há uma política de fiscalização que proíba a reutilização de objetos que possam trazer danos prejudiciais às pessoas, como as lâmpadas fluorescentes encontradas na cooperativa, como pode ser verificado em Cascavel, não há uma fiscalização que obrigue do uso de equipamentos de proteção individual, luvas, aventais, botas e máscaras.

Deste modo, o manuseio de lâmpadas fluorescentes sem equipamentos adequados traz riscos à saúde, as mesmas possuem em sua composição substâncias como mercúrio que, quando ingerido ou inalado, causam efeitos nocivos aos seres humanos e animais. Na forma que está às lâmpadas (na foto) não causaria riscos, pois só ao serem quebradas (como fazem os catadores para retirar os fios de cobre) que as lâmpadas liberam a substância que pode ser absorvida via respiratória, principalmente pelos pulmões, causando problemas respiratórios.

Não há, nesse sentido, uma política eficiente de segurança de trabalho nas cooperativas. Segundo a catadora Maria, do barracão de Porto Belo, em Foz do Iguaçu,

Nós participamos de palestras, cursos de orientação, tipo, não utilizar objetos, como remédios que encontramos no meio dos resíduos¹³, porém, exames periódicos que verifique se foram contaminados por objetos pontiagudos não são realizados. (Trabalho de campo, 2011).

Outro problema enfrentado por eles é o mau cheiro inalado, junto aos recicláveis encontra-se muita sujeira, principalmente restos de alimentos, outro problema enfrentado é a posição incômoda no momento da separação e classificação dos

Fonte: Trabalho de campo realizado em Foz do Iguaçu.

recicláveis, como exemplo na foto- 1, que mostra o desconforto na realização da atividade, implicando em problemas de coluna e dores musculares.



Foto – 1 Lâmpadas fluorescentes na cooperativa COOTACAR em Cascavel/PR
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

Embora o trabalho realizado na esteira rolante também proporcione lesões musculares aos trabalhadores pelos movimentos repetitivos, como o da linha de produção na planta fabril, o uso da tecnologia ao menos poderá agregar valor aos produtos, como aponta Gonçalves (2006, p. 140), “pois desse trabalho dependerá não só o ganho com a comercialização dos recicláveis, mas também a preparação para um composto mais limpo e em possíveis condições de comercialização,” que será possível com a utilização da esteira na melhor separação e lavagem dos mesmos, assim agregando valor aos resíduos.

A introdução de tecnologia no processo da reciclagem não elimina por completo os impactos negativos do trabalho. Não podemos afirmar, nem tão mesmo apresentar-se pontos positivos nesse sentido, não há estudos suficientes que o comprovem.

Por conseguinte, a tecnologia pode vir a agravar ainda mais a situação dos principais atores da reciclagem, a mesma proporciona a concorrência no mercado, que necessita, por sua vez, de um trabalhador a se sujeitar à intensificação do ritmo da maquinaria.



Foto – 2 Catadoras classificando resíduos recicláveis em Foz do Iguaçu/PR
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

Porém, os resultados obtidos estão condicionados à participação, a responsabilidade ao profissionalismo de seus cooperados, uma vez que são eles os seus próprios patrões. Por serem donos do “próprio negócio”, assim arcam com os custos de manutenção dos equipamentos, dentre outros gastos.

A nova organização do trabalho, “em equipe de forma taylorizada com aqueles essencialmente rudimentares e insalubres como separação manual do lixo” (BORTOLI, 2010) demandará um trabalhador catador, com maior tempo de disponibilidade às ordens mercadológicas do capital, a cooperativa inserida nesta lógica buscará a otimização do trabalho, com as consequências inerentes a tal intensificação da produção e do trabalho.

A evolução da ciência e da técnica, com a introdução da maquinaria no processo produtivo, não veio para aliviar o dia a dia dos trabalhadores da labuta, e sim extrair a mais valia relativa, acompanhada da mais valia absoluta, com a reorganização do trabalho e intensificação da jornada de trabalho, com esforços repetitivos, levando-os à exaustão.

Como já aludiu Marx (1985), a utilização da maquinaria pelo capital não visa aliviar a labuta diária dos trabalhadores. O objetivo do capital é:

Baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para aplicar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia. (1985, p. 427).

No caso das cooperativas, ao usarem equipamentos precários de trabalho e muitas vezes improvisados, como podemos observar na foto- 3, os catadores improvisaram a esteira para o trabalho se tornar menos oneroso. O uso de equipamentos obsoletos reflete na baixa produtividade, comprometendo a competição contra as empresas que possuem equipamentos mais avançados. Porém, a utilização da maquinaria poderá melhorar a produtividade e a condição de trabalho, o uso de tecnologia, em si, não significa a maior ou menor degradação do trabalho, mas o contexto no qual ela é aplicada.



Foto – 3 Catadoras classificando materiais recicláveis em Cascavel/PR
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

Deste modo, a falta de tecnologia adequada tende a tornar-se a condição de trabalho dos catadores mais sacrificante, os equipamentos atrasados, e sem capital de giro, dificilmente competirá com as indústrias, intermediários que atuam no ramo. Tudo isso poderá, no mínimo, levar os trabalhadores a se sacrificarem, como, por exemplo, na jornada do trabalho, a fim de aumentar a produtividade. (BARBOSA, 2007).

Entretanto, observa-se que essa concepção não é entendida pelos catadores de forma que venha a interferir no negócio. Desta forma, a baixa renda obtida é explicada pela presidente da cooperativa e demais agentes externos, envolvidos no negócio da cooperativa, como falta de vontade/empenho do grupo.

A baixa renda, oriunda da catação, não pode ser entendida apenas pela preguiça ou pela falta de empenho, como é colocado, há outros fatores que interferem na autoestima do grupo. A excessiva jornada de trabalho dos catadores leva ao cansaço físico, e este, por sinal, está atrelado ao desamparo, a frustração e humilhação acumulada ao longo dos anos, o que se desdobra em consequências posteriores na saúde física e mental dos trabalhadores. É nesse sentido que o MNCR reivindica políticas públicas, sobretudo melhorias nas condições de trabalho e renda, o que, no entanto, acaba por não resolver a problemática da vida dos catadores. Este assunto estaremos aprofundando no próximo capítulo.

A precariedade do trabalho não se encontra, apenas, na forma de realização da atividade, referindo-se, também, ao trabalho mal remunerado, que provoca sentimento de descaso e revolta, e ao pouco valor social no trabalho. Apesar dos discursos ambientais que mesclam a verdadeira realidade desses indivíduos de catadores de lixo para “agente ambiental”, os catadores ainda se sentem como categoria de trabalhadores desprotegidos de direitos trabalhistas.

O Movimento dos catadores enfatiza que, com a disponibilização dos resíduos pelas empresas (órgãos públicos), haverá mudanças, como a autonomia dos catadores no controle dos “resíduos sólidos”. No contexto de trabalho, no qual estes trabalhadores estão, o “novo modelo” de gestão dos resíduos sólidos garante apenas aos trabalhadores a inserção no mercado de trabalho de modo precário e em condições insalubres, sem o mínimo de direitos garantidos por lei aos trabalhadores. Para Magera (2005), na qualidade de empreendedores, esconde relações predatórias por força da valorização industrial do material reciclável.

Isso pode ser visto na foto – 4, entreposto da COAAFI, no bairro Cidade Nova/Foz do Iguaçu/PR, e na Sede da COOTACAR, onde vislumbra-se o trabalho dos catadores em um local com estrutura física muito precária. Durante a realização da atividade (classificação e prensagem dos resíduos). As condições internas de trabalho, dentro do barracão, além de ocorrerem de maneira rudimentar, em que eles próprios improvisam o lugar para separar os resíduos, há também a insalubridade, e pouca ventilação no local.



Foto - 4 Condição de trabalho dos catadores na área interna – COOATACAR e COAAFI

Foto: Solange Queiroz Ribeiro

No barracão da Cidade Nova, em Foz do Iguaçu, tal improvisação impossibilita a circulação de pessoas pela área interna do barracão, tornando-se um transtorno aos trabalhadores.

Ademais, a atividade de catação nos municípios estudados se expressa enquanto extremamente precária desenvolvida sob a condição de trabalho degradante, atendendo aos requisitos conceituados por Barbosa (2007), como trabalho precário. Mesmo seguindo os princípios do cooperativismo, não houve transformações, visto que o quadro da precariedade e da condição de trabalho e da renda mantém-se inalterado.

Tais políticas, implantadas pelo Estado, são para amenizar os conflitos estabelecidos entre catadores, empresários e sociedade civil organizada, assentada no mando e controle dos trabalhadores. Os carrinhos elétricos, desenvolvidos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em parceria com o movimento dos catadores, tinham/tem por objetivo de melhorar as condições de trabalho.

Nos documentos do MNCR, ou nos discursos de Lula, é possível perceber a finalidade de tal tecnologia, foto – 5, cujo intento é diminuir a penosidade do trabalho no recolhimento do material nas ruas. Mas, os carrinhos disponíveis não abrangem todos os cooperados, e o custo de manutenção e recarga da bateria recai sobre o cooperado/cooperativa que, muitas vezes, não os utiliza pelo custo adicional que ele significa.



Foto – 5 Carrinho elétrico desenvolvido pela ITAIPU em parceria com o MNCR
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

Para tanto, as transformações significaram algumas melhorias na condição de realização do trabalho.

A renda como pode perceber na tabela -1, varia muito de mês para mês, contudo, depende da intensificação do ritmo do trabalho, da produtividade e dos resíduos descartados. Há meses em que os ganhos chegam a um salário mínimo (que no período das entrevistas era de R\$ 510,00), em outros casos fica abaixo, chegando a uma média de R\$ 300,00. Ressalta-se que tais valores dependem da quantidade de resíduos coletados, do preço no mercado alcançado dentre outros fatores, no entanto, a média salarial total do grupo está em torno de R\$ 405,00 por mês.

Tabela- 1 Renda dos catadores entrevistados

FOZ DO IGUAÇU		CASCAVEL	
Sede (COAAFI)	R\$ 510,00	Sede (COOATACAR)	R\$ 510,00 a R\$ 300,00
Barracão (Porto Belo)	R\$ 510,00 a R\$ 400,00	_____	_____
Barracão (Cidade Nova)	R\$ 400,00 a R\$ 300,00	_____	_____

Fonte: trabalho de campo, agosto-outubro de 2011.

Entretanto, a forma de realização do trabalho dos catadores tem redefinido, porém, não subverteu a lógica da sua funcionalidade ao sistema capitalista, que utiliza da força de trabalho barata e fragilizada no processo acumulativo.

Não estamos menosprezando a organização política dos catadores, porém como está dificilmente se emanciparão politicamente. Assim, a organização apresentou pequenas melhorias nas condições precárias no momento da realização do trabalho. No que diz respeito à renda, alguns catadores apontam mudanças, mas é algo incerto, pois depende da produtividade, como dito anteriormente. É uma melhora num quadro de grande precariedade, que não supera essa condição. Estaremos aprofundando este assunto no capítulo 3, no qual será abordado as cooperativas estudadas.

Seguindo o raciocínio lógico de Barbosa (2007), é precário todo o trabalho realizado sob uma ou mais das seguintes condições: a) em tempo parcial do dia/semana/mês, com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviços b) destituídas de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias renumeradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social, seguro-acidente de trabalho, aposentadoria, licença maternidade, entre outros.

Essas características não são apenas exclusivas do trabalho na catação, é uma realidade do mercado de trabalho brasileiro, nas duas últimas décadas do século XX. Conforme Pochmann (2006, p. 61), a maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outros. Para o autor, por conta disso, o grau de precarização da força de trabalho voltou a aumentar a partir dos anos 1990.

Nessa processualidade, a nova expressão, assumida pelo capital, desdobra-se na intensificação da jornada de trabalho, na desregulamentação das leis trabalhistas e nos contratos de trabalho - a contratação por meio da terceirização principalmente - ou seja, a superexploração da força de trabalho (ANTUNES, 1999).

As mudanças, oriundas da nova política de mercado, centradas na busca da produtividade e na concorrência, que é inerente do capitalismo, inseriram a economia brasileira na acirrada concorrência do mercado internacional. As economias consideradas, até então, mais desenvolvidas atuam de forma perversa, provocando a precarização do trabalho e o aumento do número de pessoas em alta rotatividade e mobilidade no trabalho, atendendo a demanda do capital quando lhes convém. Isso tudo proporcionou a desregulamentação dos direitos do trabalho, a acentuação do processo de fragmentação da classe trabalhadora, a desarticulação do sindicalismo de classe, a precarização e, por fim a terceirização, forma renovada do capital de auto-reprodução.

Nesse quadro de flexibilização, surgem renovadas formas de exploração, mediante as quais acentuam os contratos temporários e precários, além da figura empresarial invisibilizar, até mesmo, o recuo das lutas sindicais e dos trabalhadores.

Em outras palavras, o perfil de pessoas inseridas em relações precárias, insalubres e degradantes no Brasil se alterou, antes atingia parcela específica de trabalhadores, bem como na cata de materiais recicláveis houve redefinições, deixando de ser um fenômeno do passado recente, um segmento específico (os moradores de rua) em via de miséria é nessa contextualidade que surgem as primeiras iniciativas de organização do trabalho em cooperativas).

De certa forma, pode-se dizer que era um fenômeno relativamente homogêneo, diante do movimento de desestruturação do mercado de trabalho, essa atividade agregou outros trabalhadores, com empregos considerados estáveis e formais. Nesse contexto, formas variadas de trabalho se expandiram, dando fôlego renovado para a acumulação do capital.

A atividade, identificada no passado como pertencente aos moradores de rua, aos analfabetos, aos desempregados de longo tempo, cujo vínculo entre si era a experiência familiar no trabalho da catação, apresenta modificações na atualidade, visto que, hoje, sua caracterização tornou-se mais complexa.

Outro fator importante é a predominância de pessoas do sexo masculino no passado, em contraposição à predominância das mulheres na atualidade. Este índice pôde ser constatado por meio das entrevistas, visto que 75% dos catadores são mulheres, com histórico de trabalho profissional marcado pela precariedade e a informalidade.

Além do expressivo montante de pessoas exercendo a catação, pode-se concluir, portanto, que não há mais uma característica específica das pessoas (moradores de rua) que tem na catação o meio de garantir sua existência. O contexto mais amplo da crise do emprego incluiu pessoas em atividades consideradas formais, que nos finais de semana ou final do dia, após a labuta, recolhem resíduos para incrementar a renda, bem como aposentados e jovens sem experiências e qualificação para o trabalho.

Segundo o MTE (2011) e o MNCR (2010), as mulheres são a maioria, até mesmo nas representações políticas (militantes) do movimento, uma vez que em que houve aumento de mulheres nos cargos. No Brasil, as mulheres, tradicionalmente, ocupam cargos inferiores ao dos homens, ou atividades mais precárias. Além disso,

embora ela, a mulher, exerça os mesmo cargos que o homem, sob a mesma qualificação profissional, a remuneração daquela é inferior a este.

Nota-se na cooperativa não há diferenciação de salários em relação ao gênero, e sim divisão sexual das atividades, a qual, no entanto, nem sempre é realizada como foi proposto. Esta questão estaremos aprofundando no terceiro capítulo.

Até então, de acordo com Antunes (1999), a precarização das relações de trabalho não é homogênea a todos os setores da classe trabalhadora. Para autor “o processo é penoso para todos” para as “mulheres, por exemplo,”. A inserção da mulher se deu de forma precarizada e desigual no mercado de trabalho, embora nos últimos anos houve a ocupação de cargos administrativos, dentre outros pelas mulheres, que até então, eram ocupados apenas pelos homens, mas a combinação salarial ainda está em desvantagens entre homens e mulheres.

No caso das cooperativas estudadas, percebe-se que a forma precarizada do trabalho não possui distinção de ocupação entre ambos os gêneros, todos são portadores de condições de trabalho e remuneração precárias de forma homogênea, ou seja, não há cargos de menor concepção e remuneração que sejam direcionados às mulheres, como aponta Antunes (1999), no setor fabril. Para os catadores, de acordo com Gonçalves (2006):

[...] percebe-se que a precarização das condições de trabalho é mesclada como algo normal da catação. “a precarização das condições de trabalho é sempre lembrada, de maneira não declarada, como estruturante do sistema de coleta e triagem dos recicláveis, o que garante a lucratividade de vários outros atores envolvidos com a reciclagem dos materiais, mas não dos trabalhadores catadores. (p. 139/140).

Nota-se, portanto, que é a utilização da força de trabalho barata dos catadores na recuperação e separação dos materiais recicláveis na produção de novas mercadorias, a não institucionalidade entre indústria e trabalhadores, a condição de informalidade e da precariedade do trabalhador catador que dá fôlego à todo o processo acumulativo.

Assim, Gonçalves (2011) pondera que,

O trabalho de catação e de separação dos resíduos compostos por materiais recicláveis realizado nas áreas urbanas das diferentes regiões brasileiras tem passado por significativas transformações nos últimos anos [...] as alterações têm se dado muito mais na forma de realização e de organização do, trabalho na tarefa de cata/recolher e de separar os

resíduos recicláveis, não necessariamente na relação que os trabalhadores catadores estabelecem com os demais agentes neste circuito econômico (p. 21).

As transformações e alterações, apontadas pelo autor, estão em diálogo com os grupos da COOTACAR e COAAFI. Apesar de ser uma experiência importante, nessa fração do território do Oeste paranaense, os catadores têm buscado reforçar suas lutas em prol de mudanças no circuito econômico, nas relações que estabelecem a ordem metabólica do capital. No entanto, não alcançada por completo, as melhorias na realização da atividade precária, não significam alterações no circuito econômico da reciclagem, em que os catadores possam se sentir aliviados.

Essa modalidade de inserção social suscita uma imagem de mudanças na conjuntura da condição de trabalho dos indivíduos envolvidos na catação, sendo, também, apresentada enquanto modelo transformador e eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. (CULTI, 2010).

A realidade vivenciada pelos catadores pesquisados não condiz com o que é disseminado, modelo que promove a autogestão e autonomia. Tais iniciativas reproduzem a lógica tipicamente capitalista, pois o trabalho, na recuperação dos materiais recicláveis, mesmo nas cooperativas, sinaliza uma nova forma de inserção dos “excluídos” na lógica de alta reprodução do capital, típica do capitalismo contemporâneo. É visível a forma precária e degradante na exploração dos trabalhadores catadores, subordinados por meio das relações capitalistas no circuito mercantil, determinadas pelo capital.

No caso dos catadores estudados, percebe-se que a precarização do trabalho é marcante na vida cotidiana dos catadores, os quais desenvolvem a atividade em péssimas condições de trabalho. A infra-estrutura dos barracões é precária, na medida em que torna sua condição de trabalho ainda mais degradante e insalubre. Essa é a nova expressão da precarização do trabalho no Brasil, que vem assumindo em sua dinâmica territorial dimensões significativas.

O trabalho de catação, classificação e separação de resíduos sólidos, compostos por materiais recicláveis em cooperativa de reciclagem na região Oeste do Paraná, expressa uma nova modalidade da conjuntura estrutural do capital na utilização da força de trabalho “sobrante”, reinventada pelo capital, no escamoteamento do assalariamento e sem nenhum vínculo empregatício.

Esses trabalhadores exercem essa atividade informalmente, isto é, sem os atributos legais de um trabalhador registrado formalmente, o que é uma dimensão importante da precariedade, já que estão desprotegidos de algumas seguranças e atingem a atividade (sem renda mínima garantida e proteção contra acidentes ou problemas de saúde, maternidade entre outros).

Essa inovação, assumida pelo capital, símbolo do ideário neoliberal, prega a liberdade e autonomia no trabalho em cooperativa, mas em seu bojo predomina a forma tradicional, a fragilidade frente à concorrência do liberalismo econômico, subordinando os trabalhadores frente às ordens e ditames da empresa contratante. No caso dos catadores, não há contrato legal entre cooperativas e indústrias de reciclagem, mas o caráter monopolista das indústrias subordina-os, fragilizando suas ações política, social e econômica no momento da comercialização dos produtos. A condição material de existência dos catadores faz com que tenham que vender imediatamente, sem antes mesmo de especular no mercado o preço dos resíduos a fim de obter maior ganho.

O discurso ideológico, pautado nas práticas do cooperativismo como mecanismo gerador de emprego e de renda, gera falsa liberdade e autonomia sobre o trabalho dos catadores, isto é, a busca pela autonomia na sociedade capitalista os deixa subordinados a condição do mercado que os “emprega”. Ou seja, o trabalhador não tem autonomia sobre si, depende da disponibilidade dos resíduos descartados e das ordens mercadológicas do capital.

Os catadores de material reciclável agem conforme o ritmo do mercado da reciclagem, ou seja, segundo a renda obtida, a qual oscila de acordo com as variações dos preços dos resíduos, cotado no mercado internacional. Porém, para alcançar a renda que garanta sua existência, mesmo que de forma miserável, os catadores terão que intensificar o ritmo de trabalho, de acordo com as pressões provenientes do mercado, o que os leva a se submeterem às vicissitudes do capital, que lhes impõe condições de trabalho e formas de comercialização, a compra dos produtos ocorre conforme sua demanda, o que não garante maiores ganhos no final de todo o processo aos catadores.

Mesmo com algumas pequenas vantagens significativas com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, para os trabalhadores catadores, a nova roupagem, assumida pelo capital na recuperação dos materiais recicláveis, aparece como assalariamento disfarçado e, sobretudo, como nova forma de reprodução do trabalho precário recriado pelo capital, cuja única finalidade de extrair mais valia.

Assim, a pesquisa de campo realizada revelou o estágio embrionário das cooperativas, que estão (re)criando postos de trabalhos precarizados, em condições subumanas e estão longe de exercerem seus direitos plenamente. A exemplo, a cidadania vive a mercê da própria sorte e das políticas governamentais, porém, participam de forma desigual dos benefícios da modernidade.

Os cooperados realizam o trabalho de forma ineficiente, o material classificado e prensado, muitas vezes, não atende às perspectivas de venda almejada, ou seja, uma quantidade que garanta melhor renda. Isso tem originado problemas de toda a ordem, como os conflitos internos, acusações, dentre outros. Os conflitos estão presentes nas duas cooperativas pesquisadas, sendo que em Cascavel são mais visíveis, e a convivência interna dos cooperados é mais conturbada.

Sendo assim, a organização do trabalho contraria os princípios pregados pela economia solidária; autogestão, democracia, solidariedade, autonomia e paradigma de inclusão social.

No que verificou-se, não pode ao menos apresentar/entender a economia solidária como paradigma de inclusão social, os catadores estão inseridos num contexto de trabalho que não garante os direitos sociais mínimos legais conquistados historicamente pelos trabalhadores. Eles estão atrelados ao metabolismo reprodutivo do capital de forma bastante precária e insegura, que rege uma dinâmica de exploração e exclusão de direitos sociais em discursos de desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o presente capítulo tratou das transformações e alterações propostas pela economia solidária. A pesquisa de campo revelou a condição de trabalhadores penalizados no interior do mercado de trabalho. ES, apenas proporcionou algumas mudanças que até então não pode-se apontar que seja algo tão significativo. A coleta em pontos específicos, com horários fixos, em partes, ameniza a precarização do trabalho. Neste caso, não incluem a abertura de sacos de lixo, nem tão mesmo caminhar prolongadas horas a procura dos resíduos, a cooperativa proporciona a recolha dos resíduos com caminhão e carrinhos elétricos.

Por fim, a gestão territorial dos recicláveis pelas cooperativas alterou a forma de realização da organização do trabalho envolvida na catação, mas não retirou a condição de trabalhadores mais penalizados. Além do que, os ganhos estão atrelados diretamente à intensificação do ritmo do trabalho. A gestão dos resíduos, proposta da Lei dos resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis, significa aumentar a produtividade. Todavia, simultaneamente, os catadores são pressionados pelas

prefeituras de suas respectivas cidades para arcarem com toda a demanda do “lixo”. Nesse sentido, essa tem sido a lógica utilizada pelos municípios, a fim de mascarar a realidade da disputa pela limpeza pública urbana entre cooperativas de catadores e empreiteiras privadas.

CAPÍTULO

2



MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A LUTA DOS CATADORES PELO RECONHECIMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

CAPÍTULO – 2 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A LUTA DOS CATADORES PELO RECONHECIMENTO SOCIAL POLÍTICO E ECONÔMICO NA REGIÃO OESTE DO PARANA

2.1 O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil, de 1999 a 2011

Os ajustes espaciais, impostos pela nova ideologia política de livre mercado e livre comércio (neoliberalismo) é visivelmente observado no novo ordenamento territorial, que a maioria dos países da América Latina vem sofrendo desde o início dos anos 1990 – subordinaram as economias nacionais ao mercado internacional. No Brasil, o processo de reestruturação produtiva, que timidamente eclodiu na década de 1980, provocou ajustes na economia do país. Thomaz Jr. (2009) ressalta que:

[...] no Brasil manifestaram-se os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva na década de 1980; porém, é a partir do começo da década seguinte que atinge maior amplitude e profundidade. Nesse momento, as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico, em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos. (p. 207).

Para tanto, a reestruturação da economia acelerou-se a partir dos anos 1990, com a abertura econômica ao mercado externo no início do governo de Fernando Collor de Mello, intensificando-se durante o governo de FHC- Fernando Henrique Cardoso. A reestruturação do capital implicou uma nova subordinação da economia nacional ao mercado internacional, por meio da abertura nacional aos produtos importados e da adequação ao sistema financeiro nacional a regularização financeira internacional.

Tais estratégias do governo brasileiro, para inserir a economia ao mercado externo, provocaram modificações estruturais na conjuntura do país, sobretudo, no que diz respeito à privatização das empresas estatais, os incentivos às exportações, o enfraquecimento dos sindicatos, a fragmentação da classe trabalhadora, os incentivos ao agronegócio – em detrimento da agricultura camponesa, o baixo investimento em infraestrutura e, em serviços básicos. Ou seja, a maioria da população brasileira se viu a mercê da própria sorte, em razão da nova política de mercado ostentada pelo governo brasileiro. Isto aponta e explica o fato de que os direitos históricos, conquistados pelas

lutas sociais do movimento operário, estão sendo tragados pelo liberalismo, e revertidas em programas de combate à pobreza.

Assim, marcado por profundas mudanças técnicas e organizacionais, o espaço geográfico torna-se um trunfo para a reprodução do capital. Por conseguinte, fragmenta-se em territórios produtivos, controlados por grupos hegemônicos que atuam no mercado econômico global e, os quais são reorganizados por meio de políticas neoliberais.

Nesse sentido, atualmente, o que temos visto no país, nas últimas décadas, é um percentual relevante de pessoas vivendo em condições de miserabilidade, e, assim, acentuando a informalidade.

O Brasil foi um dos países da América Latina avassalado pelas políticas neoliberais e continua em seu domínio até os dias contemporâneos. Nesse sentido, Thomaz Jr. (2009) enfatiza:

Os fatos que mais marcaram o reajuste macroeconômico, todavia, estiveram afeitos às diversas internacionalização do desemprego tecnológico, muito semelhante ao existente nos países desenvolvidos, especialmente no tocante às características específicas da intensa precarização do mercado de trabalho brasileiro. (p. 207).

Sob este viés, as medidas paliativas do capital dificultam a luta dos trabalhadores, atrelada à conjuntura estrutural do desemprego dos últimos anos, com a intensificação da precarização das relações de trabalho, a flexibilização das leis trabalhistas, a instabilidade e a informalidade. Com isso, a acentuada fragmentação da classe trabalhadora repercute diretamente na organização sindical corporativista: professores, trabalhadores rurais, metalúrgicos e os trabalhadores informais, que estão fora da representatividade sindical, e constitui-se, de modo fragmentado, em trabalhadores temporários, contratados, subcontratados, domiciliares e terceirizados (THOMAZ Jr. 2009).

As transformações históricas, políticas e geográficas das últimas décadas nos levam a entender o controle do capital sob o trabalho, que limitou as estratégias da classe trabalhadora, organizada por meio de suas organizações de classe (os sindicatos). Tais organizações, vale citar, passaram ao enfrentamento de questões pontuais, tendo, a título de exemplo, a ação burocrática apenas pelo viés legalista da negociação dos

acordos coletivos de trabalho, em contraposição aos enfrentamentos diretos com o capital. Nas palavras de Antunes (2002):

Esse processo de reestruturação produtiva do capital, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 70, forçou uma redefinição do Brasil em relação à divisão internacional do trabalho, bem como sua (re)inserção no sistema produtivo global do capital, numa fase em que o capital financeiro e improdutivo expande-se e também afeta fortemente o conjunto dos países capitalistas. Por certo, as condições econômicas, sociais e políticas que particularizam o Brasil tem gerado fortes consequências no interior do seu movimento social, em particular entre os movimentos operários e sindical. (p. 237).

Em meio a toda a reorganização política e econômica do país, muitos movimentos sociais são obrigados a se redefinirem. Esse processo de redefinição dos movimentos sociais ocorre, mais especificamente, a partir da década de 1980, com o surgimento de diferentes movimentos sociais, de acordo com as suas respectivas particularidades.

Embora o movimento nacional dos catadores tenha surgido na década de 1990, em resposta a precarização do trabalho dos catadores, construindo, assim, novas formas alternativas de trabalho e de renda, este período destacou-se pela retração dos movimentos sociais no país.

Porém, o surgimento do Movimento dos catadores está atrelado a um período de forte discussão sobre questões ambientais e sobre a destinação correta do “lixo”, que aparece como uma solução para a problemática da crescente taxa de utilização de mercadorias industrializadas, as quais se tornam obsoletas num curto espaço-tempo.

O Movimento surgiu com o ideal de lutar pelos direitos básicos (cidadania) dos trabalhadores, envolvidos na recuperação de resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis. Atualmente, este grupo de pessoas luta pela participação na gestão dos resíduos sólidos, como mecanismo de solução social para a inclusão em projetos alternativos.

O discurso/ideologia que o movimento assume, tem como estratégia a preservação ambiental, a fim de pressionar o governo federal a atender suas reivindicações, o que faz, muitas vezes, os próprios catadores reproduzirem discursos preservacionistas, chegando a apontarem o trabalho de catação como solução para a questão ambiental vigente.

Não obstante, os catadores realizam a atividade da catação com o objetivo de manter sua existência enquanto ser social, embora tenham consciência da importância do papel ambiental que desenvolvem: fazem retornar o lixo, por meio de um processo produtivo, e transformar o que era considerado “lixo” em valor de troca.

Outro segmento envolvido com a reciclagem, e que reproduz a retórica da preservação ambiental, são as indústrias. Estas, embora reproduzam o discurso da preservação ambiental – transformar os recicláveis, encontrados nas ruas, lixões e valas, em novos produtos, de modo a inseri-los, novamente, no mercado de consumo – tem como objetivo maior a obtenção e garantia da lucratividade.

Além disso, as indústrias utilizam da mão de obra barata dos catadores no processo de catação dos resíduos, sem, no entanto, legalizar seu trabalho, categorizado enquanto informal. Para Bosi (2008):

[...] a estruturação da indústria da reciclagem no Brasil só se tornou possível; como negócio lucrativo, quando encontrou grande número de trabalhadores desocupados, fora do mercado de trabalho formal, com baixa qualificação, para realizar o recolhimento e separação dos resíduos de baixo custo, e tendo os catadores como base de sustentação. (p.103).

Para o capital, a reciclagem dos resíduos só é lucrativa no momento em que a força de trabalho envolvida na catação esteja sem nenhum vínculo institucional: a regularização do trabalho, com carteira assinada, e os direitos garantidos por lei, tornariam custoso à reciclagem para o capital, ou seja, seria melhor produzi-la a partir da matéria prima.

A partir dos anos 1980, a atividade dos catadores se expande, garantindo mais visibilidade a esta classe trabalhadora. Esta progressão é influenciada pela redefinição do conceito de “lixo”, que passa a ser considerado objeto de valor não só pelos catadores, mas, também, para outros segmentos da sociedade (BOSI, 2008). Ademais,

O movimento busca por meio de uma semântica coletiva interpretar de forma pública a importância das atividades realizadas pelos catadores, associando em seu discurso não apenas a questão de justiça social, mas também a questão ambiental [...] essa interpretação social do movimento quanto à realidade em que estão inseridos e sua contribuição por meio das atividades que realizam pode ser percebida nos documentos do movimento e nas falas dos catadores em eventos. (PEREIRA, 2010, p. 15).

Assim, o MNCR assume em sua bandeira de luta a racionalidade ambiental como apelo para forjar o reconhecimento social perante aos governos da esfera federal, estadual e municipal.

A dificuldade em realizar a atividade de catação dos resíduos e o não reconhecimento pela sociedade, apesar de ser uma atividade de grande relevância para a limpeza pública urbana: ao diminuir a quantidade dos resíduos jogados nas ruas e aumentar a vida útil dos aterros sanitários, o trabalho desenvolvido pelos catadores diminui ônus aos cofres públicos, pois uma das maiores dificuldades das administrações municipais tem sido encontrar novos lugares para a disposição final dos resíduos, devido às legislações ambientais.

Além disso, a atividade dos catadores proporciona a redução de resíduos nas valas e nas ruas das cidades, amenizando, também, a contaminação do solo. É neste contexto econômico e social que se pautam as reivindicações do Movimento.

Enfim, o cotidiano do trabalho coletivo é uma condição para as trocas de diálogos e debates entre os trabalhadores catadores. A experiência do trabalho em cooperativas e associações, e a ajuda da Igreja Católica, possibilitaram ir além de ações para a organização do trabalho dentro das próprias cooperativas. No entanto, vale sublinhar que o Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis surgiu a partir de ações de agentes ligados a Igreja Católica, sensibilizados com as condições precárias de trabalho dos catadores moradores de ruas.

A reivindicação do movimento está no reconhecimento do trabalho dos catadores, como categoria trabalhista. Assim, as ações dos trabalhadores catadores podem ser entendidas como luta por emprego, renda e a formalidade do trabalho, pois a luta pelo controle da “cadeia de reciclagem” está sustentada na garantia por melhor pagamento a atividade desempenhada por eles, no qual os catadores podem pagar de forma autônoma o Instituto Nacional de Seguro Social-INSS.

Ainda a respeito da importância da igreja na organização dos catadores PEREIRA (2011) acrescenta:

A Igreja Católica teve um papel fundamental nas primeiras experiências de organização de catadores, e ainda hoje, tem uma atuação muito importante na articulação desse grupo em âmbito nacional. A Igreja Católica está na origem dessa dinâmica de organização de que se seguiu a partir da década de 1980. (2011, p. 28).

Além da contribuição da Igreja Católica na organização, há o Fórum Nacional de Estudo sobre População de Rua, e o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania,¹⁴ os quais têm como objetivos promover o diálogo e o debate entre as organizações dos catadores e entidades governamentais.

O processo de articulação das lutas em âmbito nacional, base para a formação do movimento em 1999, ocorreu no I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, realizado na cidade de Belo Horizonte, no qual foi sugerida a articulação do I Congresso Nacional de Catadores Materiais Recicláveis, e a I Marcha Nacional da População de Rua, que ocorreu em junho de 2001, em Brasília.

Nesse evento, ainda foram definidos os princípios e objetivos, formas de organização, reivindicação e bandeiras de luta e, após o evento, foi formulada a *Carta de Brasília* (ver anexo 03), que reivindicava o fim dos lixões e da exploração do trabalho infantil, sensibilizando, para tanto, a sociedade e o poder público perante a situação dos catadores.

De acordo com o MNCR, o objetivo é a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis por meio de projetos de coleta seletiva. Esta mudança deve ocorrer em parceria com poder público e a sociedade civil, as quais possibilitam a efetivação de políticas públicas, a autogestão das organizações de catadores de materiais recicláveis, e a erradicação dos lixões, com garantia de infra-estrutura de apoio e implantação de programas de coleta seletiva.

Ainda nesse congresso, foram escolhidos, por meio de eleições, os representantes que assumiriam a comissão nacional do MNCR, cuja secretaria nacional do movimento está localizada na cidade de São Paulo.

Porém, com o envolvimento nos movimentos sociais, os sujeitos buscam a reelaboração de novas formas de organização e mobilizações, estratégias utilizadas na incorporação de práxis e teoria, permitindo novas práticas de organização das lutas.

Relembrando a luta dos catadores no movimento está relacionada, sobretudo, ao trabalho coletivo em cooperativas e associações que surgiram como mecanismo remediador das ofensivas do capital contra os trabalhadores, no período da crise do emprego, na década de 1980.

¹⁴ Conforme Dias (2009), o fórum tende a contribuir com: subsídios de caráter técnico e financeiro que vem permitindo qualificar: a intervenção política dos catadores de recicláveis, a gestão dos resíduos sólidos em termos de uma agenda ambiental em torno da erradicação de lixões (e do trabalho infantil) e a implantação da coleta seletiva (p. 29).

É fato que, em seu metabolismo reprodutivo, o capital adota estratégias com o intuito de garantir sua dinâmica territorial, que expressa sobre a classe trabalhadora, desdobrando-se na exclusão/inclusão de trabalhadores, enquanto mecanismo de controle sócio-metabólico. O capital torna o espaço e os trabalhadores elementos estratégicos para a (re) produção capitalista, que tende a se territorializar em espaços que ofereçam melhores condições de uso da força de trabalho e de acumulação da lucratividade.

Além disso, vale ressaltar que, o trabalhador desempregado, ou até mesmo os formalizados, a exemplo no setor fabril e em condições de precariedade, o elemento fundamental para a acumulação e expansão geográfica do capital.

Embora para os catadores organizados em cooperativas esse tipo de atividade venha trazer algumas melhorias significativas, nos leva a entender que esses sujeitos não estão livres da estrutura dominante. Como esses trabalhadores poderão romper com a lógica destrutiva do capital, tendo, apenas, a venda da força de trabalho, a miséria, a falta de infra-estrutura e a opressão das administrações municipais contra o próprio negócio dos catadores?

Diante desta problemática é que se encontra o papel dos movimentos sociais, no caso, do Movimento dos catadores. O conflito atual é pela não incineração do lixo, que algumas prefeituras têm adotado como estratégia de contenção do crescimento dos aterros sanitários, bem como pela construção de infra-estruturas (barracões).

Esse conflito não se apresenta, especificamente, como uma luta localizada, como percebe-se nos documentos do MNCR. As manifestações contra a medida de incineração, por exemplo, se territorializam pelas regiões brasileiras, demonstrando, por um lado, uma estratégia sistemática por parte do Estado brasileiro em usar a incineração para solução do problema e, de outro, a articulação nacional do MNCR.

Porém, não só a incineração do lixo é um problema enfrentado, havendo outros, como por exemplo, a falta de estrutura física para a realização do trabalho, que indiretamente influencia na organização dos grupos. Este é o caso dos trabalhadores de Cascavel e de Foz do Iguaçu, como será apresentado e analisado mais adiante.

Na análise empírica da pesquisa, foi possível verificar, no município de Cascavel, a luta dos catadores para a organização do trabalho. Desde o início da organização em 2008, a organização se esbarra na falta de um barracão adequado para o desenvolvimento da atividade, sendo eleita uma das principais causas de reivindicações dos catadores.

Ademais, as cooperativas de catadores de recicláveis não conseguem romper

com a exploração da cadeia industrial da reciclagem, devido ao caráter oligopsônico deste mercado (MAGERA, 2005). Para o autor, as principais barreiras para alcançar alguma autonomia das cooperativas de catadores são econômicas, representadas, principalmente, pela falta de infra-estrutura para armazenar materiais e, assim, buscar melhores preços.

De acordo com Carvalho (2009), ao analisar a crise da luta sindical, especifica que as transformações não implicam redimensionamento só econômico, mas também político entre as classes, pois tal implicação atinge a materialidade e subjetividade dos sujeitos.

No caso dos catadores, embora a questão econômica seja um elemento que não deixa de influenciar no avanço para além dos ditames do capital, somando com a interferência dos órgãos ligados indiretamente na organização dos catadores em cooperativas e interferem no negócio, fragilizando a organização política.

Isso demonstra a realidade retratada em relação às formas organizativas dos catadores encontra-se desarticulada em âmbito nacional, isso quando os militantes do movimento não estão envolvidos em instâncias governamentais.

Esse “pouco” tem influenciado na politização de seus membros. Todavia, embora a parceria entre o MNCR, os catadores e a ITAIPU represente uma aproximação entre ambos, isso não está sendo efetivado, pois a base local e a base nacional se encontram distanciadas.

De acordo com a representante do MNCR na região Oeste do Paraná, as trocas de informações, em sua maioria, ocorrem via e-mail. Entretanto, nem todos têm acesso à internet, ou sabem manuseá-la, o que se torna uma problemática em relação a comunicação entre ambas as partes. Além disso, há a relação de dependência de agentes externos também vem a ser um elemento que contribui na desarticulação dos grupos. Embora o discurso/ideologia apregoado pelo MNCR seja da plena dependência, como se pode averiguar a seguir, no trecho descrito pelo movimento:

A “autonomia” na cadeia produtiva da reciclagem só será “possível” como causa coletiva, dificilmente sem adoção de uma estratégia de forte expressão de dimensão coletiva do movimento alcançará seus objetivos, esse seria o caminho para se ver livre das dependências de instituições, como órgãos governamentais e, não-governamentais. (MNCR, 2010).

Em dez anos de luta, embora o movimento dos catadores tenha buscado dependência em relação às instituições externas, a realidade do grupo se constitui bastante diversa. Uma parte destas pessoas está engessada aos recursos destinados pelo governo federal, estadual e municipal, outros nem isso conseguem. Isso demonstra a fragilidade do Movimento, em construir minimamente estratégias que venha a fortalecer politicamente.

Na realização da pesquisa de campo, percebe-se que alguns dos cooperados têm pouco conhecimento sobre o MNCR, até mesmo em Foz do Iguaçu, cidade na qual existe maior proximidade entre cooperados e o Movimento, por conta da relação do MNCR com a ITAIPU. No caso do grupo do município de Cascavel, há poucos anos intenta articular suas reivindicações com a luta nacional dos catadores, sem, no entanto, efetivá-la. Esse assunto estaremos aprofundando no próximo capítulo.

A estratégia de construção de uma identidade coletiva, buscada pelos catadores no intuito de fortalecer suas demandas por meio do cooperativismo, apresenta-se de forma precária. As organizações dos catadores não seguem os princípios do cooperativismo democraticamente, havendo contradições entre os princípios e a forma de atuação dos cooperados.

Magera (2005), ao analisar as cooperativas de reciclagem no interior de São Paulo, embora estes não estejam articulados ou em via de articulação com o MNCR, pondera que, as cooperativas “fere alguns dos princípios básicos idealizados em Rochdale, pois, havendo hierarquias entre os grupos, gera-se, conseqüentemente, conflitos internos, desconfiança e ressentimento mútuos entre os cooperados”.

Ainda a respeito desta problemática, Magera (2005) avalia:

[...] sem a adoção de uma estratégia nacional que abranja as questões econômicas, políticas e sociais, as cooperativas, bem como seus cooperativados, estarão condenadas a depender das entidades sociais, religiosas, governamentais e não-governamentais, dando continuidade, assim, à matriz paternalista geradora de emprego sem qualificação e não alterando, com isso, as condições de exclusão dos recicladores em seu entorno e, muito menos, resolvendo o problema do lixo no Brasil. (MAGERA, 2005, p. 136).

Os apontamentos de Magera dialogam com o contexto dos catadores estudados, pois os mesmos não possuem barracões próprios, havendo, também, a fragilidade política, o que “anula” estrategicamente a organização política. E, não alterando o quadro de exclusão em que estão inseridos.

Mesmo que os catadores lutem articulados com ou dentro do MNCR, há uma forte dependência por parte deles com entidades sociais e governamentais, a exemplo da ONG Caritas, da ITAIPU, entre outros. Pautado nessa problemática, o movimento vem buscando espacializar suas lutas, porém com suas dificuldades, como a fragmentação dos grupos, os conflitos internos dentre outros. A racionalidade de individualismo muitas vezes acaba predominando entre o grupo, o que pode ser verificado entre os catadores da COOTACAR e COAAFI, que convivem em conflitos com seus pares (representantes, presidente, coordenadores), na cotidianidade do trabalho interno na cooperativa. Existem desconfianças dos demais cooperados em relação aos seus representantes, como exemplo, a baixa remuneração salarial.

Outra questão que averigou-se é a antipatia dos cooperados aos representantes, quando são informados que a cooperativa conseguiu fundos do governo para a compra de equipamentos, como caminhão. Em Foz do Iguaçu, há catadores que ironizam, argumentando “o caminhão está vindo da China, pois o mesmo nunca chegou/chega à cooperativa”.

Por conseguinte, a luta dos catadores está mediada pelo trabalho, como forma de adentrar de maneira menos precária ao mundo do trabalho pela via da formalização da atividade. Para o movimento dos catadores, forjar o Estado a reconhecer seu trabalho, incluí-los em projetos de política pública, formar uma rede de solidariedade entre os grupos, lutar contra a opressão das prefeituras, dos empresários no mercado da reciclagem e formar verdadeiras lideranças, são os primeiros passos de suas lutas.

Foi nesse contexto que emergiu, nas lutas sociais, *o movimento social e político* dos catadores de oposição às medidas paliativas do capital contra os direitos dos trabalhadores e a busca pela cidadania. O movimento formou-se no início da década de 1990, período de descenso dos movimentos sociais no Brasil, e eclodindo no final dos anos noventa por trabalhadores “excluídos” do mercado de trabalho formal com o processo de reestruturação produtiva do capital, momento em que o projeto neoliberal atinge com maior amplitude e profundidade.

Atingindo, de um modo geral, a classe trabalhadora com as novas práticas de remodelagem dos trabalhadores para o trabalho, o capital assume nova roupagem, mascarada na nova política ideológica de mercado, lembrando que a luta dos catadores iniciou mesmo antes da formação do movimento social.

Ressalta-se que a inserção dos trabalhadores catadores no circuito da economia informal está diretamente ligada com a reestruturação do capital. Entre esses

trabalhadores, há uma parcela significativa que é oriunda do campo. Do total dos 45 catadores entrevistados, 18 deles têm sua origem marcada pela migração do campo rumo à cidade em busca de emprego, em razão de fatores como a expropriação e a expulsão do campo.

Com a modernização e mecanização da agricultura, que se iniciou na década de 1950/1960 no país, e se intensificou nas décadas seguintes, houve considerável aumento do fluxo migratório, ou ainda, do deslocamento da população de determinados lugares, regiões. Bem como, para locais onde possuía/possui forte tendência de surgimento de postos de trabalho, especialmente do campo rumo aos grandes centros urbanos com o processo de industrialização, ou para cidades com atração de emprego, devido a sua localização geográfica. No caso da cidade de Foz do Iguaçu, sua proximidade com o vizinho país, Paraguai, é um dos fatores que tem influenciado no deslocamento de pessoas a procura de emprego.

Inseridos neste contexto, muitos trabalhadores que não se adequaram ao trabalho fabril, em razão da exigência por qualificação profissional e experiência no trabalho. Sem alternativas, estas pessoas passaram a desenvolver outras atividades – catação de materiais recicláveis, camelotagem, trabalhos domésticos, entre outras atividades informais – como garantia de sobrevivência.

De acordo com Moreira (2003), pautado nas mudanças nos modelos produtivos e nas mudanças políticas dos últimos anos, afirma que:

A força de trabalho vai tornando cada vez mais cara para o capital, por enquanto ele vai podendo resolver através de uma desterritorialização crescente do campesinato, que nós chamamos de tomada de terras dos camponeses, expulsão dos camponeses, proletarização dos camponeses, “força da barra” para o abandono do campo de fato, do campesinato, a sua migração para se concentrar na cidade e inclusive, “força da barra” no sentido de evitar que o camponês, saindo de sua área rural migre para outras áreas rurais, exigindo e criando todo mecanismo para que o destino da migração-camponesa seja a cidade. (p. 54).

A expulsão e expropriação estão relacionadas, sobretudo, à integração do trabalhador ao sistema capitalista de produção, que garante a sua existência por meio da desapropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, lógica pela qual o capital subordina, explora, expropria e expulsa os trabalhadores do campo, levando a esses o deslocamento rumo à cidade. Para aqueles que não atenderam às exigências do capital, não há outra alternativa, senão garantir sua reprodução social, por meio da economia

informal.

Contudo, vale lembrar que o movimento dos catadores surgiu em meio a nova conjuntura política, assumida pelo Estado, política de ajustes que, apesar de suas crises e consequências, continua produzindo desigualdades e lucro.

Segundo o MNCR (2010), durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva são fortalecidas as ações do movimento em virtude das conquistas de demanda sociais. Uma das conquistas que o movimento aponta é a contratação das cooperativas por meio do Decreto do Governo Federal 5.940/06 e Decreto Estadual 4.167/09, que prevê a coleta seletiva obrigatória por parte de todos os órgãos públicos de administração direta ou indireta, com a disponibilização para as cooperativas de reciclagem.

Porém, essa realidade está muita aquém das expectativas do MNCR, uma vez que o percentual de município que já adotou a política de contratação das bases orgânicas do MNCR, na realização da coleta seletiva urbana, ainda é uma realidade muito baixa.

A lógica da organização dos catadores em cooperativas é compreendida enquanto ação política e social, pois desenvolvem lutas mais amplas, tendo como objetivo: o reconhecimento do trabalho do catador como autônomo; o reconhecimento do trabalho prestado à sociedade, embora sem um pagamento justo, condizente com a atividade desempenhada; a inclusão dos catadores como prestadores de serviços aos municípios e a luta contra o caráter monopolista das indústrias no setor da reciclagem.

Tais objetivos elencados constituem a formação dos Comitês Regionais para o fortalecimento dos grupos via redes de comercialização, bem como a política adotada pelo MNCR que, contudo, não obtém êxito, ao menos na região Oeste do Paraná.

Eles lutam por políticas que atendem aos seus interesses. As ações do movimento iniciaram com as mobilizações e reivindicações localizadas, ligadas aos direitos legais instituídos.

No entendimento do movimento, os Comitês Regionais, que exemplifica-se no próximo capítulo, possibilitam práticas de ampliação das lutas, como forma de agregar valor aos resíduos, e constituem a articulação entre as cooperativas de uma determinada mesorregião.

De acordo com o MNCR, as bases orgânicas e os Comitês Regionais se constituem em espaços deliberativos, possibilitando a participação de todos. Cada comitê indica 2 (dois) representantes para a coordenação estadual, que indica dois delegados para a comissão nacional, formada por 25 (vinte e cinco) catadores. A equipe

de articulação nacional tem como função executar ações e articulações que favoreçam a organização e os laços de âmbito nacional do movimento, formado por 5 (cinco) representantes das regiões brasileiras.

Ressalta-se, o movimento estruturou-se por meio da comissão nacional, equipe de articulação nacional, comissões estaduais, coordenações estaduais, comitês regionais e as bases orgânicas, que são as cooperativas e associações, conforme a figura – 3.

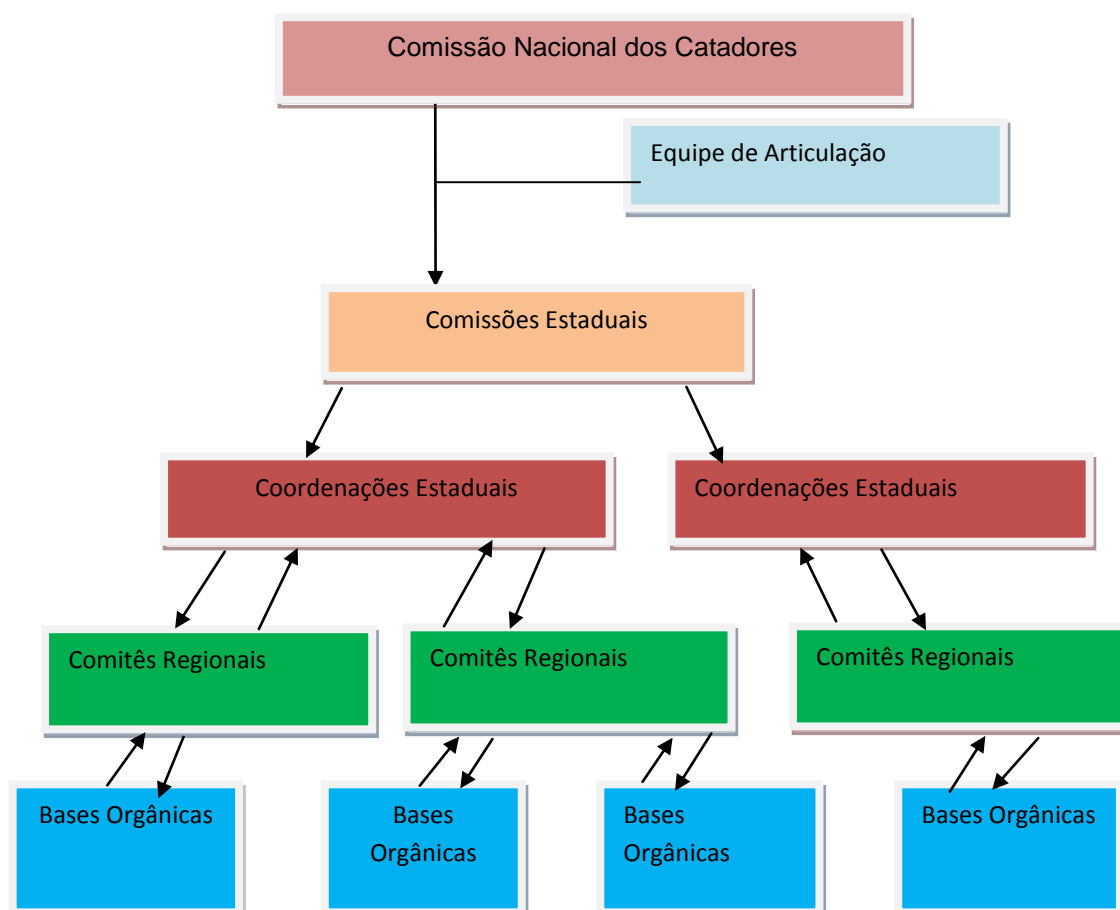


FIGURA – 3 Organograma do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

Fonte: www.mnrc.com.br. Org.: RIBEIRO, 2009.

Conforme Gonçalves (2006), existe certa deficiência do MNCR para com os catadores, marcada pela “distância” entre a base orgânica destes e a direção nacional. Para o autor, “as condições materiais de existência dos trabalhadores catadores são precárias, que na sociabilidade do capital dificulta as relações do ser social”, o que pode ser exemplificado por meio do envolvimento dos catadores com outros grupos já estruturados, ou seja, que possuem articulação com o movimento dos catadores há mais tempo.

As formas de ações dos grupos são distintas de região para região. No caso do Oeste do Paraná, haveria maior necessidade de militantes politizados com experiência/vivência política, a fim de potencializar ações que abrangessem, de um modo geral, os trabalhadores catadores. O envolvimento político de cada sujeito é resultado da conjuntura política dos grupos aos quais que pertencem, bem como o contexto em que estão inseridos, como no caso dos catadores estudados não que isso seja algo específico do Oeste Paranaense.

O contexto de lutas de classes da região já vem de uma estrutura dependente e subordinada (setor da reciclagem) aos ditames do capital, e a condição social dos catadores reflete na consciência de classe dos mesmos.

Por conseguinte, na maioria dos casos a renda obtida é fruto do próprio trabalho de catação, e apenas garante sua sobrevivência de forma miserável, não tendo outros meios que garantam sua existência, a exemplo de doações de resíduos recicláveis, para que eles não só dependem apenas dos resíduos recolhidos e comercializados por eles próprios. Não que isso venha a suprimir a lacuna entre Movimento e catadores, mas poderia parcialmente eliminar o distanciamento do Movimento e as bases orgânicas.

Porém, essa política não atinge em sua totalidade as organizações coletivas dos trabalhadores. A política de contratação das cooperativas, cujos Decretos que foram apontados anteriormente, não são suficientes para resolver a problemática, ou seja, as ações do Movimento devem ir além de discursos formulados.

Para os catadores, um dia de trabalho a menos significa ganhos menores no final do mês, portanto, a participação no MNCR necessita de maior envolvimento na causa, o que muitas vezes acaba tornando-se um dos empecilhos. Os resultados obtidos são mínimos, e acaba deixando-os desacreditados na organização do trabalho, e intensificando a fragmentação, da base nacional a base local.

A luta dos catadores diferencia-se dos demais movimentos sociais, como exemplo, a luta dos trabalhadores Sem Terra e dos Sem Tetos, para estes, a questão colocada é por algo que materializa (assentamento, moradia), ao contrário dos catadores, que buscam, por meio do cooperativismo, pautado nos princípios solidários, o reconhecimento da atividade, ou seja, *a justiça social*.

Embora a luta dos catadores não esteja restrita apenas a isso, a busca do “controle” do setor da reciclagem poderia ameaçar a ordem estabelecida, isso se não fosse a forma precária de resistência das cooperativas de catadores, como já apontado no primeiro capítulo.

Da forma que está colocada, o cooperativismo está longe de ser uma estratégia de emancipação dos catadores contra o metabolismo reprodutivo do capital, pois as cooperativas de reciclagem apresentam-se como novas formas de exploração do trabalho, imbuído no fetiche de empreendedorismo autogestionário, democrático e autônomo.

Não podemos negar que a organização do trabalho no cooperativismo é uma etapa fundamental da luta contra as medidas paliativas do capital, que possibilita ações que amenizam, parcialmente, a precariedade do trabalho. Porém, a cooperação mútua não aparece como tábua de salvação, pois a organização do trabalho em cooperativas está limitada às ordens mercalógicas.

No entanto, garante uma forma de vida mais digna do que para aqueles catadores que encontram-se desorganizados, estão sujeitos a todo tipo de subordinação de grandes a pequenos intermediários, como exemplo, a sujeição à condição de trabalho análogo semi-escravos, (servidão por dividas), aluguel de carroças/carrinho e trabalho infantil.

Enfim, os catadores dos municípios brasileiros estão sujeitos às amarras da catação, e a todo tipo de opressão, por parte do Estado, que controla a massa de trabalhadores desempregados sujeitos a todo tipo de exploração. A interferência não só parte do Estado, como também de atores externos, envolvidos na cadeia produtiva dos recicláveis (intermediários, aparistas,¹⁵ donos de ferro velhos).

De acordo com as lideranças do MNCR, em trabalho de base na politização de catadores para a formação do Comitê Regional de Cascavel e Região, essa condição é imposta aos trabalhadores de extrema precariedade, que trabalham de segunda a sexta-feira e coletam em média 120 a 150 quilos por dia, e recebem por semana de R\$ 6,00 à R\$ 4,00¹⁶. E, quando não conseguem catar uma quantia almejada pelos seus “patrões”, sofrem humilhações públicas pela baixa produtividade do trabalho, sofrendo, em alguns casos, violência física, como exemplifica o caso apresentado anteriormente, no qual um catador veio a ser hospitalizado após ser agredido pelo dono do depósito em que trabalha. (MNCR, 2009).

¹⁵É aquele que trabalha com aparas de papel, (retalhos de papel sobra de produção) compra papel de lojas, bancos, supermercados, residências, escolas, órgãos públicos, etc. leva para o seu depósito, o papel é selecionado, enfardado e vendido para as indústrias de papel (recicladores) (<http://www.anap.org.br/info.htm>).

¹⁶ <http://www.mnrc.org.br/artigos/o-luxo-e-o-lixo-1>.

Embora isso não seja um caso isolado, como percebe-se em demais pesquisas, e no trabalho de campo realizado em Cascavel, essa situação foi narrada por um dos catadores não cooperados, a condição de trabalho é semelhante a tantos outros catadores de materiais recicláveis no Brasil, bem como a humilhação sofrida, a renda obtida, embora não chegasse à extremidade narrada pelas lideranças do Movimento, mas muita semelhante.

Outra circunstância que envolve esses indivíduos (quando estão fora das cooperativas está sujeito a essa condição) é a alimentação, oriunda do próprio lixo, a renda obtida pelo seu trabalho é tão baixa que não permite viver de forma digna, obrigando-os a se alimentarem de restos de lixo, ou de pés de galinhas, como relatado por um dos catadores.

Em resumo, o Movimento reforça a importância da mobilização dos catadores, para que estes casos “isolados” não continuem a ocorrer. Os catadores desorganizados encontram-se desamparados de qualquer tipo de vínculo institucional, ou até mesmo de vínculos com projetos sociais.

Se comparar a situação de catadores organizados com aqueles que desempenham a atividade por conta própria, esses vivenciam formas de trabalho de semi-escravos (servidão por dívidas) como já apontamos anteriormente, ao utilizar o meio de trabalho (carrinho). Na qualidade de catadores individuais, estes indivíduos estão mais sujeitos a condição análoga do trabalho, pois não há quem o representem. Para o Movimento, a condição de cooperados retira-os dessa condição (semi-escravos).

Para tanto, os cooperados dependem das indústrias de reciclagem no ato da comercialização de seus produtos. Muitos materiais recicláveis têm preços baixos no mercado, ou mesmo nem apresentam comércio remunerado para os catadores. Como forma de se verem livres dos “entulhos”, os trabalhadores vendem os recicláveis a qualquer preço à indústria recicladora, que estipula/controla todo o mercado da reciclagem¹⁷.

Segundo o Movimento, se a situação dos catadores organizados é controlada pelas grandes indústrias, a dos catadores que trabalham individualmente é ainda pior. No período de crise, entre os anos de 2008 e 2009, que afetou todo o mercado da reciclagem, sem ter acesso a equipamentos que gerem escala de produção, esses

¹⁷ Fonte: Trabalho de campo realizado em, 2009.

catadores foram mais suscetíveis às condições de preços baixos no circuito da reciclagem, promovendo fome e desespero. Para Gonçalves (2006):

No caso dos trabalhadores autônomos, por não possuir o meio de trabalho (carrinho) os donos de depósitos emprestam para eles, neste caso estabelecem forma de escravidão entre o patrão e os empregados que são “obrigados” a trabalhar em troca de comida, ou o valor pago a eles são tão baixo, não permitindo se quer viver de forma digna com a renda oriunda de seu trabalho. O capital assume um valor estratégico, utilizado enquanto valor de troca, onde o trabalhador tem como única possibilidade para garantir sua sobrevivência à venda de sua força de trabalho. A falta de um emprego digno e a miséria torna precária a ocupação dos trabalhadores catadores. Assim, para conseguir atingir a meta do patrão provavelmente aumentará sua jornada de trabalho tornando sua condição de trabalho ainda mais degradante. (p. 59).

O trabalho individual está mais exposto a essa situação de fragilidades, submetido a fraudes e as condições contratuais de trabalho.

O entendimento do MNCR é de que os catadores precisam se organizar, no caso dos catadores individuais, a maneira de se ver livre de algumas medidas do sistema capitalista. Não existem outras formas de progredir econômica, social e politicamente fora do trabalho coletivo, que permite reforçar as lutas. O mercado de reciclagem atual, que se configura em uma cadeia produtiva opressora, é sustentado pelo trabalho precarizado dos catadores, sem qualquer vínculo institucional, como demonstra a figura – 4.

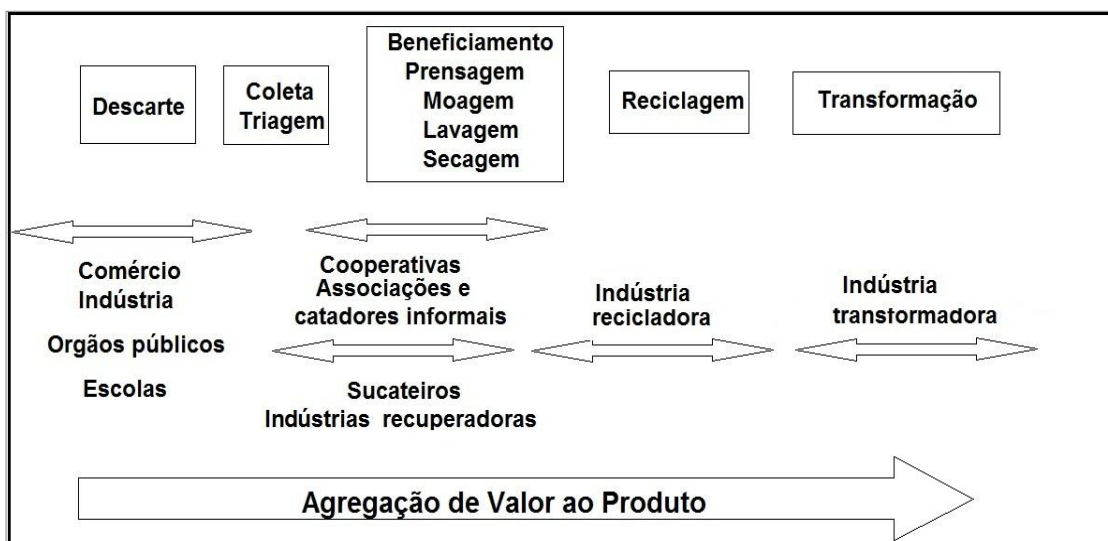


FIGURA- 4 Cadeia produtiva de reciclagem

Fonte: INCOOP, 2008.

A presença de intermediários e das grandes indústrias de reciclagem no mercado, e a interferência do Estado, inviabilizam o processo de “liberdade”, sem necessariamente inviabilizar a organização do trabalho, que se constitui num instrumento de “fortalecimento” da categoria: eles saem da condição de trabalhadores catadores desorganizados, para empreendedores (donos do próprio negócio).

Na verdade, a precariedade do trabalho é que garante a lucratividade ao demais agentes deste circuito econômico. Nesse sentido, o capital se apropria do trabalho dos catadores no processo de recuperação dos resíduos recicláveis, não lhes interessando a forma que a catação é realizada, e sim a extração da mais valia no final de todo o processo.

Para o Movimento, a condição de semi-escravo, situação que viola os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que no Brasil, apesar de ser mencionado como um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração desses trabalhadores. Segundo estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 90% de tudo o que é reciclado vem das mãos dos cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade nas ruas das metrópoles, diretamente dentro de lixões a céu aberto ou organizados em cooperativas e associações.

É, nesse sentido, que o movimento vem lutando para que os municípios implantem programas de coleta seletiva, e incluam os catadores como prestadores de serviço da coleta de recicláveis nas cidades. Algumas das cidades já adotaram essa política. Para o MNCR só remunerando o catador pelo trabalho que realiza será possível dar regularidade a coleta seletiva e estabilidade econômica ao catador (MNCR, 2010, p.1).

Seguindo essa contextualidade, que pauta o entrave entre a territorialização do movimento e territorialização do capital.

O fato é que o “lixo” passa ser visto como objeto de valor de troca. Para o MNCR (2009), além de despertar o interesse das indústrias de reciclagem, nos últimos anos o “lixo” tem tornado objeto de disputa entre megas-empreiteiras, as quais têm o “lixo” como um negócio lucrativo, visto que a coleta seletiva, desempenhada pelas cooperativas de reciclagem, torna-se uma ameaça à ordem metabólica das empreiteiras, que vêem seus ônus diminuir com a medida adotada pelos governos: caso os municípios brasileiros contratem a mão de obra dos catadores para a coleta seletiva urbana.

O conflito gerado se dá pela seguinte forma: as cooperativas coletando os recicláveis haverá a redução da quantidade (toneladas) para as empreiteiras, que atuam no ramo de limpeza pública urbana.

Desta forma, há uma pressão das empreiteiras com as prefeituras, e muitas vezes acabam sendo atendidas. Embora não tenha legalizado a privatização da coleta dos resíduos como é colocado pelo MNCR, ainda assim, diversos municípios brasileiros vêm adotando essa prática. Para Alexandre Camboim, membro da Articulação Nacional do MNCR:

[...] lutamos para garantir o direito de continuar trabalhando e coletando materiais recicláveis, que são a fonte de nossa sobrevivência. Contra este simples fato, levantam-se diversos inimigos que fazem causa comum contra os catadores. Aí estão as prefeituras ligadas aos interesses imobiliários dos comerciantes ricos, que tentam promover as chamadas revitalizações dos centros urbanos, varrendo para a periferia toda a pobreza; as mega-empresas ligadas às máfias do lixo que tentam privatizar os serviços de coleta; os falsos ecologistas, que gritam pelo fechamento dos lixões sem garantir estrutura de trabalho ou coleta para as famílias que ali tiram trabalho; e a proibição de veículos de tração animal (carroças) utilizadas para coletar materiais. (www.mst.org.br/jornal/267/estados).

Desse modo, os catadores entram em conflito com as administrações municipais e empresários das cidades, na luta contra a “privatização dos resíduos”. Como forma de evitar a manifestação dos catadores, as prefeituras alugam barracões, dão uma prensa e terceirizam um caminhão para a coleta seletiva dos resíduos, como se o problema estivesse resolvido.

O trabalho de catação sempre foi visto como caso de polícia, vítimas de “operação limpeza”, de erradicação dos catadores dos locais de trabalho, ou ainda, a proibição da coleta com carrinho de tração animal e a circulação em pontos estratégicos dos núcleos urbanos.

Para Alexandre Camboim, uns dos maiores desafios que o movimento venha a sofrer na atualidade talvez seja o de romper a fragmentação que divide as classes entre opressores e oprimidos, que mantêm o isolamento das lutas e cultivam valores de ganância, individualismo. No MNCR, busca-se cultivar a solidariedade de classe para que, junto com outros movimentos e organizações populares, possamos construir um novo projeto político protagonizado pelo próprio povo. Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2010) salienta que,

[...] este movimento precisa, entretanto, consolidar um modo de interpretação da realidade cotidiana dos catadores e da questão social da reciclagem como forma de não ficar em desvantagem na luta contra poderosas instituições pela definição dos sentidos, assim como conseguir respaldo para suas propostas junto a outros atores sociais e políticos. (p. 37).

É nesse embate que vem ocorrendo os conflitos entre MNCR, prefeituras e empresários. No caso dos catadores de Cascavel, a relação da prefeitura com os catadores é marcada pela repressão e opressão por parte da administração municipal, que reprime as manifestações públicas dos catadores, além do que disponibiliza o local (barracão) entre outros, mas controla os pontos de coleta e como a catação deve ser realizada.

A problemática pode ser sintetizada pela coleta seletiva no município, a qual tem gerado disputa entre a cooperativa, a empreiteira privada e a cooperativa de intermediários. Assim, a prefeitura alega que a cooperativa (COOTACAR) não possui poder de barganha para arcar com toda a demanda do “lixo” no município. Além disso, depreende-se, de tais fatos, que o governo está realizando “favores” aos catadores, como se a situação em que esses sujeitos estão inseridos não fosse um problema social a ser resolvido pelo Estado e catadores, e sim apenas um problema dos próprios trabalhadores.

Em alguns municípios, como Cascavel, representantes da prefeitura, que estão ligados diretamente à questão dos recicláveis e da organização do trabalho, sequer falam diretamente com os catadores, o que muitas vezes gera controvérsias e acusações entre catadores e a administração municipal.

O que ocorre em Cascavel pode ser observado na fala de Roberto Lourenço, representante do MNCR, em palestra proferida na cidade de São Paulo, em (2009):

A nossa maior dificuldade, éh. Dificuldades não! A nossa relação de trabalho ela sempre esteve junto com o poder público, porque nós entendemos na verdade que a questão do lixo é uma questão pública. Né? E aí se nós tamos inserido nessa questão pública. Então, nós queremos discutir.

Conforme Silva (2006), essa situação vem sendo enfrentada por todos os catadores, não ocorrendo de forma isolada.

Mesmo fazendo parte de políticas públicas de âmbito federal, a gestão integrada dos resíduos sólidos dos municípios com a inclusão efetiva dos catadores é permeada de muitas tensões, dificuldades e constrangimentos. Desmando ameaças e fragilização das condições de trabalho dos catadores de lixo. Em muitos momentos, a forma de organização do movimento se delineava como essencialmente agonística, criando tensão com parceiros e governos, sempre que isso fosse necessário para assegurar os direitos dos catadores. (p. 23).

Em Foz do Iguaçu/PR, a situação não foi/é muito diferente de Cascavel, os catadores também entraram em conflito com o poder público local para reivindicar o direito de coletar os resíduos recicláveis de empresas, supermercado dentre outras do Município – neste município, a Associação do Comércio de Foz do Iguaçu - ACIFI entrou na justiça para ter o direito de continuar vendendo o material, e não doá-lo aos catadores. No início, o juiz deu ganho de causa a ACIFI, quando esta entrou com uma liminar na justiça para que os resíduos não fossem destinados aos catadores organizados. No entanto, o Juiz cassou a liminar e deu ganho de causa aos catadores (MNCR, 2008).

Para a representante do MNCR da região Oeste do Paraná, Viviane Merting, e presidente da COAAFI – Cooperativa de Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu:

“Nós reivindicamos o direito de coletar os resíduos é de nosso direito, há anos nossa categoria sobrevive da catação dos resíduos. Com a cassação da liminar em favor dos catadores, a partir de nossa luta, foi possível aumentar a quantidade de materiais recicláveis recolhido pela cooperativa e ao mesmo tempo aumento da renda dos catadores cooperados”.

Ainda a respeito ao conflito enfrentado pelos catadores de Foz do Iguaçu em (2008), Viviane relata o espírito de luta dos catadores:

“Quando a ACIFI ganhou a liminar na justiça, todos os catadores dos nove barracões e da sede da COAAFI se reuniram e fizemos caminhadas pela cidade, posamos em frente à Justiça do Trabalho aguardando a audiência do outro dia. Foram todos os cooperados, pois estamos lutando para todos nós. Foz do Iguaçu não é o único, se precisar nós vamos para outro Município, para lutar pelos nossos companheiros de lá. Por quê? Estamos lutando pelos nossos irmãos. Somos todos iguais, catadores são todos iguais. Então se um companheiro está precisando de ajuda, nós vamos lá. Catadores de outros Municípios veio nos apoiar, prestar apoio para os daqui, quando eles precisar faremos a mesma coisa. Nós aprendemos a unir, e a lutar”. (MNCR, 2009).

Os conflitos gerados em torno do trabalho no “lixo” envolvem diversos segmentos da sociedade com interesses distintos, como o poder público, os catadores, diversas organizações da sociedade civil, como OAF, AVINA, entre outros e a cadeia produtiva de reciclagem, em uma relação marcada por assimetrias de poder. (Gonçalves-Dias, 2010).

Em reuniões, palestras, dentre outros, ouve-se nos discursos a importância do trabalho dos catadores. Para a sociedade como um todo, “eles são agentes ambientais”. No entanto, por que existe a repressão contra esta atividade? Por que existem leis que legalizam a proibição desses sujeitos a circularem pelas ruas livremente? Bem sabemos que o que era considerado lixo, até a década de 1980, é para os catadores meios de sobrevivência, e recentemente passou a ser visto como fonte de reprodução de capital.

Os motivos são vários e versam sobre o preconceito contra a imagem dos catadores, tratados como baderneiros, que sujam as ruas ao mexerem nos sacos de lixos para retirar o que é reciclável; sobre os carrinhos que concorrem com os carros nas ruas e avenidas; sobre os interesses econômicos das grandes indústrias transformadoras de materiais recicláveis e os intermediários, e, mais recentemente, sobre o governo que vê no “mercado da reciclagem” possibilidades de altos dividendos, criando, com isso, tensões entre a sociedade civil, o MNCR e as instâncias municipais de governo (LIMA, s/d, GONÇALVES, 2006; GONÇALVES-DIAS, 2010; SILVA, 2006, PELISSER, 2010).

No Brasil, o início da década de 2000 foi um período fortemente marcado pelo crescimento de organizações do trabalho de catadores em associações/cooperativas pelos governos locais, com incentivos do governo federal e estadual. Existem políticas (leis e decretos) do Estado que objetivam organizar o trabalho dos catadores e buscar melhorias na condição de trabalho e renda dos mesmos. Para Alexandre Cardoso, representante do MNCR do Rio Grande do Sul:

Não mais do que 10% dos cerca de 14 mil catadores que atuam em Porto Alegre atualmente serão incluídos no mercado de trabalho após não poderem mais utilizar as carroças e os carrinhos [...] A lei não reconhece o nosso trabalho. Institui um tempo para a nossa retirada das ruas, mas não faz o mesmo para a capacitação e inserção no mercado [...] cada carroceiro coleta de 300 a 350 quilos de material por dia, totalizando, em média, 200 toneladas diárias na cidade. Para ele, a lei ocasionará mais despesas para o Município. "A prefeitura gasta R\$ 480 mil para coletar 100 toneladas ao dia. Quando os

catadores deixarem de atuar, o Município terá seus gastos triplicados [...] o fato de a representação dos trabalhadores ter sido chamada para dialogar com a prefeitura em apenas uma ocasião. Um dos pontos que mais preocupa o movimento é o que envolve os catadores idosos. "As pessoas não sabem fazer outra coisa. Elas estão assustadas, não têm noção de como farão para sustentar suas famílias. Os mais idosos não conseguirão trabalho. É a vida deles. É isso que eles fazem agora. Como vão sobreviver? [...] para que o catador deixasse de usar a carroça ou o carrinho, deveria haver a garantia de uma outra ocupação. "Isso poderia estar na lei, foi votado e reprovado na Câmara [...] a legislação desconsidera que os catadores são "uma minoria" (MNCR, 2010)".

No entendimento do movimento, os catadores são tratados com descaso, pois, ao mesmo tempo em que o governo busca inserir esses indivíduos em outro contexto de trabalho, suas ações agem, também, no sentido de impor limites e condições no desenvolvimento da atividade. Até mesmo no cotidiano do trabalho é possível verificar esta prática, como na proibição de utilizar animais como meio de transporte dos materiais, determinação de locais onde eles podem ou não ficar esperando o descarte dos resíduos pelas lojas, pelos supermercados etc.

Para Eric Soares da Silva, representante de Pernambuco na Comissão Nacional do Movimento dos Catadores:

[...] as prefeituras ao longo da história passam a impressão de que quando colocam uma prensa numa cooperativa ou uma associação. De quando dão, ou terceirizam um caminhão para essa entidade eles estão fazendo um favor aos catadores. É essa a impressão que se passa ao longo da história. Eu quero dizer que não é favor é obrigação! (...) os catadores de materiais recicláveis, as associações e as cooperativas devem propor, não é uma balancinha, nem um caminhãozinho, é contrato de trabalho com as Prefeituras! Precisamos sentar prefeitos, empresários e catadores, eles catam o não reciclável e nós catamos o reciclável, mas temos que receber por isso. Por que de graça não dá mais para trabalhar. Ou a prefeitura não está fazendo, porque ela capta recursos no nome dos catadores. Os projetos que vêm com recursos, vêm para assistência social dos próprios catadores, o que na maioria das vezes não acontece. (Palestra proferida em Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais. 27/10/2003) ¹⁸.

Na realização da pesquisa empírica foi possível verificar essa relação entre o poder público municipal e catadores em Cascavel. Como já mencionou-se anteriormente, a Prefeitura, quando repassam fundos a cooperativa (compra de prensa

¹⁸Fonte: Gonçalves, 2006.

ou contrata caminhão para a coleta seletiva, dentre outros) se sente com o dever cumprido. Para o catador “Henrique”.

Existe falta de comunicação entre a categoria e a Secretaria do Meio Ambiente, nós catadores, prefeitos e empresários da cidade precisam sentar e conversar, sem a comunicação entre os grupos envolvidos com a questão dos resíduos recicláveis (catadores, prefeitura, empresários), não há um acordo. Isso derruba qualquer categoria, a Secretaria está agindo, mas para seus interesses. O secretário tem bom empenho, mas para o poder público. Nós que somos lideranças, tanto de Cascavel como de Foz do Iguaçu estamos sozinhos, não temos apoio da prefeitura.¹⁹

O relato do catador refere-se à falta de apoio por parte do Estado e Prefeitura, e à queda do número de associados na COOTACAR, que constituía-se, em 2009, de 80 catadores, e hoje está com 29. Segundo ele, “a falta de apoio da prefeitura tem prejudicado o andamento da organização do trabalho, as prefeituras recebem fundos dos órgãos federais destinados para organização do trabalho dos catadores”, e estes não são repassados devidamente. Outro problema que eles têm enfrentado é a interferência da Secretaria do Meio Ambiente no trabalho interno da cooperativa.

Para o catador “Herique”²⁰, “a situação dos catadores não é positiva, a Secretaria envia funcionários diversos para a cooperativa, o que se torna uma problemática em razão da diversificação e choque de idéias. Ainda, ele enfatiza, “nenhum negócio funcionará dessa maneira, e cita o exemplo, é a mesma coisa se ocorresse a interferência de funcionários da Loja Riachuelo na Loja Pernambucanas, isso não tem como dar certo.” De acordo com Gonçalves (2006):

[...] a postura de cobrança deve ser tomada pelos trabalhadores catadores junto ao poder público municipal, evitando intervenções e amarrações que elevem a qualquer tipo de dependência do grupo de trabalhadores em relação às prefeituras, de maneira a estabelecer esta relação em formas contratuais, para evitar mudanças de rumo no percurso, ou mesmo abandono do projeto idealizado quando há mudanças de pessoas do poder local. (p. 250).

Em Cascavel, a experiência vivenciada no atribulado cotidiano de trabalho, e a subordinação que há anos esses trabalhadores vêm enfrentando, conscientizou os catadores a lutar contra a administração municipal. A organização da manifestação

¹⁹Fonte: Trabalho de campo em Cascavel maio de 2011.

²⁰Catador e liderança do MNCR de Cascavel.

pública em prol da categoria, o enfrentamento entre capital e trabalho e a não aceitação da proposta imposta pela prefeitura a eles, representam o amadurecimento e conscientização política dos mesmos.

Isso foi possível com a comunicação entre os grupos de catadores e lideranças do movimento nacional dos catadores, em encontros com grupos já estruturados há mais tempo, como o grupo de Foz do Iguaçu, onde concentra-se o eixo do Movimento, e com maior articulação.

Assim, esses trabalhadores, através de mobilizações e reivindicações, comparecem em cena pública para que a sociedade, em sua totalidade, sensibilizasse/sensibilize com sua condição de trabalho e de vida, recusando a subordinação à cadeia produtiva da reciclagem, como também as repressões da classe dominante. Ao mesmo tempo em que foram “excluídos” do mercado formal, esses trabalhadores vêm nas organizações da atividade em cooperativa a possibilidade de retornar ao circuito formal do trabalho, garantindo, assim, uma vida mais digna.

Para tanto, os sujeitos engajados no movimento social dos catadores lutam de forma “autônoma”, com o intuito de garantir direitos políticos e sociais, a exemplo da “Liberdade”.

A perspectiva inicial de geração de renda e autonomia que a organização do trabalho desses profissionais trouxe, motivou durante toda a década de 1990 a articulação e a ampliação do trabalho cooperativo em diversas cidades do Brasil. (GONÇALVES-DIAS, 2010, p. 6).

Porém, é importante ressaltar que, ao trabalhar com o conceito de autonomia para tratar as lutas históricas dos movimentos sociais ou de outras organizações sociais da classe trabalhadora, como aqui apresentada dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, temos que ter o cuidado de não cair em uma supervalorização de poderes atribuídos aos catadores, pois esses possuem “autonomia” de forma limitada dentro das determinações sociais.

Nesse sentido, Williams (1979) entende que a autonomia atribuída aos sujeitos pertencentes aos movimentos sociais precisa vir alicerçada dentro das determinações sociais, que são, por sua vez, resultado de tensões vividas pelos sujeitos históricos. Essas determinações sociais vivenciadas são resultados dos embates entre as classes sociais ao longo do processo histórico. Portanto, as determinações são construídas ao longo do processo e se expressam em formações econômicas, políticas e culturais.

A autonomia atribuída aos sujeitos se constitui na “liberdade” que se expressa na construção da identidade dos mesmos. O fato é que os sujeitos não são livres e autônomos, pois essa autonomia é limitada, haja vista que eles agem sob limites e pressões. Muitas vezes eles terão que agir conforme a classe dominante. Essa “liberdade” se constitui de forma individual, e não resolve os problemas das classes. Este tema será aprofundado neste texto, mais precisamente no subitem “mobilizações e luta dos catadores nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel”, no qual estaremos tratando da autonomia, em específico o caso dos catadores de material reciclável dos respectivos municípios.

2.2 O MNCR no contexto das lutas

Basta de repressão!!

Na luta nascemos, na luta permanecemos e lutando venceremos!!

MNCR na Luta pelos direitos dos catadores!

(MNCR).

Diante do contexto atual, a combinação entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, com a diminuição do número de trabalhadores no setor produtivo e o aumento da superexploração da força de trabalho intensificado na era liberal. O que temos visto ultimamente são os desdobramentos para classe trabalhadora, com maior intensificação da apropriação da força de trabalho, através da dinâmica territorial do capital, que se territorializa sob o trabalho precário como mecanismo de acumulação. E como resistências a tais condições degradantes e precárias, os trabalhadores vêm resistindo como podem, e se agregam nos movimentos sociais, nas organizações coletivas da atividade, como meio de resistência a tais condições metabólicas do sistema de acumulação de capital.

A lógica atual, que aponta para lei do livre mercado sob a negligência fiscalizadora do Estado, adota medidas políticas atendendo determinadas classes, sem se atentar para o agravamento das questões sociais e econômicas já existentes, que se

desdobram na piora das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores. Para Foschiera (2010):

[...] diante da nova realidade, emerge pluralidade de novos sujeitos políticos [...] com novas praticas sociais e portadores de novas falas, que questionam a ordem estabelecida, e passam a se apresentar como agentes de transformação social. (p.77).

Com a nova ordem estabelecida, emergem novos sujeitos sociais políticos que comparecem na arena pública e assinalam para uma luta coletiva, que se expressa em diversas ações, à síntese de exemplo, na luta pela reconquista da terra dos camponeses, na luta por moradia dos Sem Tetos, entre outros.

No caso dos trabalhadores catadores, na condição de informais, permanecem fora da representação sindical. Em meio ao acirramento do capital da era neoliberal, comparece o movimento dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, o qual se mobiliza em prol de reivindicações pelo reconhecimento enquanto categoria trabalhadora, como já apontamos anteriormente.

No entanto, não se trata apenas do reconhecimento do trabalho como categoria trabalhadora, mas reconhecimento, também, enquanto grupo de pessoas que presta serviços de coleta seletiva ao município, recolhendo os resíduos nas ruas e nos lixões, sem, entretanto, ser remunerado pelo serviço prestado a sociedade. De acordo com o Movimento, é um direito dos catadores.

A respeito da contratação das cooperativas de catadores para a prestação de serviço da coleta seletiva dos municípios, verifica-se a fala de um representante do MNCR no encontro de catadores em São Paulo (2004):

“Queremos ser remunerados pelo nosso trabalho (...) porque as prefeituras remuneram as empreiteiras com grandes quantias enquanto nós, os catadores, realizamos a coleta, separação dos materiais e encaminhamos corretamente para a reciclagem e não somos pagos pelo nosso trabalho”.

A remuneração do trabalho pelas administrações municipais, como salienta o Movimento, não resolveria a causa, apenas estaria amenizando a precariedade do trabalho desses indivíduos. Ou seja, as melhorias seriam mínimas, o que não significa que esta política não possui relevância. Não pode-se apresentar a cooperativa como prestadora de serviço como uma panacéia que resolveria todos os trâmites nos quais

estão envolvidos. Até porque, nesse período, o governo federal tem investido em políticas públicas e poucas são as mudanças a favor dos trabalhadores, a não ser na forma que a catação é realizada e organizada.

Mesmos com todas as amarras que perpassa o trabalho sob o cooperativismo, a experiência e a vivência da organização coletiva possibilitaram aos catadores a percepção da importância da organização do trabalho em cooperativa, como meio de espacializar suas ações. Todavia, para quem está fora deste contexto, à perversidade do sistema capitalista coloca-os na condição de semi-escravos.

Ressaltando no contexto das lutas, atualmente, a maior luta do movimento é contra a incineração dos resíduos e por infra-estrutura, que se constitui na dificuldade de aproximação entre Movimento e as cooperativas. Isso pode ser percebido na fala de um catador “maior desafios das lideranças do Movimento é aproximarem-se das bases orgânicas não organizadas, que ainda se constituem a maioria (Documentário “Essa gente vai longe”, 2008)”.

De acordo com depoimentos de catadores, “o movimento vem lutando, na formação de lideranças para fortalecerem as lutas dos catadores e conscientizar as demais bases orgânicas da importância do trabalho coletivo”²¹. Uma das políticas do MNCR se constitui na espacialização das bases orgânicas, pois dos 27 (vinte sete) estados brasileiros, 23 (vinte três) possuem articulação política dos catadores com o movimento.²²

Segundo dados do movimento, 72% dos trabalhadores catadores de resíduos recicláveis existente no Brasil encontram-se trabalhando de forma individual e comercializando os produtos com donos de ferros velhos, intermediários e aparistas que atuam no comércio de reciclagem. Uma das maiores dificuldades do movimento, hoje, consiste em organizar os catadores.

“Todo o pessoal que ainda encontram na situação de catador de rua, nos lixões e em condomínios conhecidos como rasgadores de saco de lixo e mostrar o valor ético dela enquanto ser humano e mostrar tudo de bom que existe dentro dela e que ela pode passar as outras pessoas”²³.

Os sujeitos sociais agregam ao movimento, em busca de seus direitos negados,

²¹Depoimento de catador no documentário “Essa gente vai longe” (2008).

²²Fonte: Gonçalves, 2006.

²³Depoimento de catador no documentário “Essa gente vai longe” (2008).

diante do quadro atual de subordinação, exploração, exclusão e opressão do capital, o que sinaliza a emergência dos trabalhadores catadores enquanto sujeitos sociais, para contestar contra a ordem do capital.

O engajamento ao movimento e as experiências vivenciadas nas décadas de 1980 e 1990, transmitiram motivação e fortalecimento às reivindicações e mobilizações em cena pública, forçando a sua participação política na sociedade, e forjando o Estado no reconhecimento enquanto categoria trabalhadora²⁴, e pelo serviço prestado à sociedade.

Relembrando, os sujeitos têm comparecido em cena pública nos últimos anos, reivindicando do governo políticas contra a incineração dos resíduos, o direito a aposentadoria²⁵ e o direito de circular pelas ruas. As lutas são mediadas por meio de ações organizativas dos trabalhadores catadores em associações/cooperativas de material reciclável, as quais têm viabilizado conquistas significativas à categoria.

Para tanto, o MNCR aponta, além do reconhecimento da profissão, ocorreram grandes conquistas na história do Movimento, como, por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), que após dezenove anos de tramitação foi sancionada pelo Presidente Lula, em agosto de 2010, prevendo a integração dos catadores nos processos de coleta de resíduos recicláveis (Gonçalves-Dias, 2010).

A proposta é para que os municípios elaborem, em conjunto com as propostas de saneamento básico, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com a inclusão dos catadores de recicláveis²⁶.

Outra conquista é o edital do Ministério do Trabalho e Emprego, que busca capacitação e formação para as bases orgânicas do Movimento em todo o Brasil. O edital conta com apoio da Fundação Banco do Brasil e Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem como intuito a capacitação técnica e gerencial, a assessoria técnica para as redes de comercialização, insumos e financiamento de 115 cooperativas e

²⁴Após cinco anos do 1º Encontro Nacional em Brasília, os catadores envolvidos com o movimento tiveram conquistas significativas em seu percurso, como o reconhecimento da ocupação de catador e inclusão no CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações).

No mês de dezembro de 2010, no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, ocorreu a primeira audiência pública para discutir projeto emenda constitucional que inclui os catadores como seguradores especiais da Previdência Social. A iniciativa é fruto de anos de lutas do movimento que pretende incluir catadores na emenda da constituição brasileira, permitindo que seja garantido a aposentadoria aos trabalhadores catadores, que há anos trabalham sem a contribuição prévia. A seguridade social ocorrerá se houver a emenda constitucional (www.mnrc.org.com.br).

²⁶Fonte: Gonçalves – Dias (2009).

associações, como também o monitoramento dos resultados conquistados²⁷.

Essa iniciativa está incluída no contexto das lutas do Movimento, que busca estruturar as bases orgânicas, que é uma das prioridades do MNCR para livrar-se das intervenções dos intermediários nos negócios dos catadores. Assim, as estruturações das cooperativas possibilitam a criação de novos postos de trabalho, podendo tornar-se um instrumento de fortalecimento das lutas dos catadores intermediadas pelo MNCR.

A luta ocorre na cotidianidade de trabalho, que são os empecilhos que envolvem a atividade dos catadores, marcada por conflitos entre polícia e prefeitura, entre tensões e dificuldades.

“A principal luta do movimento é pela estruturação das cooperativas. É a luta com o poder público. Principal adversário que to vendo hoje, é o poder público. Que adota uma postura de combate e não de apoio”²⁸.

Vale lembrar que essa opressão não só ocorre nas grandes capitais, como citado pelo catador da cidade de São Paulo. Os trabalhadores que atuam na atividade, em todo o Brasil, estão sempre atrelados a essa situação, sejam em grandes capitais ou em pequenas cidades, pois a coerção arbitrária e a criminalização atribulam o dia a dia desses indivíduos.

Uma significativa parcela da sociedade brasileira é representada enquanto conservadora, sendo regida pelos interesses da classe dominante. Esta classe, em sua maioria, busca descaracterizar as lutas dos movimentos sociais, valendo-se, para tanto, do papel fundamental que a mídia tem tido nos últimos anos.

Assim, esses sujeitos tentam por meio das lutas coletivas mudarem o sentido da história no Brasil, que sempre tem sido a da classe dominante.

A criminalização dos catadores não se diferencia dos demais sujeitos sociais, reproduzidos enquanto maus elementos que acumulam sujeiras nas praças, nas ruas dos centros urbanos, atrapalhando os fluxos dos automóveis. Além disso, este grupo de pessoas “sujam” a imagem das cidades, ao permanecer em pontos estratégicos para o

²⁷O convênio soma um total de R\$ 16,8 milhões para formar 10.380 catadores de 346 organizações, além da organização de seminários Estaduais e eventos Nacionais. Outro foco das capacitações a permitir que as organizações de catadores estejam aptas a captar recursos do BNDES e Petrobras. Para isso, será contratado escritório de apoio para auxílio jurídico e administrativo das cooperativas (www.mncr.com.br).

²⁸Depoimento de catador no documentário “Essa gente vai longe” (2008).

aguardo da disponibilização dos resíduos recicláveis pelos comerciantes. Nesse sentido, Gonçalves (2005, p. 71) enfatiza:

São personagens vistos pelos que administram a cidade como causadores de prejuízos à “ordem” e à estética da paisagem urbana, mas que não causam nenhum problema ou constrangimento à moral e à ética construída pelas referências ideológicas sob as quais se encontra baseada a sociedade do capital.

Neste caso, a vida cotidiana dos trabalhadores é, em grande medida, heterogênea, composta por um trabalho informal árduo, e limitado, a privações e preconceitos. Ao serem vistos pelos comerciantes, empresários, moradores, dentre outros, coletando material nas ruas, são chamados de lixeiros, vagabundos, etc. A catação organizada consegue minimizar o preconceito enfrentado na cotidianidade da atividade, pois, se outrora eram chamados pejorativamente de “homem do saco”, agora recebem o nome “agentes ambientais”, o que muitas vezes ajuda a mascarar a verdadeira realidade do trabalho desempenhado por eles.

Outra forma de preconceito que os catadores sofrem é em relação ao trânsito urbano. Quando estão caminhando pelas ruas, puxando seus carrinhos e carroças em busca de materiais recicláveis para a venda, são vistos pelos motoristas como “entulhos” que atrapalham o trânsito. Ressalta-se, diante deste contexto surgiram as primeiras iniciativas coletivas, através de membros ligados a Igreja Católica e ONGs, sensibilizados com as condições precárias de trabalho dos moradores de rua que sobreviviam da catação de resíduos recicláveis.

Estes membros estimularam a organização dos catadores sob a forma do trabalho coletivo em associações/cooperativas, a fim de transformar essa realidade. É então que o Movimento comparece para somar forças junto à luta de classe, e construir seu próprio projeto de sociedade.

Conforme Lima (s/d) ressalta, a emergência dos catadores, enquanto atores sociais, forjando a sua participação política no seio da sociedade brasileira, engendra possibilidades de uma subjetividade individual e coletiva que, além de alterar o próprio espaço público e político, isso também transforma o significado e a representação do território onde se localizam.

Assim, os catadores se agregam ao movimento, possibilitando a luta que é mediada pelo trabalho, mas que nem sempre se caracteriza desta forma.

A categoria é historicamente excluída dos meios básicos de sobrevivência, e sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. Na contemporaneidade vem lutando para dar outro rumo à condição imposta pelo capital, por meio do Movimento com estratégias de articulação, com o objetivo de fortalecimento na esfera nacional.

No entanto, os trabalhadores catadores lutam para construir seu próprio projeto social: o “controle” do mercado da reciclagem por meio de redes de comercialização entre grupos de catadores organizados. Portanto, o objetivo é articular a comercialização dos produtos via arranjos espaciais. Conforme a figura -3, os Comitês Regionais consistem no estabelecimento de forças ao MNCR, através das articulações regionais, e as bases orgânicas entre grupos de catadores. Assim, essas ações transfiguraram-se em conquistas historicamente excluídas.

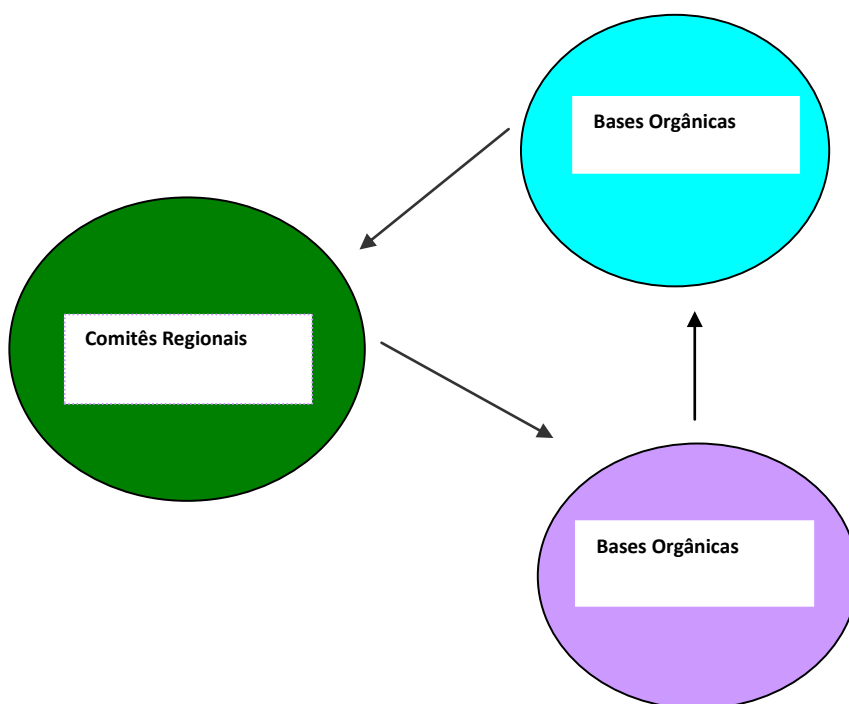


FIGURA – 5 Lógica do MNCR para a comercialização dos produtos

Fonte: Cartilha de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (Orgs):, RIBEIRO, 2011.

A respeito da estrutura perversa da cadeia produtiva do mercado da reciclagem, Gonçalves-Dias *et. al.*, (2010) salienta,

[...] a mobilização dos milhares de catadores em torno do MNCR tenta modificar a estrutura perversa da cadeia produtiva, forçando políticas públicas e regulamentação junto ao governo federal. A articulação do

MNCR dá provas de que o grupo de catadores é o grande desafiante do campo organizacional de reciclagem, envolvidos pela vulnerabilidade, precariedade e fragilidade já institucionalizadas pela cadeia produtiva de reciclagem. (p. 11).

Um dos objetivos do MNCR é o controle estratégico da cadeia produtiva do mercado da reciclagem, assim, o movimento vem construindo táticas de fortalecimento entre os grupos, ou seja, para que o “controle” da cadeia produtiva esteja sob o comando dos catadores, não por grupos de indivíduos ligados às grandes empresas de reciclagem que atuam no mercado. A idéia é não só alcançar o ciclo da cadeia produtiva, mas também organizar o trabalho em cooperativas e viabilizar melhorias de vida aos indivíduos. Para Gonçalves (2006):

Os trabalhadores catadores em seu movimento reivindicatório necessitam vislumbrar o objetivo de ir além da efetivação do seu trabalho como meio de reprodução da própria lógica do capital. Devem aproveitar a sua potencialidade organizativa também para contestar os mecanismos de exploração do trabalho. Assim é fundamental traçarem estratégias nesse sentido. (p. 253).

O movimento tem por objetivo garantir aos principais atores da reciclagem o papel na intermediação da comercialização dos produtos recicláveis, frente à subordinação opressora das indústrias. Seu princípio consiste na independência da classe, sem a intervenção de partidos políticos, do governo e de empresários nos negócios dos catadores, para que esses tenham a independência de forma “autônoma”.

Porém, é importante lembrar que as estratégias de controle do mercado da reciclagem pelos catadores estão atreladas às determinações e limites, pois eles reagem conforme a classe dominante age. Por exemplo, quando eles dependem de apoio do poder público para alavancar seu negócio, da forma que está colocada dificilmente conseguirão atingir seus objetivos se não houver mudanças.

Os sujeitos despossuídos dos meios de produção, que apenas vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, necessitam incrementar no contexto das lutas melhoria na condição de sujeito apenas possuidor da força de trabalho, lutando pela melhoria da renda, diminuição da jornada de trabalho, muitas vezes ultrapassam 40 horas. As reivindicações só são validas no sentido de que as ações

estejam articuladas com o fim da subordinação e exploração da força de trabalho envolvida na catação de resíduos recicláveis. (GONÇALVES, 2006).

No contexto das lutas, a cidade de São Paulo foi um importante palco de ações e mobilizações dos catadores.²⁹ Conforme Lima (s/d), tem-se como ponto de partida da luta três marcos: a) a criação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis, tendo como objetivo defender e apoiar os interesses dos catadores de papelão e promover sua organização; b) a marcha dos catadores pelas principais ruas daquela cidade, exigindo o direito à circulação dos seus carrinhos no centro da cidade e, c) a formação da primeira cooperativa de reciclagem – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda - COOPAMARE.

As experiências vivenciadas na década de 1980 foram a base para a dinâmica territorial da mobilização e organização dos catadores em outras cidades brasileiras. Na década de 1990, dando lugar à criação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais recicláveis (ASMARE), na cidade de Belo Horizonte/MG, que na atualidade é uma das maiores cooperativas de catadores, e possui uma usina própria de reciclagem autogestionária, ou seja, o controle do negócio está sob o comando dos catadores.

Segundo Silva (2006), marchar, lutar e manifestar constituíam-se no principal instrumento de luta dos catadores, essas ações podem/poderia ser consideradas um dos pontos altos de organização dos catadores, antes mesmo da concepção de um movimento social.

As formas organizativas dos trabalhadores catadores desencadearam outras ações. No I Encontro Nacional dos Catadores de Papel, em Belo Horizonte (MG) em 1999, com apoio do Fórum Estadual de Estudo de população de Rua³⁰, com caráter nacional, a luta dos catadores desencadeou a formação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. Nesse encontro, os catadores travavam ações para o fortalecimento das mobilizações que tinham caráter local. Conforme Silva (2006), esse encontro acabou atuando como catalisador e articulador nacional dos catadores de todo o Brasil, e com isso estabelecendo uma identidade política.

Após a formação do MNCR, diversos eventos e encontros estaduais, regionais, nacionais e internacionais foram realizados para articular os catadores de todo o país e

²⁹ Pois ainda durante, o ano de 1985 num conflito político com a administração municipal da cidade de São Paulo/Brasil (no período do Prefeito Jânio Quadros os trabalhadores catadores organizados pela Comunidade dos Sofredores de Rua, marcharam pelas principais ruas de São Paulo, exigindo o direito à circulação de carrinhos no centro da cidade)²⁹.

³⁰ Consiste marco histórico na organização dos catadores

também da América Latina. Dentre os eventos nacionais, vale destacar o Festival de Lixo e Cidadania, realizado, anualmente, em Belo Horizonte, desde 2002, que contou com a presença de catadores de todo o país e de membros do governo federal, inclusive do ex-presidente Lula, em algumas edições (PEREIRA, 2010).

Com caráter popular, o movimento procurou estruturar-se nacionalmente, as lutas eram representativas, mas locais, em apenas algumas das capitais brasileiras. As principais mobilizações “isoladas” aconteceram nos estados da região Sudeste (São Paulo e Belo Horizonte) do Brasil, e espacializando para a região Sul, sendo o Estado do Rio Grande do Sul com maior representação política do movimento³¹. As estruturas das cooperativas, nas demais frações do território nacional, é uma tática do MNCR para a não fragmentação do mesmo, e a comunicação entre os sujeitos de demais bases orgânicas de outros locais / outras regiões.

Como já apontado no depoimento de catadores, o movimento vem lutando por políticas de espacialização pelo Brasil, como aponta um militante do MNCR “a existência do movimento e esse movimento ele é forte e ele luta pelos direitos dos catadores”.³²

A luta dos catadores é posterior ao I Encontro Nacional de Catadores de Papel, o qual formou o movimento dos catadores no I Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, um documento que expressa as necessidades dos trabalhadores que sobrevivem da coleta de materiais como papel, plástico e vidro.

O evento tinha como lema “Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!”, o qual tornou-se frase-chave do documento elaborado no Congresso, conhecido como a *Carta de Brasília*. Além de trazer as diretrizes principais do MNCR, a carta também salientou três elementos principais para as reivindicações do movimento: 1) ações reivindicativas em relação ao Poder Executivo, exigindo a garantia de que os catadores tivessem acesso a recursos e subsídios; 2) a criação de dispositivos institucionais que assegurassem prioridade aos catadores, por via das cooperativas, para realizarem o processo de reciclagem, e 3) a exigência do reconhecimento da população de rua, por meio de sua inclusão no censo demográfico nacional desenvolvido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Lima, s/d).

³¹Essas cidades/estados se caracterizaram com maior representação política do movimento pelo fato dos principais eventos/ e encontro ter ocorrido nestes locais.

³²Depoimento de catador no documentário “Essa gente vai longe” (2008).

Essas lutas têm ganhado maiores visibilidades no ano de 2003, com a organização do I Congresso Latino Americano de Catadores, em Caxias do Sul (RS), e o II Congresso Latino Americanos de Catadores, em 2005, na cidade de São Leopoldo (RS). Esses eventos tem sido de grande importância, pois neles os catadores demonstram sua consciência histórica de luta:

Essa luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora. É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. (Caxias do Sul, 2003).

O fato das lutas serem realizadas por meio dos congressos, surtiu efeito positivo, mobilizando diversos países da América Latina e possibilitando a ampliação e divulgação da *Carta de Caxias*. A Carta serviu para mostrar a situação dos catadores latinos americanos, e forçar o Estado na questão do reconhecimento do trabalho dos catadores e, também, para mostrar à população a condição de “excluídos”, não só da condição de trabalhador formal, mas também dos meios necessários de sobrevivência, já que uma parcela significativa desses sujeitos vivia/vive na condição de moradores de rua.

Hoje, as ações vão além do território brasileiro. O intercâmbio do MNCR ultrapassa os limites territoriais geográficos brasileiros, e consolida parcerias com países da América Latina como, por exemplo, a Federação Ecológica de Cartoneros e Recicladores, na Argentina. Gonçalves (2006) destaca:

Objetivando a mobilização e as movimentações, a organização de atos políticos em várias cidades brasileiras tem sido uma forma não só de reivindicação, mas também de aprendizado para catadores, que nesses espaços socializam informações e procuram traçar estratégias comuns para fortalecer o processo organizativo. (GONÇALVES, 2006, p. 257).

Para tanto, o movimento tem se especializado nas cinco regiões brasileiras, se estruturando, e em determinados locais com maior representatividade e abrangendo uma parcela significativa do território nacional com a finalidade de ampliar as mobilizações dos atores sociais na luta.

A luta dos catadores, no princípio de sua formação, estava pautada pelo direito ao trabalho, a moradia, a saúde e educação. Essa luta tem ganhado novas características, a síntese de exemplo, o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na sociedade³³, o direito a previdência social e o direito de “controlar” o setor industrial de reciclagem, como mecanismo de garantir aos trabalhadores uma vida mais digna. Conforme membros da articulação nacional do movimento,

O pagamento por serviços prestados pelos catadores é uma reivindicação histórica do MNCR, que, ao longo dos anos, vem estimulando o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades da categoria, que sobrevive do trabalho que é realizado em condições precárias e sem reconhecimento em todo o Brasil. (MNCR, 2009).

Como já mencionou-se anteriormente, o pagamento pelo serviço prestado aos catadores, por meio de políticas públicas, não representaria avanços na luta dos catadores, já que a política pública não solucionaria a causa reivindicada. Não podemos negar que amenizaria, em partes, o processo que leva o trabalho dos catadores a ser precário.

O conhecimento adquirido nos anos de articulação, junto ao Movimento, tem dado aos catadores de resíduos recicláveis novas visibilidades de ações, e reelaborado formas de organização e mobilizações. Relembrando, a organização em redes busca espacializar a luta, a fim de atuar em todo território nacional. Com isso, a territorialização do movimento pauta-se por esta difusão articulada, de bases locais, fóruns regionais e estaduais, até o movimento nacional.

A experiência de longa data se constitui em estratégias de articulação e possibilita criar estratégias de mobilização para sediar eventos e encontros de catadores. A ação dos trabalhadores, que resultou na primeira marcha em Brasília, foi um dos exemplos, entre outras mobilizações ocorridas no país. A cidade de Brasília, escolhida como palco de luta, foi uma estratégia encontrada pelos trabalhadores, a forçar o governo a atender as suas demandas.

Assim, a organização em cooperativa, etapa posterior à articulação em Comitês

³³O reconhecimento pelo serviço prestado à sociedade do qual o MNCR, vem lutando para que os órgãos públicos reconheçam o trabalho prestado pelos catadores ao meio ambiente. A proposta em pauta foi elaborada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), tal proposta consiste na implementação de uma política de Pagamento pelos Serviços Ambientais Urbanos (PSAU).

Regionais, constitui-se na mobilização politizada para a comercialização dos resíduos em grupos, fortalecendo-se no momento da intermediação da comercialização com as indústrias recicladoras, e “eliminando” a intervenção de intermediários na venda dos produtos. Essas relações estabelecem no espaço a materialização do território dos catadores, que se constitui por meio das relações de venda dos produtos recicláveis.

A organização dos catadores em cooperativas/associações é um viés para a territorialização do movimento frente à territorialização opressora do capital, em sua busca incessante por territórios de trabalho precário, de indivíduos despolitizados, propícios para a acumulação desenfreada do capital.

O movimento vem lutando para que essas relações sejam eliminadas da etapa da catação e na comercialização dos produtos, para que os catadores articulem a venda dos produtos diretamente à indústria recicladora.

A consolidação do MNCR fez com que as lutas ganhassem mais intensidade e respaldo, aumentando as manifestações e o número de catadores agregados ao movimento. Segundo o MNCR, no início da sua formação, contava com 1.700 catadores, na atualidade, embora, de acordo com representantes do MNCR, haja grande possibilidade que este número seja maior. Enfim, uma vez que grande parte dos catadores trabalha de forma autônoma, torna-se dificultosa a contabilização da totalidade dos sujeitos que atuam na atividade de catação.

2.3 Mobilizações e lutas dos catadores no Paraná

Ainda no ano de 2009, o Norte do Paraná foi igualmente palco de mobilizações. O impasse surgiu quando houve a queda no preço dos resíduos recicláveis. Como forma de resistência à diminuição dos preços, 400 trabalhadores catadores paralisaram a atividade de recolhimento em toda a cidade de Londrina, em protesto contra a ausência de políticas de valorização dos produtos e a falta de apoio do poder público. Conforme o presidente do Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem dos Resíduos Sólidos em Londrina (CEPEVE):

“Houve queda muito alta no valor pago pelo material este ano, ela ressalta, “uma caçamba de material reciclável bruto, que já foi comercializada por R\$ 700,00 hoje é vendida por R\$ 200,00 o quilo de sucata rendia aos catadores R\$ 0,18, hoje é vendido por mais de R\$ 0,05 e simplifica”. A queda nos preços atingiu de forma geral todo o

conjunto dos recicláveis, o quilo de latinha que era vendido por R\$ 4,00 agora é comprado por R\$ 2,00” (LONDRINA, 2009, p. 1).

O Leste do estado também se constituiu em outra região de mobilizações no Paraná, contra os impasses, principalmente entre governo municipal e catadores. Na região do litoral, no ano de 2008, catadores se organizaram para lutar pelos direitos negados. A foto – 6, expressa a mobilização simultânea em municípios do litoral do estado. Eles buscam soluções que garantam os direitos dos catadores realizarem a atividade nos municípios de Antonina e Paranaguá.



FOTO – 6 Mobilizações de Catadores no Litoral do Paraná – Luta pelos Direitos negados em Antonina - 2008

Fonte: www.mncr.com.br.

No município de Antonina, ao saber da mobilização dos catadores, representantes do órgão público municipal prometeram ao grupo a construção de um galpão para instalar a associação de catadores que atuam no lixão, pois o mesmo foi fechado. E, como a construção do galpão necessita da liberação da Câmara Municipal, surgiu o impasse entre catadores e representantes de órgão público. Conforme a fala de um catador de Antonina, que recolhe resíduos no lixão, “como não há diálogo com o poder público o MNCR decidiu sair às ruas e reivindicar a agilização do processo”.³⁴

No município de Paranaguá, a situação dos catadores não se diferencia de Antonina. Cerca de 42 trabalhadores, que trabalhavam no lixão, encontram-se em

³⁴Fonte: WWW.mncr.org.com.br

dificuldades financeiras, o Município não possui programa de coleta seletiva para que estes continuem na atividade. Em protesto, o MNCR saiu às ruas para sensibilizar a sociedade e reivindicar dos governos municipais a implantação da coleta seletiva, com a participação dos catadores.

As lutas dos catadores no Paraná têm surtido efeitos positivos para os catadores. No ano de 2009, no I Encontro Estadual de Catadores (as) do Estado do Paraná, na cidade de Faxinal do Céu-Pinhão, os catadores conquistaram a assinatura de um Decreto, “obrigando” aos órgãos Estaduais destinar todos os resíduos recicláveis para as associações e cooperativas de catadores, sendo que a conquista está de acordo com o Decreto Federal 5.940.

A experiência das lutas contra a “privatização dos resíduos”, e opressão/repressão de empresários e órgãos municipais contra a atividade de catação, serviu de base para a territorialização das lutas por outros direitos, forjando o Estado a criar projetos sociais para minimizar a situação precária, como por exemplo, os projetos populares de casa própria. Conforme a representante do MNCR no Paraná, Marilza Aparecida,

Muitos catadores moram em barracos próximos aos ferros velhos em condições precárias, outra questão que os catadores se mobilizam, são soluções para a queda dos preços dos recicláveis.

Ela ainda salienta que “as negociações ocorrem junto a Secretaria de Habitação e na Secretaria de Indústria e Comércio, por meio de ajuda do Ministério Público Estadual da área de Meio Ambiente e do Ministério Público do Trabalho, e do Instituto de Engenharia do Paraná - IEP”³⁵.

De acordo com representantes dos catadores da cooperativa CATAMAR, de Curitiba, essas ações podem ser um estímulo para os demais grupos de catadores do estado a organizarem-se nas bases orgânicas do movimento, como estratégia de fortalecimento das lutas.

A conquista da assinatura é resultado de anos de lutas dos trabalhadores, articulados ao MNCR, com apoio do Fórum Lixo e da Cidadania do Paraná. Essas ações forçam o Estado a tomar providências em favor dos catadores, o que aponta para a

³⁵Fonte: www.mncr.com.br, MNCR conquista decreto Estadual para coleta em órgãos públicos do Paraná, 21/01/2009.

dinâmica territorial da catação, que resultará no aumento da produção e, por fim, para ganhos significativos aos catadores ligados às cooperativa/associações.

Segundo representantes do movimento nacional no Paraná, “apesar da conquista não se pode comemorar, a nova medida ainda não se concretizou”. A não disponibilidade dos resíduos afeta diretamente a vida dos catadores, na medida em que os resíduos descartados pelas indústrias, supermercados e residências são comercializados por indivíduos que não são catadores, na maioria dos casos dos trabalhadores que atuam na atividade, a principal fonte de renda é oriunda da própria catação.

Ainda, sobre os problemas acerca dos recicláveis, o fechamento do Aterro Sanitário da Caximba, na região metropolitana de Curitiba, significa a monopolização do “lixo” por algumas indústrias que atuam no ramo da reciclagem. Segundo a promotora Margareth Mattos, do Ministério do Trabalho, em seu entendimento isso significa a privatização do serviço de gestão dos resíduos, sendo que apenas as empresas seriam as beneficiadas com tal projeto.

“Os catadores de papel estão sendo induzidos a acreditar que esse novo sistema para a coleta e tratamento do lixo, que não difere em nada do que é feito hoje, vai ajudá-los. Só que com esse modelo que querem implantar, há um acordo de 30% de todo o material que chegar ao novo aterro deverá ser reciclável. Isso vai prejudicar diretamente essas pessoas que dependem do lixo reutilizável”.³⁶

Para tanto, com este projeto ocorrerá perda na gestão territorial da catação e, por fim, acirrará a competição territorial entre empresas privadas que trabalham no ramo da reciclagem X cooperativas/associações de catadores.

Outro problema que envolve a atividade desses sujeitos é a falta de equipamentos adequados ao manusear os resíduos, como EPI's – Equipamentos de Proteção Individual. Outra cobrança junto aos órgãos públicos são campanhas educativas, que conscientizem a população a separar o lixo comum dos resíduos recicláveis, a fim de que estes resíduos sejam disponibilizados às cooperativas, valorizando, também, o trabalho dos catadores.

A consolidação do MNCR, nos estados do Sul, reflete a importância da política de organização deles, principalmente no Rio Grande do Sul. Entretanto, existe um distanciamento entre o Movimento e os catadores do estado de Santa Catarina. Já no

³⁶Fonte: www.mnc.com, setor de comunicação de MNCR.

Paraná, ao longo do tempo vem se constituindo a aproximação entre os catadores e MNCR. Apesar das lutas possuírem pouca ligação política com os grupos articulados ao MNCR, ou seja, as lutas são mais de caráter local, e não espacializadas regionalmente.

Contudo, esse encontro serviu como um meio de comunicação entre os catadores do Paraná, principalmente na região Oeste do Paraná, onde os catadores, há anos, lutam por direitos negados, todavia com pouco respaldo, mas com alguns objetivos alcançados, conquistas a favor deles.³⁷

Para Dorival Rodrigues dos Santos, coordenador MNCR/SC, no I Encontro Regional de Catadores do Paraná “O Paraná esta concluindo a formação do CATAFORTE³⁸ e Santa Catarina está avançando na sua organização”. “É um momento de crescimento e esta formação prova isso”.

O evento contou com a presença de lideranças dos (3) três estados dos Sul, MNCR/PR, MNCR/SC, MNCR/RS, e também com apoio de coordenador do estado de São Paulo. O encontro de representantes tinha por objetivo criar uma articulação entre as diversas lutas que vêm ocorrendo no país. Como já apontado anteriormente, uns dos principais objetivos do movimento é espacializar as mobilizações, com a finalidade de ampliar o número de trabalhadores catadores envolvidos no Movimento. É com este caráter que lideranças do MNCR, na região Sul, buscam unir os sujeitos em diversas frentes de lutas regionais que vem ocorrendo em toda a região Sul do país.

Por conseguinte, em outubro de 2010, realizou-se no Paraná I Encontro Regional Sul de Catadores do MNCR, de caráter regional, dos catadores organizados pelo movimento nacional, e com a participação de 150 catadores de diversos municípios dos estados do Sul, sendo que o grupo de catadores de Foz do Iguaçu e Cascavel esteve presente. A participação nos eventos é visto como viés de fortalecimento das lutas.

Conforme representante da COOTACAR e do movimento nacional dos catadores da região Oeste do Paraná, neste evento estiveram presentes cinco cooperados da COOTACAR, dos quais todos fazem parte da diretoria da cooperativa. Para lideranças da COOTACAR:

³⁷Fonte: visita a cooperativa de catadores de Cascavel, 2011.

³⁸Capacitação do MNCR diploma catadores de todo o Brasil. CATAFORTE - Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis.”, que tiveram capacitação técnica para o trabalho com conteúdos envolvendo gestão administrativa das cooperativas e autogestão, logística, economia solidária, políticas públicas, entre outros temas. O objetivo é preparar as organizações de catadores para assumirem os sistemas de coleta seletiva municipais e fortalecer a cadeia produtiva da reciclagem no Brasil.< http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/cataforte-formara-2-mil-em-sao-paulo>.

“Todos querem ir aos eventos nacionais, regionais e locais, mas vêm os custos. Assim, é escolhido quem tem mais conhecimento sobre os catadores, se não como vão representar eles. Ainda ressalta, que depois de Faxinal do Céu que começou a ter articulação com os catadores e lideranças de São Paulo, e veio município fazer palestras para os catadores. E estiveram em Cascavel três (3) vezes com demais lideranças de Minas Gerais e Rio Grande do Sul”³⁹ (Liderança MNCR de Cascavel).

De acordo com seu “Henrique”, esse encontro formalizou a articulação do movimento com os catadores do Município e, posteriormente, formalizou o Comitê Regional dos Catadores de Cascavel e Região, que no momento se encontra em processo de estruturação.

Para o representante do MNCR na região⁴⁰, Viviane Merting, e presidente da COAAFI de Foz do Iguaçu, os catadores vêm lutando na região para reativar os Comitês Regionais de Foz do Iguaçu e Cascavel, sendo que cada Município contará com dois representantes.

Segundo Viviane Merting, o Paraná possui Comitês Regionais em Londrina, Curitiba, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Foz do Iguaçu, conforme pode se constatar na figura – 6. Porém, os Comitês Regionais de Cascavel e Foz do Iguaçu encontram-se em processo de reestruturação, ou seja, não estão ativados. Dentre estes, estão formados: Comitê de Catadores (as) de Materiais Recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana; Comitê Regional de Catadores (as) de Materiais Recicláveis de Londrina e Comitê Regional dos Catadores (as) de Marechal Cândido Rondon e Região.

O encontro dos coordenadores tinha por objetivo dialogar sobre a questão da incineração dos resíduos sólidos, e analisar PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Inclusão dos Catadores X Incineração, Organicidade do MNCR e Finanças, Encontro e Marcha Nacional de Mulheres Catadoras, Informes Gerais e Avaliação do Encontro.

³⁹Trabalho de campo, maio de 2011.

⁴⁰Ela representa os municípios pertencentes à Bacia do Paraná Três (BP3), Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu.

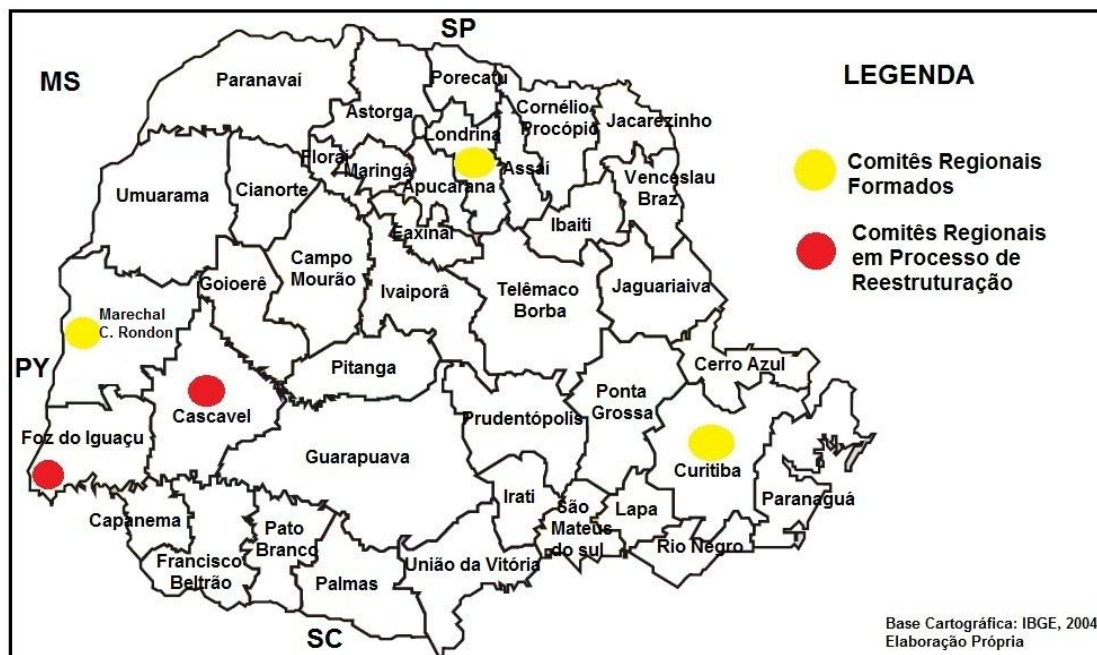


FIGURA – 6 Espacialização dos Comitês Regionais no Paraná

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2011.

Neste encontro, estava em pauta a situação dos catadores frente à incineração dos resíduos, mesmo com o decreto (7.404), assinado pelo governo em dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Recicláveis Sólidos, Lei (12.305). Lideranças do movimento, presentes no evento, desconfiaram da efetividade destas leis, pois, se por um lado avaliam as leis como fator positivo, por outro não há garantia de que o governo contratará, de forma definitiva, as associações de catadores na realização da coleta seletiva, há uma grande pressão de empresas privadas interessadas na incineração dos resíduos.

Nas palavras do coordenador Carlos Alencastro Cavalcanti, do estado coordenador MNCR/PR:

Essa foi à discussão que mais teve a atenção e acalorou o debate, pois conforme os expositores falaram, a PNRS é igual a tantas outras leis, que garantem um pouco, sem deixar muito claro estas garantias, neste caso, falando sobre a contratação das cooperativas e associações de catadores para a realização da coleta seletiva, mas coloca a possibilidade da incineração. Avaliamos por exemplo, que a PNRS não tinha nem sido aprovadas e encontros com prefeitos e seminários para discutir sobre este tema nos municípios e estados já estava acontecendo. Vimos por exemplo, que conforme a imprensa, o RS é o estado que esta apto a ser o berço da Incineração, estando em primeiro lugar, vimos também que a cidade de Joinville (SC) juntamente com mais nove municípios já aceitaram a incineração como tratamento adequado aos resíduos sólidos. “Eu juntamente com Guiomar do

MNCR-SP ajudamos na construção desta lei, como delegados do movimento, mas não conseguimos barrar o artigo nono” desabafa Carlos. O artigo nono da lei é o que coloca em últimos casos a incineração dos resíduos, “mas com as movimentações que as empresas européias estão fazendo”, parece que a lei só fala de incineração, Energia Limpa ou Usina Verde. (Palestra realizada no Encontro Regional Sul dos Catadores do MNCR no estado do Paraná, 2010).

Percebe-se que, pela maneira que Carlos menciona a lei dos resíduos sólidos, há um descrédito em relação a estas leis, ainda menciona que são como tantas outras leis brasileiras que são implementadas, mas não implantadas de fato. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, não há uma fiscalização que certifique se as verbas destinadas às cooperativas de reciclagem são repassadas às iniciativas organizacionais, pois, da mesma forma que existe uma lei para os resíduos destinados às cooperativas de reciclagem, e que não é cumprida, há a incineração dos resíduos.

A regularização de leis contra a incineração de resíduos recicláveis em países da união européia tem impulsionado as empresas internacionais, que atuam no ramo da reciclagem, a buscar outros lugares propícios para continuar atuando no mercado. Uns dos mecanismos encontrados pelas empresas é o deslocamento para lugares com facilidade locais de acumulação de capital, principalmente para países que possuem políticas de livre comércio, como é o caso do Brasil.

Nos últimos anos, temos visto a entrada de empresas estrangeiras no país com o consentimento do Estado, sem a regulamentação estatal, como no caso do relato apresentado pelo militante do movimento anteriormente citado, que força o Estado a criar leis contra a incineração dos resíduos, mas nem sempre são efetivadas. Nas palavras de Maria Mônica da Silva, representante do MNCR de São Paulo:

A incineração é justamente o oposto a inclusão dos catadores e que a marginalidade dos catadores é justamente porque as prefeituras viram as costas para os catadores e que se realmente as prefeituras se preocupassem com as questões sociais e ambientais, as associações e cooperativas de catadores já estariam contratadas, pois se gasta menos, se inclui mais e os catadores coletam em média mais de 300% de materiais que as empresas “Com nosso trabalho, ajudamos de fato a cidade, os moradores aprovam e apóiam isso, que bom seria, se outras prefeituras a exemplo de Diadema, contrata-se os catadores, acredito que os catadores não seriam mais marginalizados e os materiais, todos os materiais recicláveis, seriam de fato, reciclados.” Aumentou a renda dos catadores e a auto estima. (Palestra realizada no Encontro Regional Sul dos Catadores do MNCR, no estado do Paraná, 2010).

De modo geral, é possível perceber o apelo da representante Maria, opinião compartilhada pelos demais “catadores” brasileiros, ou seja, para o capital não é preocupante se os resíduos são reciclados ou incinerados, pois o que lhes interessa é a lucratividade do negócio.

A regularização do trabalho dos catadores não é de interesse das prefeituras, que buscam, apenas, manter a força de trabalho barata sem ser legalizada. E, sendo assim, a reivindicação dos catadores se contrapõe aos ditames das prefeituras.

Desta forma, o processo de mobilizações e reivindicações continua ocorrendo em escala local/regional/nacional, procurando organizar os catadores em espaços de diálogos, no intuito de construir sua própria política de lutas, sem a interferência de atores externos. A experiência, adquirida ao longo das mobilizações, tem sido como aprendizagem, objetivando o despertar da sociedade para a problemática enfrentada pelo grupo.

Ao analisar as ações do movimento nos 10 anos de existência, percebe-se que há conquistas significativas para a categoria, mas que, ao mesmo tempo, revela grande dependência por parte dos catadores em relação às políticas públicas de inclusão social, como suporte de fortalecimento enquanto movimento social organizado.

O contexto atual permite-nos afirmar que as organizações de catadores têm uma dependência muito grande de apoio governamental, sem as quais dificilmente continuarão desenvolvendo o trabalho com os catadores. Entretanto, destaca-se que o movimento está buscando estratégias para desprender-se da dependência e subordinação do regime governamental.

2.4 Mobilizações e luta dos catadores nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel

A região Oeste do Paraná também foi palco de mobilizações e reivindicações dos catadores. Entre os anos de 2007 e 2009, os catadores entraram em conflito com a Prefeitura, no Município de Foz do Iguaçu/PR. A mobilização dos catadores se constituiu contra a não disponibilização dos resíduos às cooperativas de reciclagem, neste momento o governo do Estado validou o Decreto Federal 5.940, conquistado pelo MNCR em parceria com Fórum Lixo e Cidadania do Paraná, “obrigando” órgãos Estaduais, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista do

Estado a realizarem a coleta seletiva, destinando o material às cooperativas/associações (MNCR, 2009).

A gestão de um território por este segmento torna-se conflituosa entre Prefeituras, Estado e outros agentes do processo de reciclagem, uma vez que, para a formalização de um território de catação, há relações de poderes e controle, o que acaba gerando conflitos. É de suma importância a definição dos locais de catação para aqueles que têm a catação de resíduos recicláveis como meio de sobrevivência. Entrelaçado a isso tudo, há os desdobramentos de tensões e conflitos com seus próprios pares, os catadores individualizados.

No entanto, a situação conflituosa com “catadores de rua” e “recicladores cooperativados” representa a constituição de uma territorialidade que a catação organizada formaliza, ou seja, a gestão territorial da maior parte do território de reciclagem, já que o decreto direciona os recicláveis às cooperativas, ou ainda, dispõe “relações de solidariedade” de confiança entre moradores, comerciantes e cooperativas. Retornado a este assunto, o conflito travado entre catadores cooperados e Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, como enfatiza Pelisser (2010):

Quanto aos materiais recicláveis produzidos pelo comércio, a relação é mais conflituosa, já que os empresários percebem que o descarte reciclável possui valor de comercialização. Isto causou muitos conflitos entre os catadores e a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, a ACIFI, entidade representante dos interesses dos empresários da cidade que apresentou resistência quanto à doação dos materiais aos catadores e cooperativas, a ação derrotada devido à determinação do Ministério Público do trabalho obrigando a doação dos materiais nas fontes geradoras. (p. 106).

Na foto – 7, visualiza-se um momento do conflito entre ambos, ao constatar a possibilidade de diminuição da renda dos trabalhadores “autônomos”, manifestando-se contra a decisão do Decreto Federal 5.940 que, para eles, provoca a “privatização” dos resíduos, como também os priva do seu próprio trabalho. Todavia, esse processo contradiz os objetivos do próprio Movimento, que busca inseri-los em um novo contexto de relações de trabalho.



FOTO - 7 Protesto de Catadores Individuais em Foz do Iguaçu Contra Decreto Estadual à Destinação dos Resíduos Recicláveis à Cooperativa de Catadores – 2008

Fonte: www.mncr.com.

Seguindo esse contexto, a luta dos catadores cooperados se pautava no direito de garantir o direito da catação na cidade, quando os trabalhadores saíram à rua mobilizar a categoria em ato público, a fim de chamar a atenção da sociedade como um todo, principalmente dos empresários, sobre a atividade dos catadores, uma liminar, concedida pelo Juiz do município, da 3ª Vara do trabalho, determinava a suspensão das exigências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que estabelece normas para a destinação de resíduos gerados pelas empresas da cidade. O TAC estabelece normas para embasamento jurídico, caso uma das partes não cumpra o seu acordo. Neste caso, a ACIFI descumpria o decreto estabelecido pelo governo do Estado.

Outra questão envolvida são as repressões de empresários e da Prefeitura contra os catadores, que proíbe a circulação de carroças com tração animal no centro da cidade, e, eles também reivindicam o direito de ter direito para manifestar em público.

“Só queremos nosso direito de trabalhar. Estamos várias semanas sem trabalhar, estamos até passado fome com as crianças e nós só quer o direito de trabalhar. É só isso que nós tá pedindo, nós precisa disso mesmo, [mas] eles querem prender nossos carrinhos. Nós queremos nossos direitos” *declarou a catadora Salete também agredida por guardas municipais* (MNCR, 2009).

Historicamente, as manifestações do movimento social dos catadores, no Brasil, são tratadas como caso de polícia, e se mantém, na atualidade, por reivindicações pelo direito de catar material reciclável nas ruas, dentre outros, o que ocorre, também, em Foz do Iguaçu e Cascavel. Esse processo é interpretado, no caso da reciclagem, por Oliveira (2010), como criminalização dos atores sociais:

O tratamento da questão social da reciclagem como caso de polícia acontece por meio da sua criminalização, a qual é justificada através dos significados atribuídos aos catadores que vão desde a acusação de “roubo de lixo” até a proibição legal da atividade de coleta feita por eles nas ruas da cidade. (p.86).

Nos municípios de Foz do Iguaçu/PR, o desfecho da proibição resultou no inconformismo dos catadores, que argumentam, “não fomos comunicados que haveria medidas que proibissem a circulação de carroças nas ruas, e ao menos apresentado a nós outras alternativas de trabalho”, é o que Oliveira (2010, p. 86) interpreta como política implementadas pelos governos municipais [...] como formas inadequadas de encaminhamento da questão social da reciclagem.

De acordo com MNCR, na região essas repressões são oriundas da Secretaria do Meio Ambiente, e Cascavel/PR não foge deste contexto. Seguindo os questionamentos dos trabalhadores, eles ressaltam que o programa de coleta seletiva solidária, implantada no município desde 2001, em parceria entre a prefeitura e Itaipu Binacional, tem sido desmantelado⁴¹. Segundo ex-representante da Secretaria do Meio Ambiente:

“A equipe de apoio da prefeitura que até 31 de dezembro de 2008 tinha oito técnicos, hoje tem apenas dois e os posicionamentos do Novo secretário é constantemente balizado no desmonte das ações de apoio a COAAFI - Cooperativa dos Catadores. Os catadores estão sendo retirados das ruas com a promessa que caminhões recolheram o material, porém somente dois velhos e pequenos caminhões estão provisoriamente fazendo a coleta sendo impossível atender a demanda de quase 700 catadores não cooperados. Sendo que a circulação dos catadores está sendo proibida em todo o centro e nas principais avenidas que ligam à cidade.” (Setor de Comunicação MNCR).

De acordo com representantes dos órgãos públicos ligados ao projeto, a proposta é acabar com esse tipo de trabalho insalubre e inserir essas pessoas em outras atividades. No entanto, Bosi (2011) interpreta essa ação do Estado como forma de

⁴¹Fonte: Catadores de Foz do Iguaçu saem às ruas para protestar contra privatização de resíduos (www.mncr.com.org.br).

controle da massa de desempregados, crescente em um período de crise estrutural do capital. A proibição abrange apenas a circulação em determinadas ruas, não na malha urbana do município como um todo, o que aponta para o fato de que o Estado estimula a catação, mas sob seu domínio, onde e como a catação deve ser realizada.

Seguindo o raciocínio de órgãos públicos, a atividade de catador está com os “dias contados” na cidade, pois os resíduos, futuramente, serão entregues às indústrias recicladoras e produtoras de biodiesel, que demonstram interesse em se instalar no município de Foz do Iguaçu. Assim, não haverá mais resíduos para que os catadores recolham, ressalta-se os órgãos públicos, argumenta, estamos preparando os trabalhadores para o futuro, segundo os catadores nenhuma alternativa foi apresentada a eles.

Outro acontecimento que envolve catadores e demais órgãos ligados diretamente a reciclagem, no ano de 2009, na região Oeste, à visita de membros da equipe de articulação e lideranças nacional em alguns municípios, em que se pretendia mobilizar ações e apoio aos catadores para organizá-los e estruturar Comitê Regional de Cascavel e Região, incentivando a articulação entre os grupos. A respeito dos Comitês Regionais, que são de grande importância na agilização das ações dos catadores, no I Encontro Regional Sul dos catadores do MNCR, realizado no Paraná em 2010, o coordenador do movimento do Rio Grande do Sul ressalta a sua importância:

Quanto à organicidade, temos que fazer nossos comitês regionais funcionar, pois são eles que dão vida ao MNCR, é deles que saem as propostas das discussões estaduais e nacionais. Com nossos comitês organizados e ativos, construímos políticas e organizamos nossas bases assim como forçamos a organização estadual e nacional. (Paraná, 2010, p. 2).

Após a visita de membros do movimento e análise da condição de trabalho dos catadores, percebe-se que, grande parte destes trabalhadores que atuam na atividade de catação nas cidades visitadas, vive na condição de semiescravos, muitas vezes em condição de “assalariados”. O trabalho dos catadores está atrelado a intermediários que influenciam diretamente na atividade e na comercialização dos recicláveis. Além disso, mantém grande rede de comercialização de reciclados na região Oeste, ligados às grandes indústrias recicladoras de outros estados, como também de outra região dentro do próprio estado do Paraná.

As administrações públicas municipais, como medidas de incentivo à formação de cooperativas de catadores, administradas, indiretamente, pelas prefeituras, utilizam da força de trabalho dos catadores, com falácias de rentabilidade do “lixo” urbano, estimulam a organização destes trabalhadores em “cooperativas” com o propósito de incluir em programas de políticas públicas. Não podemos menosprezar esta ação, embora a questão principal é deixada de lado, a social, como percebeu-se nas cooperativas. Estes trabalhadores vivem em condições miseráveis, até mesmo as refeições são realizadas de forma muito precária no meio do “lixo”.

Ao contrário, a prefeitura e entidades externas enfatizam o papel ambiental da catação (com falas sensibilizadas), como solução aos problemas ambientais, mas não essencialmente preocupando-se com as questões sociais destes sujeitos, os rendimentos obtidos estão muito aquém do necessário para viverem dignamente.

Por meio das leituras de outras pesquisas realizadas em municípios do Oeste Paranaense, e a realização do trabalho de campo, foi possível analisar a concentração de trabalhadores catadores que vendem sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria, ou ainda, não são donos do fruto do seu próprio trabalho, tornando-se um sujeito estranhado e alienado, cujas necessidades essenciais estão separadas da produção e da relação do homem com a natureza, intercambio da lei do mercado de valores de troca.

Desta forma, o capital busca formas variadas para obter valores de troca, no entanto, os discursos cooperativistas tem sido um dos mecanismos para a captura da força de trabalho sobrando que estão fora do mercado de trabalho formal, mas que não deixa de ser um trabalhador alienado. De fato, os incentivos da organização de pessoas desempregadas em cooperativa sob os princípios do trabalho coletivo é uma forma de obscurecer o trabalho dos catadores, por meio de novas denominações atribuídas a eles, empreendedores.

Nos últimos anos é crescente o incentivo de ações organizativas que se insere na política de assistência aos pobres. Como pode ser percebida na figura – 7, verifica-se todos os municípios da região Oeste do Paraná com incentivos as formas organizativas, os quais possuem cooperativas/associações, como aqueles que não possuem, enfatizando a maior concentração de associações nos respectivos municípios.

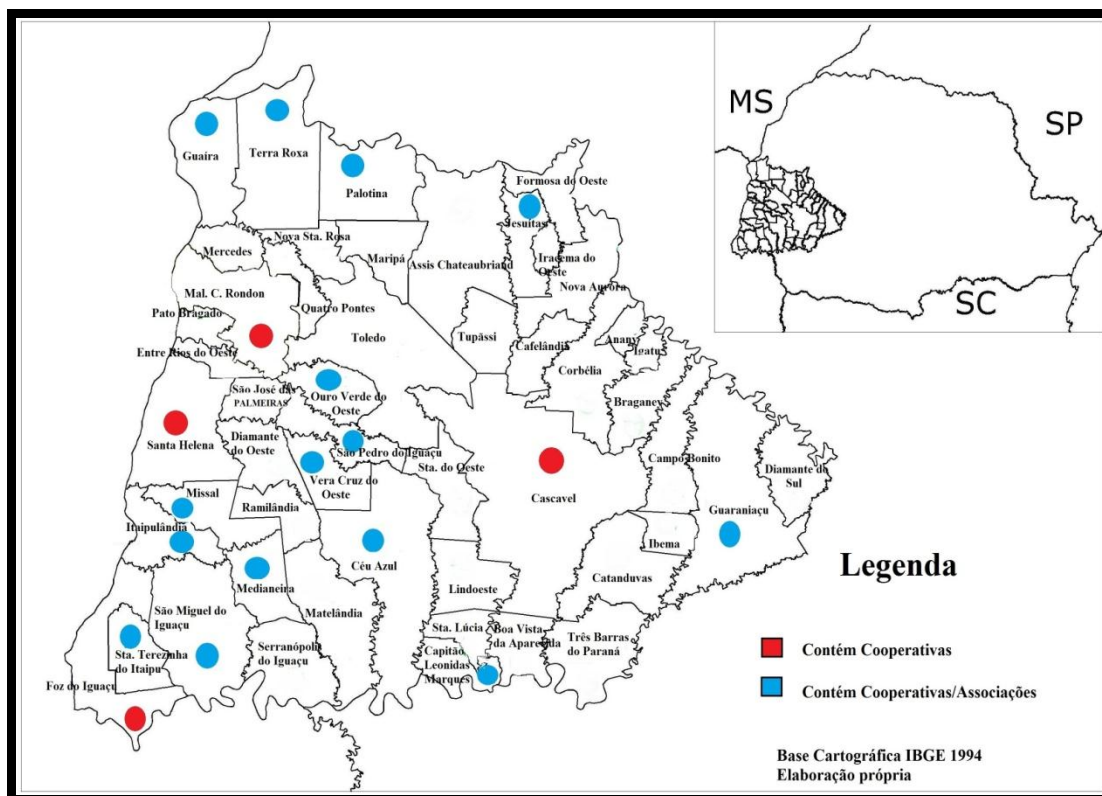


FIGURA - 7 Municípios Pertencentes à Região Oeste do Paraná e a Respectiva Presença de Associações e Cooperativas nos Municípios
Fonte: Roos, *et. al.*, 2010. Orgs: Ribeiro, 2012.

Seguindo esta contextualidade, em Cascavel, há mais de 12 anos, os catadores vêm lutando para a organização do trabalho sob os princípios do cooperativismo. Desacreditados no poder público local, muitos deles preferiram continuar a atividade de forma individual, o que pode ser percebido pela alta rotatividade de catadores na cooperativa. Alguns deles persistem na luta até hoje.

Contudo, as primeiras iniciativas de organização dos catadores são decorrentes da prefeitura municipal e, em Foz do Iguaçu, não difere. Isso proporcionou uma relação de dependência muito grande entre os catadores e as prefeituras, relação que aparentemente tende, pela organização dos próprios trabalhadores, a se tornar mais autônoma.

Alguns pesquisadores como (Bosi, 2006; Gonçalves, 2006; Magera, 2005), dentre outros, tem analisado o trabalho na catação de reciclagem e compreenderam que estes estão subordinados a grande cadeia produtiva da reciclagem, e a autonomia almejada está longe de ser alcançada.

Dentre os fatores, o desenvolvimento da atividade depende da disponibilidade de resíduos descartados pelos consumidores e, em determinados períodos do ano, há

redução do consumo de alguns produtos. Percebe-se que sua autonomia financeira depende diretamente dos resíduos descartados, cujo volume é variável segundo os períodos do ano, e segundo os próprios ciclos de consumo, numa situação em que a segurança material dos catadores já é normalmente incipiente, uma flutuação para baixo em seus rendimentos compromete seriamente sua reprodução.

Em Foz do Iguaçu, foi possível verificar em uns dos barracões, que os catadores, muitas vezes, não realizam a atividade (classificação, separação e prensagem), por não ter material disponível. É pautado nessa condição que o MNCR entende que o rendimento dos catadores deve ser por meio de prestação de serviço.

Porém, é importante lembrar que a autonomia buscada pelos catadores está alicerçada dentro das determinações sociais.

A autonomia atribuída aos catadores se constitui na “liberdade” de autogerir seu próprio negócio, sem a interferência direta da Prefeitura, de intermediários, de aparistas e da indústria recicladora, cuja luta se expressa na construção da identidade dos mesmos.

No caso dos catadores, apesar de serem considerados autônomos, apresentam grande dependência das regras estipuladas pelas indústrias recicladoras, dos intermediários e aparistas. Para os catadores adquirirem preços melhores, necessitam acumular uma quantidade de materiais. Mas como fazer o acúmulo dos produtos, se não há lugar suficiente, na cooperativa, para armazenar os resíduos recicláveis?

Neste caso, os catadores ficam reféns de agentes externos a catação. No entanto, eles não têm o poder de negociação que esbarra na falta de infra-estrutura, além dos ditames das grandes indústrias recicladoras que controlam e estipulam os preços no mercado da reciclagem.

Em Foz do Iguaçu, a infra-estrutura dos barracões aparenta ser menos precária, a espacialização de nove barracões na área urbana do município facilita o desenvolvimento da catação dos recicláveis na cidade.

Isso não retira, no entanto, o grupo da subordinação do capital. A organização do trabalho em cooperativas é uma forma típica de inserção dos desempregados ao circuito de acumulação do capital, pois os catadores não estão excluídos, apenas encontram-se integrados à economia capitalista, ainda que pela via mais perversa de um trabalho informal, “socialmente não reconhecido”.

Essa atividade como já se mencionou, ganha visibilidade na agenda pública a partir da década de 1980 com a crise do emprego. Na atualidade, ela tem se vinculado

ao discurso de proteção ambiental, bem como ao econômico. Os catadores desenvolvem o trabalho às margens da formalidade, sem nenhuma preocupação das indústrias geradoras de resíduos (GONÇALVES, 2006). O trabalho na catação entra no rol do processo de reprodução ampliada do capital, que (re)cria novas práticas de extração de mais valia relativa com a mais valia absoluta. Nesse sentido, Tavares (2006) pondera:

As formas de inserção do trabalhador por conta própria na economia informal não são práticas novas, mas foram recriadas pelas empresas capitalistas como meio de possibilitar a extração da mais valia relativa com a mais valia absoluta. (p.33).

Nessa mesma perspectiva, Barbosa (2007) ressalta que:

[...] voltada para trabalhadores que ainda têm sentido para o capital e formam o exército industrial de reserva, onde o capital deseja escamotear a informalidade, principalmente, por meio da dita autonomia e independência do auto-emprego. (p. 80).

Diversas formas de trabalho foram reorganizadas pelo processo de acumulação do capital, a exemplo do trabalho sob os princípios do cooperativismo, que estão no rol da falsa autonomia do trabalho por conta própria. Esse discurso é apropriado pelos próprios trabalhadores, muitos deles preferem trabalhar na catação de materiais recicláveis do que ter vínculo empregatício com uma empresa, porque na catação se sentem autônomos. Mas como recebem por produção, necessitam aumentar seu tempo de trabalho para atingir a renda almejada.

Além disso, o contexto de comercialização, exploração e subordinação possui particularidades nos municípios pesquisados, havendo percepção de conscientização política dos mesmos, mas com disparidades entre eles. Muitos possuem expectativa de assistencialismo, o que constitui um empecilho para o desenvolvimento do MNCR na região. Esse assunto será aprofundado no terceiro capítulo.

Como já apontou-se anteriormente, os Comitês Regionais aparecem como uma saída à subordinação dos pequenos intermediários, que compram dos catadores e vendem aos grandes intermediários, ou para as indústrias de reciclagem. A venda dos resíduos sob-redes de comercialização entre grupos de uma região não retira diretamente os catadores da subordinação, mas em partes possibilita a eliminação de pequenos intermediários na hora da comercialização dos resíduos. O fato é que o

acúmulo dos resíduos compostos por materiais recicláveis, entre os grupos, permite aos catadores vender diretamente à indústria, com preços maiores.

Lembrando que, em Cascavel, foi só após a organização do trabalho dos catadores, em 2008, que conseguiram vender diretamente à indústria. Entretanto, a falta de apoio por parte da Prefeitura, e o descrédito de alguns catadores com o trabalho coletivo na cooperativa interferiu na venda direta à indústria, voltando esses a entregar os resíduos para intermediários do próprio município, como já apontado no primeiro capítulo.

Assim, em Cascavel, a alternativa para minimizar parte da problemática da exploração e subordinação, no momento da comercialização dos recicláveis, caracterizou-se na organização do trabalho, como forma de resistência de algumas das condições degradantes nas relações de trabalho. Esses sujeitos procuraram administrar seu próprio negócio, sem a intervenção direta do poder público municipal.

Foi diante disto que os trabalhadores catadores organizaram-se sob a forma do cooperativismo para a realização do trabalho coletivo. Tal organização teve início em 2007, formalizando-se no final de 2008, contando com 35 cooperados. Ressaltando que, mesmo antes da institucionalização da COOTACAR, outras associações/cooperativas foram formadas, mas não sendo legalizados oficialmente.

Em 2009, os catadores iniciaram as ações contra o poder público local, em que lutavam para a conquista de um lugar apropriado para a atividade. De fato, eles foram atendidos através de um convênio entre Secretaria do Meio Ambiente e a COOTACAR. A partir de julho de 2009, tal projeto disponibilizava a infra-estrutura do Ecolixo – Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis - à cooperativa dos catadores por dois anos – pois o local anterior ao Ecolixo, onde eles estavam situados é área circunvizinha ao núcleo central da cidade, e, por lei, não se permitia o funcionamento da cooperativa naquele local.

Além desta irregularidade, a estrutura física não atendia à demanda, pois o lugar era insuficiente para acomodar todo o material a ser classificado e prensado, bem como armazenar os fardos já prensados até o dia da venda.⁴² Conforme a foto – 8, os catadores reivindicavam por um local mais apropriado para trabalhar e armazenar os resíduos, assim, o término do convênio foi finalizado no início de julho de 2011.

⁴²Para os catadores a falta de infraestrutura atrapalhava na organização do trabalho, tornando-se um empecilho, pois não tinha como aumentar o número de cooperados.

Em reunião no dia 13/05/2011, em que pude participar e que estavam presentes 16 catadores, entre eles, a diretoria da cooperativa, o ponto em pauta estava em torno da retirada dos catadores do local onde funcionava o Ecolixo, pois o município assumiria, novamente, a direção do Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis. A lei que “obriga” os municípios a implantarem coleta seletiva fez com que o município elaborasse o projeto de coleta seletiva e assumisse novamente a coleta seletiva do município.

Para tanto, estagiários contratados pela prefeitura estão sensibilizaram/sensibilizam os moradores do município de porta em porta e, a partir de primeiro de julho de 2011, iniciaram o projeto “*Coleta Legal*”.



FOTO - 8 Espaço interno do antigo local de trabalho localizado na Rua Carlos Gomes Cascavel/PR

Foto: Solange Queiróz Ribeiro, 2009.

Segundo o Secretário do Meio Ambiente, “de todo o material coletado 75% ficará com o município para pagar os funcionários envolvidos na atividade, e os 25% será rateado entre os cooperados da COOTACAR”. Para ele:

A cooperativa não pode assumir a coleta seletiva, pois não tem uma porcentagem suficiente de cooperados, e com aumento gradativo de catadores na cooperativa a coleta seletiva será repassada a COOTACAR, enfatizando, mas para que isso ocorra à cooperativa necessita aumentar o percentual de trabalhadores cooperados⁴³.

⁴³A organização dos catadores na COOTACAR iniciou com 35 cooperados, chegando a 80. Mas, com a desunião entre alguns catadores, hoje a cooperativa possui 29 trabalhadores catadores (Liderança do

De acordo com a Secretária do Meio Ambiente, essas mudanças são necessárias, pois os moradores circunvizinhos à cooperativa estão reclamando da presença dos catadores no local. Sendo assim, os catadores terão que ser deslocados para outro lugar, embora a cooperativa pode ter um entreposto⁴⁴ no referido local. A questão é: Por que os catadores necessitam sair do local por estar incomodando os moradores? Como eles podem continuar com um entreposto na antiga infra-estrutura da cooperativa? Além disso, se a infra-estrutura continuará funcionando como centro de processamento de resíduos, administrada pelo Município e funcionários da concessionária responsável pela coleta de lixo⁴⁵, não continuará incomodando os moradores?

No entanto, a Secretaria do Meio Ambiente propôs a reunião com os catadores, com o objetivo de apresentar a eles uma nova proposta, para que continuassem no trabalho. Entretanto, a proposta não foi aceita pela diretoria da cooperativa, e nem pelo MNCR, pois, para eles, o novo barracão precisaria ser avaliado e, em seguida, decidido se aceitariam, ou não.

“O secretário chega aqui com uma proposta já pronta impondo para nós, nós não somos idiotas, o senhor se comporta como um ditador. Como para a cooperativa de atravessadores pagam R\$ 4.000,00 de aluguel. Parece que o lixo virou ouro, só querem repassar 25% para nós, e os 75% vai para quem?”. (Catador de Material Reciclável de Cascavel).

Porém, existem conflitos entre catadores e poder público, com diversas controvérsias. Não há uma comunicação entre secretaria e catadores, gerando tensões entre ambos os lados.

O fato é que os catadores, ao saberem pela imprensa da notícia de que a Cooperativa de Atravessadores (CARIMEL) receberia R\$ 4.000,00 do fundo de investimento e apoio às cooperativas de catadores destinados pelo governo federal (fundos oriundo do Banco do Brasil), como também o deslocamento deles para uma área localizada na periferia da região norte da cidade, indagaram que “isso apenas

MNCR).

⁴⁴Os entrepostos funcionam como meio de amenizar a precariedade do trabalho dos catadores, nem todos possuem disponibilidade em ir até a sede da cooperativa, pois moram em áreas afastadas do local de trabalho. Isso dificulta ainda mais a atividade de catação. Em Cascavel, há dois entrepostos: um localizado na região Norte da cidade, outro na região Oeste, havia outro na região Sul, mas foi fechado pela impossibilidade de novo contrato de aluguel. Em Foz do Iguaçu, o município possui nove entrepostos, além da sede.

⁴⁵ Fonte: Jornal Hoje, 14/06/2011.

dificultará ainda mais a condição de trabalho dos catadores” (*catador na reunião da COOTACAR, 13/05/2011*).

Neste contexto, os trabalhadores catadores se uniram para realizar uma manifestação pública em frente à câmara de vereadores de Cascavel, como forma de forçar a Prefeitura a atender suas demandas. Porém, este ato foi visto pelas entidades envolvidas, como ato de baderneiros.

Como percebeu-se em outras pesquisas, a opressão contra as mobilizações dos sujeitos sociais, em Cascavel, não é diferente. Para a Secretaria do Meio Ambiente:

“Os catadores nunca nos procuraram para discutir a situação. Nunca pensamos em abandonar. Assim, argumenta, esse governo foi o que mais ajudou à cooperativa, nunca fomos informados quantas toneladas de resíduos a cooperativa recebeu, para onde vendeu, e quanto vendeu. Para ele os atos dos catadores são meramente políticos, eles foram manipulados por pessoas contra o governo municipal. Nunca foi negado nada para a COOTACAR, nós queremos é aumentar o negócio para os catadores. Lamentamos que fomos procurados no término do convênio ” (Reunião no dia 13/05/2011 na COOTACAR).

Nas palavras dos catadores da COOTACAR:

“Nós não fomos manipulados, só estamos reivindicando nossos direitos. A Secretária do Meio Ambiente nunca veio falar com nós, sempre mandou terceiros, nós queremos falar diretamente com a Prefeitura e não com terceiros. A proposta da Prefeitura é impor aos catadores. O Barracão vai ser locado, mas os catadores não foram consultados, não tem condição de trabalhar naquele local. Não vamos sair daqui, só sairemos quando a situação estiver regularizada. Suamos desde o início para chegar aqui agora não vamos entregar, foram muitos anos sofridos não caímos aqui de pára-quadras. Os catadores não estão brigando, nós só queremos nossos direitos. Para Secretaria do Meio Ambiente nós catadores somos invisíveis, não existe mais catadores na cooperativa por culpa da Prefeitura que não oferece infraestrutura. Os entrepostos disponibilizados não oferece condição nenhuma para nós trabalhar. Nós não temos condição de deslocar até aquele local. Além disso, eles reivindicam o direito de participar das reuniões, quando há reunião com o órgão público o presidente da cooperativa não pode participar, o secretário não conversa diretamente com o presidente, queremos o direito de participar das reuniões, as informações são sempre repassadas para o gerente da cooperativa, e não, porque diretamente para nós catadores? (Reunião no dia 13/05/2011 nas dependências da COOTACAR).

Como já foi mencionado anteriormente, há controvérsias na fala dos catadores e por parte da Secretária do Meio Ambiente, órgão ligado diretamente a cooperativa.

Durante a reunião, surgiram várias questões dos representantes dos catadores, e deles próprios: esse barracão já tem contrato? Essa proposta vai melhorar a situação (renda) dos cooperados? Todos os atos coletivos não são políticos, secretário? O barracão vai ser locado, isso não é uma coisa incerta? Se os catadores saírem daqui, não irá acontecer algo com a locação? E se o dono do barracão não quiser mais alugar?

Para tanto, há uma política de “apoio” aos catadores do município de Cascavel, mas que nem sempre é efetivada, como exemplo, projetos de inclusão social, como o de coleta seletiva em que o MNCR luta para que as cooperativas sejam contratadas para realizar o serviço de limpeza pública urbana dos municípios brasileiros. No entanto, a política que vigora em torno do mercado de reciclagem no Brasil, trata-os como massa de manobra, ora colocados em um lugar, ora jogados em outro, sem qualquer preocupação com a situação dos indivíduos que atuam na catação.

Representantes do MNCR, presentes na reunião, não aceitaram a proposta formulada pelo Município, no entanto, propuseram formar uma comissão que reformulasse o que foi proposto, e apresentasse à administração municipal, sob a condição de que a proposta fosse discutida entre os membros da diretoria da COOTACAR, entidades envolvidas e a Secretária do Meio Ambiente, pois os catadores reivindicavam/reivindicam a participação deles nas discussões que envolvem projetos para a inclusão da categoria⁴⁶.

Outra questão que eles reivindicam, é que as reuniões sejam realizadas nas dependências da cooperativa, para que todos os catadores possam participar, e não em outros locais, como na sede da Secretaria do Meio Ambiente, “*para eles nem todos os catadores teriam como deslocar até lá, isso dificultaria a negociação já que não estaria em nosso lugar*” (Reunião no dia 13/05/2011 nas dependências da COOTACAR).

Segundo informações do *Jornal Hoje*, exibida na matéria “*Fim do Impasse – Barracão foi alugado para catadores: catadores deixa sede do Ecolixo até dia 30*”, a prefeitura e os catadores entraram em acordo, mas com impasses, pois a infraestrutura que a Prefeitura estava disponibilizando aos catadores, os dois barracões de 800 m², não eram suficientes para atender a demanda dos catadores. Assim, o Município acabou alugando outro barracão de 1.400 m² para acomodar as instalações da COOTACAR. Além do aluguel do barracão, o Município continuará pagando para a COOTACAR luz,

⁴⁶ Essas questões foram tratadas no 16/05/2011, nas dependências da ONGs Caritas. Estiveram presentes a representante do movimento nacional dos catadores do Oeste Paranaense, membros da diretoria da cooperativa e entidades civil ligado ao processo.

água do imóvel, combustível, dois motoristas e dois coletores para os caminhões da cooperativa, com fundos oriundos do governo federal.

Os acontecimentos citados constituem o início de algumas mudanças: na condição de vida, de trabalho e nas relações que compreendem a formação da cooperativa e seus desdobramentos. Apesar de serem mínimas as conquistas, os membros da diretoria da COOTACAR conseguiram atingir “poder de decisão” maior sobre o andamento da administração da cooperativa.

Contudo, embora haja “as conquistas”, esses sujeitos estão submissos aos ditames impostos pelos agentes externos à catação. A respeito da articulação com o MNCR, existe um distanciamento dos catadores como o movimento. E, em Foz do Iguaçu, apesar de se apresentarem mais fortalecidos politicamente, e envolvidos mais diretamente com o Movimento (devido em grande parte à parceria com a Itaipu), os catadores ainda estão na condição de sujeitos submissos e subordinados à estrutura do mercado da reciclagem, não se diferenciando da condição dos catadores do município de Cascavel. Esse assunto será desenvolvido, mais especificamente, no próximo capítulo.

CAPÍTULO

3



A ORGANIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

CAPÍTULO – 3 A ORGANIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MNCR NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

A análise a ser feita neste primeiro subitem compreende as posturas políticas dos catadores das cooperativas COOTACAR e COAAFI. No segundo subitem procurou-se compreender quem são os trabalhadores catadores e suas trajetórias de vida, bem como as particularidades e semelhanças das iniciativas de organizações coletivas nos dois municípios e suas relações de trabalho precário, que combinam com as estratégias organizacionais do metabolismo societário do capital na sustentação da força de trabalho barata e fragilizada dos catadores na extração da mais valia na forma absoluta e relativa.

Ainda, serão analisadas as particularidades e semelhanças de ambos os grupos, e a sujeição dos trabalhadores catadores nas estratégias exploratórias do capital no ramo do mercado da reciclagem, os quais se encontram mascarados pela falsa autonomia, ou seja, pelo papel de empreendedores atribuído a eles, após a construção de leis dos resíduos sólidos. Essa nova política governamental dos últimos anos não retirou os catadores da condição de trabalhadores subordinados, nem tão pouco inseriu a atividade em outro contexto da economia.

Estes trabalhadores catadores, em consonância com a ordem metabólica do capital, buscam na organização do trabalho coletivo e na articulação junto ao MNCR meios de assegurar melhorias nas condições de trabalho e renda, sob os princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Assim, tem-se o propósito de discutir sobre a luta dos catadores na constituição de uma identidade coletiva por meio do Movimento dos catadores que esbarra nas dificuldades de um trabalho de base mais eficiente, que garanta maior proximidade com as bases orgânicas (cooperativas). Essas dificuldades surgem em decorrência das condições materiais de existência dos sujeitos que atuam nesta atividade, ou pela falta de envolvimento político com a causa, pela dependência de políticas públicas fornecidas pelos governos das esferas federal, estadual e municipal. Agrega-se a estes fatores que tais ações não têm alterado substancialmente a realidade da condição de trabalho, mesmo com a luta travada pelo Movimento em formalizar a atividade dos catadores para que sofram menos com a auto-exploração, pois a precariedade do trabalho, evidenciada na pesquisa, é típica do capitalismo contemporâneo.

Por fim, procurou-se compreender a formação dos Comitês Regionais nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, meio pelo qual os catadores poderão trocar informações e experiências entre os grupos. Essa realidade, no entanto, ainda não está concretizada, os mesmos encontram-se em processo de reestruturação, fragilizando, assim, a territorialização do MNCR na região Oeste do Paraná. Isto por que os Comitês Regionais são compreendidos pelo movimento como espaço de construção de propostas políticas para avançar além da organização interna.

3.1 O Quadro atual da consciência política dos catadores nas cooperativas de reciclagem de Foz do Iguaçu e Cascavel

A partir do trabalho de campo realizado nas cooperativas, pode-se apontar, como um dos resultados, que os catadores constituem um categoria de trabalhadores fragilizados, fragmentados, desmobilizados, havendo, inclusive, os que demonstram revolta pelas condições em que se encontram. Os catadores das cooperativas pesquisadas que entrevistou-se, na sua grande maioria conhece a atuação do Movimento, mas de forma incipiente, sendo que alguns deles demonstram falta de “interesse” pela causa coletiva.

Embora haja catadores que possuem entendimento sobre as lutas e reivindicações do MNCR, e acreditam na política organizacional do trabalho enquanto processo que permite a construção de uma identidade coletiva, de modo geral estas pessoas demonstram estarem pouco politizadas, e atuam conforme as ordens do Estado e das Prefeituras, os quais possuem uma relação que colocam na condição de sujeitos submissos, inofensivos e dóceis.

Este contexto aproxima-se ao grupo de Cascavel, após o enfrentamento com a Prefeitura para a conquista de infra-estrutura (barracão), observou-se o posicionamento subordinado dos catadores frente às determinações da Prefeitura.

Além disso, por meio de entrevistas realizadas com os catadores e representantes do Movimento, e de leituras de notas de relatos de trabalho de base do MNCR em alguns dos municípios do Oeste paranaense e jornal local - *Jornal Hoje, O Paraná* -, percebe-se a atuação do capital frente ao enquadramento das cooperativas na dimensão do desenvolvimento territorial do capital, que procura lugares e trabalhadores precarizados para sua reprodução ampliada inserido lugares e trabalhadores em sua lógica excludente.

Há um apelo para a captura da força de trabalho na inserção nas “cooperativas” de reciclagem do Oeste do Paraná, como constatou-se por meio de telejornal e jornal impresso. Na matéria exibida em 29/03/2012, pelo *Jornal Hoje* – “Lixo Rentável: programa muda rotina de famílias e do meio ambiente”, analisou-se a lógica do reaproveitamento dos materiais voltados para a preservação ambiental, pautado em discursos de rentabilidade, com intuito de capturar força de trabalho na realização da atividade em “cooperativas”. Embora o “lixo” seja rentável, não o é para aqueles que coletam diariamente o material nas ruas das cidades.

O capital se vale de estratégias de relações de trabalho precário nas “cooperativas” para enquadrar os trabalhadores no contexto da funcionalidade do trabalho para atender suas demandas e interesses, sendo que a perpetuação das mazelas sociais, às quais estas pessoas estão submetidas, seja da atividade ou da condição de vida, é o que garante toda a dimensão territorializante do capital na acumulação do setor de reciclagem.

A entrevista concebida pela representante⁴⁷ do Movimento na região Oeste do Paraná Viviane Merting e Presidente da cooperativa COAAFI, percebeu-se que o envolvimento junto ao Movimento ocorreu por meio de encontros e eventos de catadores, promovido pelo MNCR no próprio Estado, e em outros Estados brasileiros. No que averigou-se a relação dos trabalhadores catadores com o MNCR ainda ocorre por meio de encontros, a exemplo do Programa Cultivando Água Boa, promovido pela Itaipu Binacional dentre outros.

Para Viviane Merting existe grande dificuldade de “comunicação entre os catadores e o MNCR, por exemplo, a distância entre a base local e a nacional é muito grande, e nem todos sabem comunicar via e-mail para trocas de informações”, já que o meio de comunicação entre catadores e o MNCR é via e-mail, o que influencia no distanciamento entre Movimento e as cooperativas.

Por conseguinte, os militantes que estão à frente do movimento possuem maior compreensão das ações e reivindicações, o que evidencia que a atuação do MNCR, na região, parece estar distanciada de sua base, como já apontado nos capítulos anteriores. Por outro lado, o desconhecimento dos catadores e a fragilidade podem ser entendidos/justificados pela alta rotatividade de cooperados nas respectivas

⁴⁷Segundo Viviane Merting, o processo de escolha das lideranças ocorre através de eleição, foi escolhido no evento Cultivando Água Boa e em Faxinal do Céu no I Encontro de Catadores do Estado do Paraná, dos 29 (vinte nove) municípios pertencentes à Bacia do Paraná. Três dos representantes escolhido 3 (três) são de Foz do Iguaçu).

cooperativas. Este assunto estaremos analisando com maior precisão nos próximos subitens.

Como constatou-se em campo, a escolha de representantes para a participação em eventos e encontros de catadores em outros municípios, é decidido em reuniões e assembléias. A decisão (dos representantes) segue de acordo com o conhecimento de cada catador, ou conforme o tempo de envolvimento e participação na organização do trabalho.

Além da comunicação via e-mail, a relação das bases com o MNCR se dá por meio de eventos e encontros fora dos municípios, de acordo com a disponibilidade e tempo dos catadores. Os custos com o deslocamento, os quais tem sido uns dos entraves para as trocas de informações e experiências. Além disso, como a maioria é composto por mulheres, as dificuldades de participação são maiores, pois os afazeres domésticos, a responsabilidade pelos filhos, etc., são fatores que dificultam o encontro e as trocas de informações entre os catadores. Por fim, vale citar, novamente, a questão da falta de interesse, pois alguns dos catadores compartilham da idéia de que a participação em eventos “não serve para nada, questionando, o que vamos fazer lá?”.

Os encontros, na compreensão dos militantes, agem no sentido de contribuir no fortalecimento e na inserção dos catadores dos municípios no contexto regional, estadual e nacional, além de proporcionarem aprendizagem e trocas de informações.

Segundo os catadores, os custos com viagens eram pagos pelo MNCR e entidades civis organizadas. Contudo, agora são os próprios catadores que terão de custear o deslocamento. É nessa perspectiva que o Movimento entende a legitimidade da “parceria” com o governo, percebida como forma do Estado pagar pelo trabalho desempenhado, ainda questiona que é dever do Estado proporcionar a cidadania a todos os cidadãos brasileiros (MNCR, 2010).

Em tese, as políticas desenvolvidas pelo governo federal, em parceria com as administrações municipais, colocariam as cooperativas numa situação mais segura, amenizando a precariedade da atividade e garantindo uma renda mais digna, embora não seja isso que vem ocorrendo, como ressaltou-se no primeiro capítulo.

Diante da conjuntura do contexto histórico de construção de luta de classe da região Oeste do Paraná, e da fragilidade da dinâmica da organização das associações/cooperativas, colocam esses sujeitos na condição de grupos desmobilizados e desmotivados em relação ao ideal proposto pelo Movimento dos catadores, desafiando, assim, a sustentação do trabalho coletivo dos grupos.

No entanto, percebe-se que nem todos os catadores têm “interesse” de participar ativamente da militância, bem como possuem consciência da condição de explorados, além de compreenderem as trocas de aprendizagem e de informações entre os grupos como inútil. A condição de grupos que dependem de assistência social, de órgãos governamentais e de entidades religiosas, os tornam reféns de concepções de assistencialismo, ou seja, alguns dos catadores entendem que o assistencialismo oferecido pela Prefeitura os retirará da condição em que estão. Além disso, reproduzem a concepção de que a representação política de luta dos catadores deve vir das entidades envolvidas e não dos próprios catadores.

Como verificou-se, o eixo do Movimento está centrado em Foz do Iguaçu, a organização do trabalho nesta cidade antecede a organização dos catadores do município de Cascavel. Esse fator também pode ser entendido pelas relações entre cooperativa e Estado, a exemplo do Programa de Coleta Seletiva Solidária, desenvolvido em parceria entre Prefeitura municipal e ITAIPU.

Esse contexto coloca, aparentemente, o grupo de Foz do Iguaçu em uma situação mais “privilegiada”, o que demonstra serem mais fortalecidos politicamente em relação ao grupo de Cascavel. Porém, em ambos os grupos há falta de “interesse” por parte de seus membros, o que gera conflitos internos e sentimento de revolta.

Por aparentar ser mais consolidado (Foz do Iguaçu), isso não significou mudanças profundas na seguridade da condição de trabalhador catador, as relações estratégicas da reprodução do capital na subordinação das cooperativas ao circuito mercantil da reciclagem não os retirou da condição de grupos fragilizados econômica, social, politicamente e infraestruturais, mesmo que auto-organizados.

Por isso, o MNCR, enquanto movimento social organizado, deve realizar trabalho de base, de forma minuciosa, para fortalecer e aproximar as bases locais do Movimento, diminuindo, assim, o distanciamento entre ambos, bem como buscando articulação com outros movimentos, a fim de fortalecerem-se politicamente. Entretanto, levando em conta o interesse da base, no que percebeu-se muitos deles não têm interesse de participar ativamente da militância do Movimento, os grupos mais fortalecidos politicamente estarão “atentos” às relações de dependência de entidades externas e das relações de trabalho precário, e buscarão lutar contra a territorialização do capital.

Acredita-se que os catadores organizados nas cooperativas, seguindo os princípios da economia solidária, podem tornar-se uma forma de resistência, e construir

uma identidade de luta coletiva com o apoio do MNCR, contra as relações que os colocam na condição de dependentes e subordinados, realizando, assim, minimamente seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores catadores.

3.2 - Experiências, semelhanças e algumas particularidades na organização do trabalho na catação de materiais recicláveis nas respectivas cooperativas de catadores: COAAFI e COOTACAR

3.2.1 - Quem são os trabalhadores catadores?

Os grupos de trabalhadores catadores que aqui apresentou-se possuem uma trajetória de vida e de trabalho que, de certo modo, se assemelham em alguns aspectos.

Do total de entrevistados, 45, 30 deles são de Foz do Iguaçu e 15 são de Cascavel. Entre eles, 42.2% dos catadores têm como única fonte de renda a venda dos resíduos coletados e classificados por eles nas cooperativas, e 31.2% deles, além da renda oriunda da catação, recebe algum tipo de auxílio do governo, como Bolsa Família, Vale Gás e Bolsa Escola. Também foi possível averiguar que, para 26.6 % dos trabalhadores catadores, a renda familiar é complementada com a ajuda de outros membros da família, que possuem emprego fora da catação e, em sua maioria, são os filhos dos catadores.

Desse modo, é possível perceber que, para muitos trabalhadores catadores, a renda obtida com o trabalho na cooperativa é a única forma de sobrevivência, e se reproduzem enquanto ser social de forma miserável.

Entre eles, 33 são do gênero feminino e 12 são do gênero masculino. Um fator importante que percebeu-se, em sua multiplicidade, configura-se indivíduos do sexo feminino nas cooperativas.

No que averigou-se na pesquisa de campo, as mulheres exercem, muitas vezes, o papel de chefe de família, sendo que dos entrevistados 73% são mulheres e 27% são homens. Entre elas, a idade varia de 23 anos a 59 e, entre os homens, a idade varia de 21 a 73 anos de idade.

A partir destes dados, é possível perceber que os catadores envolvidos na catação de material reciclável, entre os dois grupos estudados, compreendem um número de trabalhadores considerados em idade relativamente jovem, conforme demonstrado no gráfico – 3.

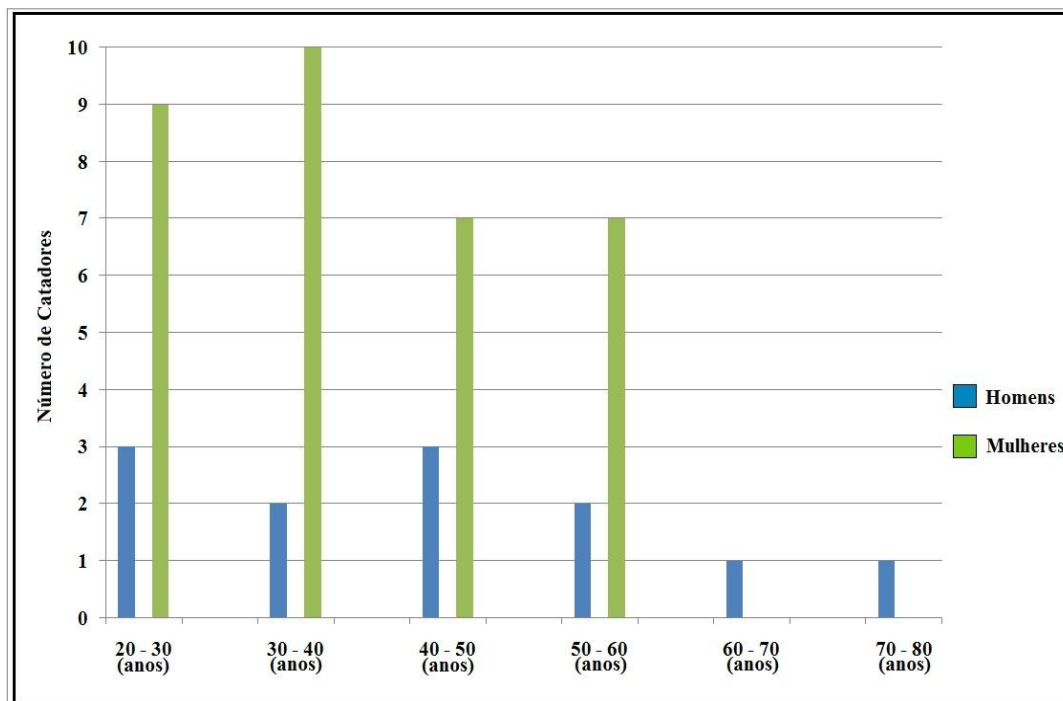


GRÁFICO – 3 faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras da COOTACAR e COAAFI- 2011

Fonte: trabalho de campo, Agosto – Outubro de 2011.

Isso aponta, por conseguinte, para as estratégias exploratórias do capital na contemporaneidade, o que demonstra a continuidade na inserção de uma nova geração de trabalhadores num circuito bastante precarizado, em virtude, provavelmente, de um mercado de trabalho incipiente na absorção destes trabalhadores de forma mais digna. Além disso, fica evidente um perfil diferenciado, ou seja, de pessoas consideradas jovens, uma vez que, à princípio, o trabalho de catação no Brasil era considerada, particularmente, de pessoas de idade avançada e de moradores de rua.

Analisando a trajetória ocupacional desses trabalhadores, muitos deles tornaram-se catadores entre 20 e 40 anos, por motivos adversos.

Para alguns deles, a idade e os problemas de saúde influenciaram em sua ida para a catação de material reciclável, lembrando, também, que muitos desenvolvem e estão nessa atividade devido às exigências do mercado de trabalho, que cada vez mais dificulta a inserção/permanência dos trabalhadores em atividades formais, as quais

exigem aptidões técnicas e informacionais, como; qualificação profissional, experiências de trabalho ou por algum problema de deficiência física, como no caso de um catador de 25 anos de idade (vinte cinco) de Foz do Iguaçu “*tenho dedo cortado, ai dificulta muito conseguir emprego*” (Entrevista realizada em outubro de 2011).

Assim, o capital utiliza dos metabolismos discursivos e ideológicos, a fim de justificar a utilização da força de trabalho de pessoas que estão inseridas no setor da economia informal, explicada através da não preparação destes indivíduos para o mercado de trabalho. As formas exploratórias do capital, em seu círculo vicioso de sujeição dos catadores, se sustenta pela “falta” de qualificação profissional e, por conseguinte, pela subordinação e exploração, a exemplo dos trabalhadores catadores que aqui analisou-se.

Conforme demonstra a tabela – 2, é possível visualizar os motivos que levaram os catadores a trabalharem na catação dos resíduos.

Na amostra, verificou-se que o ingresso na reciclagem está associado ao desemprego de longo tempo e a problemas de saúde. Entre as mulheres, principalmente, os motivos associados à saúde predominam. Para muitas delas, o ingresso na catação foi o primeiro emprego, como auxílio da renda familiar, sendo que o esposo já trabalhava na catação.

TABELA- 2 Motivos que os levaram os catadores da COOTACAR e da COAAFI para catação dos recicláveis – 2011

	Homens	Mulheres	Total	%
Desemprego	9	21	30	66.7
Idade avançada	1	-	1	2.2
Problemas de Saúde	1	3	4	8.9
Morava no Paraguai, e não possuía documentos, quando retornou para o Brasil.	-	1	1	2.2
Na época a reciclagem dava bem	-	1	1	2.2
Trabalhava empregado (a) e não gostava de ser mandado	-	2	2	4.5
Aumentar renda familiar	1	5	6	13.3
Total	12	33	45	100%

Fonte: Trabalho de campo, Agosto-Outubro de 2011.

Para outros, a inserção na reciclagem está relacionada, sobretudo, à idade avançada, devido às exigências no mercado de trabalho que busca um trabalhador apto a desenvolver todo tipo de atividade, com intensidade em seu ritmo. Assim, aqueles que não comportam o modelo de perfil exigido, são excluídos do processo de trabalho formal e inseridos em outro contexto da economia brasileira, a da informalidade.

Segundo Tavares (2004) a década de 1990 foi marcada pelo grande crescimento da economia informal, englobando um conjunto de atividades heterogêneas nas grandes e pequenas cidades, além de envolver um número significativo de trabalhadores, que desempenham todo tipo de atividade considerada informal.

Conforme indica a análise dos questionários, aplicados aos catadores, há, entre eles, os que sempre estiveram inseridos em atividades temporárias e informais, que não exigem qualificação profissional para o trabalho. Isto pode ser exemplificados com o caso do catador “Mauro”, de 52 anos de idade, de Foz do Iguaçu, entrevistado em outubro de 2011 e que está na catação de recicláveis há 14 anos.

“Eu trabalhava puxando muamba no Paraguai, com a queda das mercadorias, após o controle de fiscalização na fronteira, Brasil-Paraguai obriguei vir para cá”⁴⁸.

Àquele, e à maioria dos catadores, assemelha-se a situação do catador “Felipe”, também de Foz do Iguaçu, com 23 anos de idade, e que está na catação de reciclável há 8 meses.

“Eu morava e trabalhava no campo, como puxar muamba no Paraguai estava ganhando bem, vim morar na cidade. Mas chegou um período que não estava dando mais, a polícia federal está controlando, estava difícil passar as mercadorias, como estava desempregado, ai resolvi vir trabalhar na catação”⁴⁹.

As trajetórias profissionais dos trabalhadores catadores são semelhantes entre si, marcadas pela alta rotatividade ocupacional, vinculada às necessidades da família e à baixa escolaridade que, na atualidade, tem sido um dos empecilhos para conseguir emprego. A alta rotatividade ocupacional é uma das consequências do receituário neoliberal, que se intensificou a partir da década de 1990, com a flexibilização das relações de trabalho pela lógica capitalista. Isto reduziu o custo do trabalho através de contratos precários, sem os direitos mínimos legais garantidos por lei e tercerizado,

⁴⁸Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2011.

⁴⁹Fonte: trabalho de campo, outubro de 2011.

conquistado pelos trabalhadores no período do estado de Bem Estar Social. Por conseguinte, este processo culminou na desregulamentação dos direitos do trabalho, e no aumento do número de trabalhadores em situação de informalidade.

Nesse sentido, os catadores que foram entrevistados nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, entre os meses de agosto-outubro, apresentaram trajetórias ocupacionais bastante comuns no que se refere ao ingresso na coleta de recicláveis como alternativa de trabalho, seja como meio de manter sua reprodução, seja como atividade para aumentar a renda familiar, etc.

Outro elemento que torna as trajetórias analisadas semelhantes, é as condições de trabalho, haja visto que no capitalismo todos os trabalhadores estão sujeitos a todo tipo de precariedade, no caso dos catadores o processo de catação é fator que leva a precariedade do trabalho.

Muitos dos catadores tiveram sua trajetória marcada pelo trabalho temporário, parcial, terceirizado, sendo que grande parte nasceu e cresceu no campo, onde atuavam como arrendatários e trabalhadores assalariados em especial aos brasiguaios. A tabela-3, demonstra a experiência profissional dos catadores antes de sua inserção na catação dos recicláveis.

Nesse sentido, o contexto apresentado mostra que em Foz do Iguaçu há predominância de catadores que possuem, inclusive, origem campesina, além de um número relevante de brasiguaios, que fazem parte de um processo de desenraizamento de seu lugar de origem, por conta da expropriação no campo brasileiro nos últimos anos.

Este panorama do contexto histórico e social dos catadores permite afirmar que as dificuldades de se manterem no campo constituem a motivação de seu retorno ao país de origem, à procura de emprego e reterritorialização no trabalho de catação.

No entanto, ao retornarem ao Brasil, estes trabalhadores se depararam com o mercado de trabalho exigente por força de trabalho qualificada, sendo a catação dos resíduos recicláveis a saída de manutenção de suas condições de existências. Entretanto, vale salientar o conformismo em relação às condições em que estão empregados, principalmente entre aqueles de idade considerada avançada.

TABELA - 3 Experiência Profissional dos Trabalhadores Catadores das Cooperativas de Cascavel e Foz do Iguaçu/ PR

Profissão	Homens	Mulheres	Total	%
Doméstica	-	6	6	13.3
Diarista	-	4	4	8.9
Zeladora	-	2	2	4.5
Costureira	-	2	2	4.5
Transporte de mercadorias do Paraguai	1	5	6	13.3
Dona de Casa	-	4	4	8.9
Auxiliar de Cozinha	-	2	2	4.5
Trabalhador Rural	5	1	6	13.3
Lavador (a) de carro	-	1	1	2.2
Babá	-	1	1	2.2
Construção Civil	3	-	3	6.7
Linha de Produção	1	3	4	8.9
Serviços Gerais	1	1	2	4.4
Barrageiro	1	-	1	2.2
Limpeza de Lote	-	1	1	2.2
Total	12	33	45	100%

Fonte: trabalho de campo, Agosto- outubro de 2011.

Tal conformismo pode ser contraposto ao sentimento de revolta e inconformismo de muitos jovens, que caracterizam o trabalho na catação como algo passageiro, substancial até a garantia de outro emprego. O desejo de não permanência na atividade da reciclagem é impulsionado não só pela baixa remuneração salarial, mas também pelo preconceito que sofrem na sociedade de modo geral, e as humilhações no trabalho, por parte de alguns funcionários de órgão públicos que atuam indiretamente no trabalho da cooperativa. Muitas vezes, ofende-os com insultos, “*ah minha filha eu tenho categoria. E você*” (Entrevista realizada em agosto de 2011).

Estes fatores, destaca-se, somam-se às condições reais da realização da atividade, que apresenta enquanto insalubre, discriminados, desvalorizados, o que leva muitos deles a procurarem outro tipo de emprego, que garanta, sobretudo, os direitos mínimos estabelecidos por lei.

Em sua maioria, os catadores desempenhavam todo o tipo de atividade que não exigia qualificação profissional específica. A antiga atividade desenvolvida por eles (costureira, cozinheira dentre outros) necessitava de trabalhadores qualificados, mas, não aquele trabalhador qualificado, que desenvolve várias funções e nem que domine a informática, por exemplo.

Verifica-se uma hesitação quando, por um lado, há a afirmação de que a escolaridade é fundamental para a inserção no mercado de trabalho formal, e garante melhores condições de trabalho e de vida, e, por outro, apenas 3 dos entrevistados haviam retomado os estudos. O quadro de escolaridade dos catadores aponta/constata para a baixíssima escolaridade e analfabetismo, como pode-se verificar na tabela -4.

Entre eles, há os brasiguaios que foram ainda quando criança para o Paraguai, e apontaram a distância – moradia/escola – como empecilho para a conclusão do ensino fundamental. Outros, por necessidades diversas iniciaram a trabalhar quando ainda criança/adolescente para ajudar na renda familiar, implicando, por conseguinte, a evasão escolar.

O fato de apenas três catadores estarem frequentando os bancos escolares não significa que há desinteresse por parte dos trabalhadores a retomarem os estudos. O problema consiste na exaustiva jornada de trabalho, atrelada ao cansaço físico, nos afazeres domésticos, lembrando que a maioria dos catadores é do sexo feminino e, por tal, tem a “obrigação” de realizar o trabalho e no final do dia tem a tarefa de cuidar da casa e da família, etc.

A formação escolar insuficiente não responde a inserção desses trabalhadores no circuito da catação de recicláveis, visto que outros fatores foram fundamentais neste processo, tais como a idade avançada, problemas de saúde e a complementação da renda familiar.

TABELA - 4 Escolaridade dos catadores e catadoras entrevistados

Escolaridade	Mulheres	Homens	Total	%
Analfabetos	8	2	10	22.2
Ensino Iniciais	14	7	21	46.7
Ensino Fundamental	10	3	13	28.9
Ensino Médio	1	-	1	2.2
Total	33	12	45	100%

Fonte: Trabalho de campo, Agosto– Outubro de 2011.

Com as desregulamentações das relações de trabalho e a intensificação da precariedade do trabalho, impostas pelas políticas neoliberais dos últimos anos, de certa forma, a classe trabalhadora vê seus rendimentos reduzidos, por conseguinte, a

necessidade de inserção de toda a família no ambiente de trabalho – muitos catadores trabalham entre pai, mãe e filhos.

Esta é a situação do catador “Carlos”, de Cascavel, entrevistado em agosto de 2011 com 64 anos de idade, e que está na catação de reciclável há 11 anos.

“Eu morava na cidade e trabalhava no campo, no município de Três Barras do Paraná, retirando madeira e depois fui trabalhar na construção de Itaipu na função de carpinteiro. Fui trabalhar na catação por causa da idade, que tornou quase impossível em todo emprego. Nesse tipo de atividade a aceitação de qualquer idade”.

No caso da catadora “Maria”, da cooperativa COAAFI, entrevistada em outubro de 2011 com 36 anos, e natural de Foz do Iguaçu, ela possui apenas ensino básico incompleto e está na catação de resíduos sólidos há 4 anos.

“Trabalhei de auxiliar de serviços gerais, doméstica, diarista e de laranja no Paraguai, como não dava dando mais e os problemas de saúde não consegui mais emprego ai resolvi vir trabalhar na catação dos resíduos recicláveis”.

Foi possível, contudo, analisar os motivos de inserção desses trabalhadores catadores na catação de resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis.

A localização geográfica dos municípios tem influenciado na exclusão e desapropriação desses trabalhadores, a exemplo do município de Cascavel, que está inserido em uma região predominantemente agrícola, com intenso crescimento de atividades agrícolas ligadas ao agronegócio.

Para tanto, o ideal do governo militar, nos anos 1980, para o desenvolvimento econômico do país foi a construção de Usinas Hidroelétricas, a exemplo da Itaipu Binacional, dentre outros pequenos complexos hidrelétricos nos municípios circunvizinhos a área, o que gerou a desapropriação de populações na região.

Foz do Iguaçu, cidade considerada pólo turístico da região devido à proximidade com o Paraguai, tem atraído a migração da população rural para a cidade, cujo incremento demográfico na cidade apresentou um notável índice, deslocamento de uma população considerada relativamente elevada oriunda do campo para a cidade. Segundo IBGE Censo (2010), a população urbana é de 253.950 e a população concentrada no campo é de 2.131.

A década de 1970 foi marcada pela formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores em busca de emprego, atraídos pelo potencial turístico do município e pelos atrativos de trabalhar em Ciudad del Lest – Paraguai, seja no comércio, ou como “laranja” (POLISSER, 2010).

No período da década de 1960 a 1970, ocorria no contexto nacional o êxodo rural no Brasil, com grande migração de trabalhadores do campo rumo aos centros urbanos à procura de emprego.

Apesar de estudos apontarem a construção da hidrelétrica de ITAIPU como um dos atrativos do deslocamento de número significativo de pessoas para o município, sobretudo no período da construção da hidrelétrica, a pesquisa realizada por nós contradiz tais dados, pois entre os catadores encontrou-se apenas um trabalhador que havia participado da construção da hidrelétrica, residindo em Cascavel.

Nas análises averigou-se que apenas 13% dos entrevistados são de origem dos próprios municípios, e os demais são de outras regiões do Estado do Paraná ou são de municípios circunvizinhos à Cascavel e Foz do Iguaçu. Alguns são de outros Estados, a exemplo Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, e dois são filhos de brasileiros nascido no Paraguai, mas registrados no Brasil. A tabela – 5 traz uma síntese da procedência dos catadores, possibilitando analisar, a migração/deslocamento dos mesmos de sua cidade de origem.

TABELA - 5 Procedências dos catadores de Foz do Iguaçu e Cascavel/PR

	Urbano	Rural	Total
Municípios Adjacentes/Cascavel e Foz do Iguaçu	14	3	17
Paraná	8	3	11
Paraguai	1	11	12
Outros	5	-	5
Total	27	17	45

Fonte: Trabalho de campo, agosto-outubro de 2011.

Embora um número considerado dos catadores entrevistados apontaram sua origem no trabalho do campo, na tabela acima é possível analisar que a maioria os catadores, antes de adentrar à catação, estava desenvolvendo diversas formas de trabalho nos centros urbanos.

Para Bosi (2011, p. 42), as mudanças vividas pelos trabalhadores catadores,

[...] fazem parte de um ininterrupto processo de migração, de deslocamento e de desenraizamento. Ele pode ser visto como parte de uma força de trabalho tornada excedente no campo que foi transferida para a cidade, onde se ocupa de todo tipo de trabalho precário e informal, necessário à atual reprodução e acumulação capitalista.

Pode-se afirmar que as mudanças estão ligadas, sobretudo, à busca de melhores condições de vida, ou seja, a procura de um emprego que lhe garanta uma forma de vida mais digna, entre estes, o deslocamento para tais municípios está relacionado, com a procura de formas para sofrerem menor consequência que não seja totalmente condicionada à lógica perversa do capital.

Porém, a migração/deslocamento dos trabalhadores é inerente à lógica do capital, cuja necessidade de valorização expulsa e expropria os trabalhadores do campo, os quais “necessitam” se deslocarem para os centros urbanos, em busca de emprego.

Muitos dos catadores entrevistados que tem suas origens no campo apontam a modernização e a mecanização como um fator determinante em seu deslocamento para a cidade. Para outros, as dificuldades de adequação/adaptação à lógica do trabalho nos centros urbanos fez com que os catadores adentrassem no trabalho de catação de material reciclável como saída para se livrarem da figura do patrão. Trata-se, portanto, de realizar o trabalho de modo “autônomo”, como meio de manter sua reprodução enquanto ser social.

Em relação a inserção na catação, como pode ser averiguado no gráfico – 4, o período/ano em que os catadores inseriram no trabalho de catação, o ano de 2010 possui maior relevância em relação aos demais.

A análise dos questionários mostrou que muitos dos catadores, principalmente da cidade de Foz do Iguaçu, onde foi entrevistado o maior número de trabalhadores, apontaram o motivo da inserção na coleta de recicláveis pelo maior controle da polícia Federal na Ponte da Amizade, o que dificultou o deslocamento até o país vizinho, em busca de alternativas para sobrevivência.

Destaca-se, no entanto, que embora este se constitua em um dos fatores de maior relevância, ele não anula a existência de outras motivações não mencionadas pelos catadores, em razão do delineamento e focalização da pesquisa.

O metabolismo reprodutivo do capital tem expropriado um contingente de pessoas do campo, que estão na condição de catadores nas áreas urbanas. Os municípios

aqui apresentados possuem um número relevante de indivíduos sobrevivendo da catação de reciclável. Estima-se que o número de catadores de material reciclável nos dois municípios seja de aproximadamente 3.000 catadores⁵⁰.

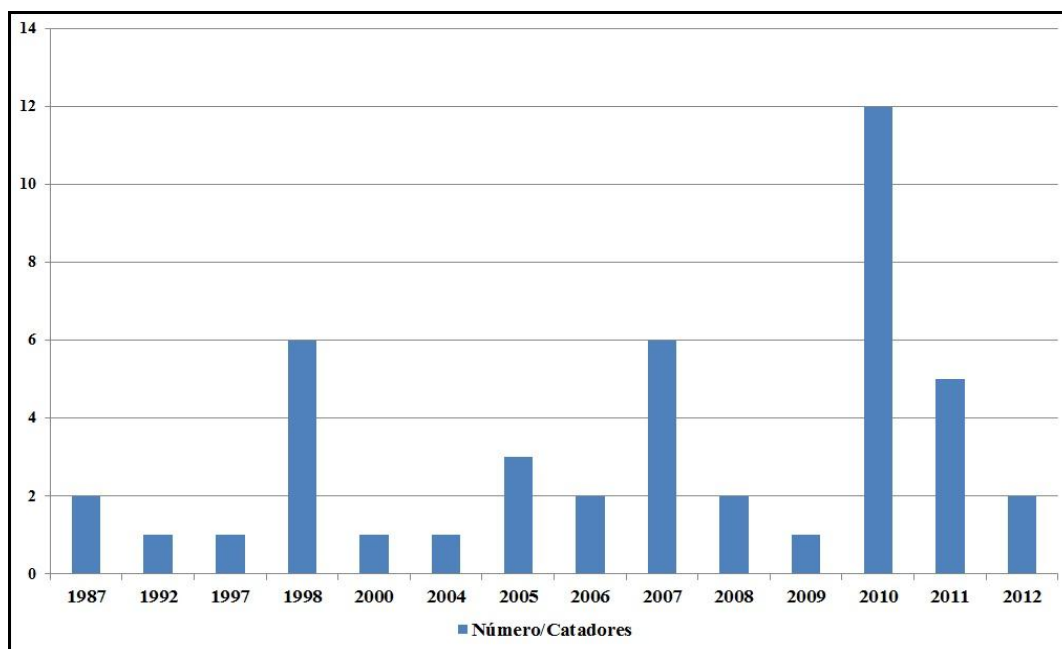


Gráfico – 4 Anos de Inserção dos catadores da COAAFI e COOTACAR no trabalho de reciclagem

Fonte: Trabalho de campo – agosto – outubro de 2011.

Esse índice sustenta a hipótese de que o número de catadores pode ser maior, pois há pessoas que trabalham em outras atividades, e desenvolvem a catação como segunda opção, em horas de folga, como meio de aumentar a renda familiar.

Em cada município, o número de pessoas sobrevivendo da catação está em torno de 1.500. Dentre esses, no momento de realização da pesquisa, 150 (cento cinquenta) estavam organizados em cooperativas de reciclagem de catadores, o que é considerado baixíssimo pelo montante total.

Assim, a alta rotatividade dos catadores nas respectivas cooperativas representa problemas de toda ordem, a exemplo os conflitos internos, a baixa renda obtida na catação, a desilusão com o trabalho coletivo, que não condiz com o que é apregoado. Isto explica parcialmente a realidade vivenciada pelas cooperativas, bem como a pretensão em formalizar um grupo de catadores envolvido politicamente, engajado na melhoria substancial de sua condição material, inserido nos debates públicos, envolvendo direta ou indiretamente sua situação enquanto trabalhador catador.

⁵⁰ Fonte: Secretaria de Planejamento dos municípios (2011).

A subordinação e exploração da força de trabalho fragilizada e desmotivada politicamente e baixo estímulo de envolvimento com outras categorias de trabalhadores, são entraves para fortalecerem suas lutas enquanto sujeitos trabalhadores.

Para o capital, a despolitização é vantajosa, no sentido de que a fragmentação dos trabalhadores e a organização por categorias enfraquecem as lutas de classes. Antunes (2011) enfatiza que,

No apogeu da fase da financeirização do capital-dinheiro, do avanço tecnocientífico, do mundo onde tempo e espaço se convulsionam, o Brasil vivenciou uma mutação do trabalho que alterou sua *morfologia*, na qual a informalidade, a precarização e o desemprego, todos estruturais, ampliam-se intensamente. E esse movimento complexo e contraditório não se deu sem trazer profundas alterações para as lutas de classes no Brasil. (p. 142).

Isso pode ser percebido entre os catadores. Embora estes não tenham perdido as esperanças, acreditam que a saída da condição de explorados e subordinados está no modelo de auto-organização do trabalho, e na articulação com outros grupos da região, como mecanismo de fortalecimento das lutas no momento da comercialização dos produtos.

Muitos dos catadores apontaram a interferência da Prefeitura na cooperativa como sendo uns dos principais fatores que interfere/obstrui a progressão, para além da organização interna.

A análise das entrevistas, suporte para o processo de compreensão do objetivo da pesquisa, permitiu apontar algumas compreensões e suposições sobre a possível solução dos catadores:

- a) A ineficiência do trabalho de base do Movimento com os grupos ainda não foi superado, seja pela condição financeira dos catadores, seja pelo fato do Movimento possuir poucos anos de organização;
- b) Nem todos os catadores têm interesse em participar da militância do Movimento;
- c) Há a interferência de agentes externos: a distância da base de articulação nacional do Movimento e alta rotatividade dos catadores nas cooperativas, que não permite formar grupos politizados para lutarem contra a ordem destrutiva do capital, ou está relacionada ao desmonte dos movimentos

sociais no Brasil, vivenciado na era do liberalismo econômico? Ou a incapacidade de o Movimento agregar esses sujeitos? Ou, por fim, está no descrédito dos catadores em relação ao trabalho sob os princípios do Cooperativismo e da Economia Solidária?

De acordo com Magera (2005, p. 106) é preciso que os catadores sejam dependentes, enfatiza que:

As dificuldades encontradas pelos catadores de lixo de rua para se organizarem em associações ou cooperativas fazem parte de um processo histórico e secular em nosso país; as camadas menos favorecidas não têm acesso ao crédito/financiamento e ficam nas mãos de instituições sociais, normalmente religiosas ou assistenciais que, com boa intenção, tentam ajudar, mas, na falta de uma visão mais profissional do trato com o lixo ou até com a própria gestão da associação/cooperativas, fracassam por não atender as expectativas econômicas, sociais ou ambientais da reciclagem do lixo.

Essas dificuldades têm sido um dos problemas que assola as organizações dos catadores de diversas regiões do país, não sendo um caso isolado, como aqui apresentado. As respectivas cooperativas pesquisadas vendiam os produtos diretamente a uma indústria de reciclagem, mas alguns problemas como o atraso do pagamento, no caso da COAAFI, levou-os a comercializar os produtos com atravessadores do próprio município. No entanto, as dificuldades são por questões simples, as cooperativas não conseguem articular a venda dos materiais recicláveis diretamente com as indústrias recicladoras. Assim, como as cooperativas vão autogerir os resíduos sólidos? Como terão autonomia para gerenciar o próprio negócio? Se não conseguem articular-se em grupos?

Com poder de barganha, os atravessadores impõem preços irrisórios no momento da compra dos materiais recicláveis. Para Magera (2005, p. 106), eles “vendem estes resíduos por um valor maior às indústrias, muitas vezes, chegando a 100% de diferença do valor pago às cooperativas”. Como tentativa de minimizar essa diferença, as cooperativas estudadas procuram acumular uma quantidade de resíduos recicláveis nos barracões com o objetivo de obter maior ganho aos catadores. Essa lógica não tem demonstrado êxito, uma vez que a falta de capital de giro obriga a venda dos resíduos sem o acúmulo devido, que traga vantagens. Mais adiante discutiremos sobre os desafios da comercialização.

Por um lado, observa-se entre alguns catadores pouco envolvimento político, enquanto outros lutam para construir sua própria identidade, embora sejam ignorados pelas Prefeituras. Porém, para alguns apesar da baixa escolaridade, há uma percepção de suas condições materiais de existências, como relata uma das catadoras: *“eu posso ser analfabeta, mas não sou burra, existem fundos de investimentos para as cooperativas, mas nós nunca vemos isso”* (Entrevista realizada em outubro de 2011).

Por fim, apesar de os catadores serem considerados uma categoria fragilizada frente às relações políticas, os trabalhadores catadores, ao se organizarem coletivamente, demonstram consciência de classe frente às formas de exploração e intensificação do capital na cadeia produtiva da reciclagem.

Embora na organização coletiva tal condição de consciência tenha maiores possibilidades de afirmação, ela própria não está imune às contradições de sua inserção no circuito mercantil capitalista, além da dialética que envolve lideranças – liderados.

3.3 Dinâmicas geográficas da organização do trabalho nas cooperativas de reciclagem COOTACAR e COAAFI

O processo de organização do trabalho coletivo dos catadores que estamos abordando, possui algumas especificidades. As respectivas cooperativas possuem seus modos de organização de trabalho, porém, com algumas particularidades e semelhanças entre si, suas origens tem um passado ligado à intervenção direta das administrações municipais. Nos dias atuais, as cooperativas não podem ser consideradas independentes, como para a infraestrutura que colocam na qualidade de sujeitos subordinados, pois as políticas voltadas para a categoria são impostas de fora. Embora o MNCR lute para torná-los independentes, tal contexto (origem da organização) os deixa amarrados a ordens do capital.

Além disso, a renda obtida na catação não diferencia muito de um município para outro, girando em torno de um salário mínimo que, no período das entrevistas, era de R\$ 510,00. Esta remuneração depende, também, da quantidade de resíduos sólidos coletados. Já que o salário é por produção, quanto mais tempo gasto na realização da atividade, maior será a renda.

Isso tudo depende, também, das variações dos preços dos materiais recicláveis no mercado, os resíduos são considerados “commodities” contadas no mercado global, e

estão sujeitos às variações/oscilações dos preços oferecidos pelas indústrias que possuem caráter monopolista e atuam no ramo da reciclagem na esfera nacional-internacional, sujeitando as iniciativas dos catadores a inserção subordinada no mercado. Esse é o retrato das cooperativas COOATACAR e COAAFI que estaremos analisando a seguir.

Em relação ao processo de organização, cujo maior número de organizados está em Foz do Iguaçu/PR, o trabalho coletivo no município está mais tempo consolidado, no entanto, com algumas particularidades iguais ao grupo de Cascavel.

A organização para o desenvolvimento da atividade não diferencia muito entre os dois grupos, existem grandes semelhanças quanto ao desenvolvimento da atividade, bem como às mudanças na forma que a catação é realizada e organizada, percebe-se que as cooperativas COAAFI e COOTACAR estão centradas neste contexto, isso coaduna-se com o que Gonçalves (2011) apresenta, em que ocorreram alterações na forma de realização da atividade e na organização e não necessariamente na relação que os catadores estabelecem com demais agentes externos ao circuito econômico.

A remuneração salarial é dividida de forma igualitária entre os integrantes do grupo, seguindo os princípios da economia solidária. Entretanto, sublinha-se que, no momento da entrevista em Cascavel, percebeu-se controvérsias entre os catadores quanto à renda obtida. Cada catador tem sua atividade “definida” nas reuniões: as mulheres realizam a separação e classificação dos materiais, a coleta na rua fica com os homens por ser um trabalho exaustivo e que necessita de maior esforço físico, sendo realizada com carrinho elétrico e caminhão das próprias cooperativas ou alugado em dias/horário marcado.

3.3.1 - A cooperativa de catadores da cidade de Foz do Iguaçu – Paraná

A formação desta cooperativa de catadores e o processo para a organização do trabalho coletivo são semelhantes a tantas outras iniciativas associativas de catadores e catadoras em regiões do Brasil. Em Foz do Iguaçu, a separação do que era/é considerado lixo orgânico seguiu o modelo adotado por muitas das administrações municipais, a partir da década de 1980, no Brasil: a implantação de usinas de triagem e compostagem no processo de recuperação dos resíduos sólidos no local de disposição final, os lixões dos municípios.

Segundo Gonçalves (2006), muitos municípios adotaram esse sistema como forma de reduzirem e amenizarem os custos com a geração e destinação dos resíduos sólidos domiciliares urbanos. Além disso, como os custos de manutenção dos equipamentos são altos, tornou-se inviável a continuidade dos projetos e, em Foz do Iguaçu, não foi diferente.

De acordo com a coordenadora do barracão do Porto Belo (posto de triagem da COAAFI), a forma rudimentar de separação e classificação dos resíduos no barracão hoje, ou seja, sem a esteira de rolagem, está associada ao alto custo com a manutenção da mesma, bem como à necessidade de lubrificação e compra de óleo para a sua manutenção, dentre outros.

Porém, essa não era a única questão emblemática que os municípios enfrentavam. Há outros empecilhos para a utilização do trabalho dos catadores no processo de recuperação dos resíduos, os desafios postos com as questões sociais, sobretudo, a contratação da mão de obra envolvida e formalizada. Nas palavras de Gonçalves (2006):

Foi como elemento organizador do trabalho de separação do lixo que a construção, ou instalação das usinas de triagem e compostagem nos locais de aterro foi apresentada pelos seus fabricantes e vendedores no Brasil, como sendo a melhor forma das administrações municipais reduzirem ou amenizarem os problemas resultantes da geração e destinação dos resíduos sólidos domiciliares, em tese, proporcionando a recuperação dos recicláveis e permitindo a compostagem dos resíduos orgânicos. Um discurso que teve respaldo em diferentes instâncias de governo, e de setores da sociedade que se encontravam “preocupados” com as questões ambientais e sociais que envolviam a problemática dos resíduos sólidos. (p. 125).

Foi neste contexto que outra forma de organização da força de trabalho envolvida foi apresentada pelo município aos trabalhadores catadores a partir de 2003, cuja funcionalidade está sustentada na lógica do capital em utilizar a força de trabalho excedente no processo de reprodução ampliada, escamoteando os custos dos encargos trabalhistas por meio da ilegalidade dos trabalhadores envolvidos, sob a falácia de empreendedores, donos do próprio negócio.

Sendo assim, a organização do grupo de trabalhadores que realizavam/realiza a atividade de catação, separação e classificação dos resíduos recicláveis em Foz do Iguaçu, é consequência da intervenção da Prefeitura Municipal. Como mencionado

anteriormente, a inserção neste tipo de atividade está relacionada à situação adversa enfrentada por essas pessoas no mercado de trabalho formal.

Gonçalves (2011) apresentou em um estudo de caso em um município do interior do Estado do Mato Grosso do Sul, o fator predominante apresentado pelas catadoras para adesão ao trabalho de catação, falta de outra atividade remunerada e necessidade à sobrevivência/reprodução da família e ainda a permanência na atividade, mesmo em situação adversa, também tem fundamento nestas necessidades. Não cabe, aqui, descrever todas as fases dessa análise, visto que não é foco deste subitem. Mas procurou-se, na medida do possível, evidenciar que os principais aspectos da inserção dos catadores a desempenhar esse tipo de atividade não é algo específico do próprio município, uma situação enfrentada de modo geral nos últimos anos pelos trabalhadores catadores em garantir sua reprodução.

O trabalho organizado sob os princípios do cooperativismo, pautado na economia solidária, não retirou os catadores da condição de sujeitos subordinados, e os colocou na condição de empreendedor, pois esse discurso segue a legitimidade do capital em utilizar as cooperativas no plano de burlar as leis trabalhistas, tanto de ordem tributária como trabalhistas, já que, para o autor, não há fiscalização para manter a legalidade das cooperativas (MAGERA, 2005).

Como apontou-se anteriormente, foi através de ações de pessoas ligadas a Prefeitura e a ITAIPU, com a implantação de projetos de Programa de Coleta Seletiva, que os catadores organizam na cooperativa, mesclado ao discurso ambientalmente correto de reaproveitamento dos materiais recicláveis na fabricação de novos produtos.

Trata-se de uma maneira conveniente encontrada pelo capital para dar continuidade à exploração e subordinação das pessoas envolvidas na catação, e em condição de miserabilidade, o que constitui mais uma das contradições do cooperativismo.

No ano de 2003, foi colocado em pauta o Programa de Coleta Seletiva Solidária pela ITAIPU, com apoio da administração municipal. Neste evento, estiveram presentes representantes do Ministério Público do Trabalho, do Instituto Lixo e Cidadania, dos catadores de materiais recicláveis e da empresa que faz a coleta de lixo na cidade, a Vital Engenharia Ambiental.

Segundo Polisser (2010), a reunião tinha como objetivo discutir os conflitos oriundos da não disponibilidade dos resíduos às cooperativas. Os catadores reivindicavam o direito de exercer a coleta e, de outro lado, a Prefeitura tentava

implementar um programa de coleta seletiva protagonizado pela Vital Engenharia Ambiental (antiga Queiroz Galvão).

A resistência dos catadores justificava-se pelo fato de o programa “implementado” pela Prefeitura ter como único fim atender os interesses e demanda da empresa privada, e não as necessidades dos catadores.

Segundo a representante do MNCR, Viviane Mering “*o direito de realizar a coleta e comercializar os resíduos é dos catadores, pois há anos trabalhamos nessa atividade e temos o direito sob os materiais*”.

Foi pautado nestes conflitos e tensões, que outro Programa de Coleta Seletiva Solidária foi iniciado em 2004, em parceria entre Prefeitura Municipal e Itaipu Binacional, cuja finalidade era incluir as cooperativas de catadores do município ao programa.

O projeto faz parte de políticas públicas, desenvolvidas pela ITAIPU nos municípios limieiros ao reservatório da hidrelétrica, por meio do Programa Cultivando Água Boa, que tem como objetivo amenizar os impactos ambientais e sociais causados desde sua construção, na região da Bacia do Paraná 3.

Segundo informações dos catadores pesquisados neste estudo, a organização do trabalho de catação iniciou em um dos barracões (Centro de Triagem), localizado no bairro Morumbi I, em Foz do Iguaçu, no final do ano de 2003, mas, sem muito êxito.

Essa iniciativa contou com apoio da ITAIPU e Prefeitura Municipal. No entanto, a falta de apoio na organização dos catadores na cooperativa, especificamente no setor administrativo que mantém o funcionamento do barracão, determinou o fracasso da iniciativa e impossibilitou os catadores de desenvolver suas atividades de forma coletiva. Segundo eles, é necessário, inicialmente, o auxílio da prefeitura, a fim de fortalecerem, futuramente e administrar seu próprio negócio e construir a organização política do grupo, sem interferências externas.

Essa compreensão não é só reproduzida pelos catadores estudados, mas encontra-se, também, nos documentos do Movimento. Para este, o apoio de órgãos governamentais é legítimo, meio do governo pagar a dívida aos catadores, referente aos anos de serviço prestado à sociedade e ao meio ambiente sem o devido pagamento.

Como a organização política do MNCR é recente, e as condições de existência dos sujeitos envolvidos são precárias, estes necessitam de apoio de agentes externos. Entretanto, esta necessidade implica a não estabilidade financeira e a falta de infraestrutura própria dos catadores, que os mantém dependentes. Essa questão se

agrava em períodos de queda nos preços dos resíduos, principalmente em épocas de crises, e se torna uma das dificuldades dos grupos de catadores, que procuram por meio da auto-organização a manutenção do circuito econômico da reciclagem.

Outra iniciativa foi implementada, a partir do ano de 2005. Os catadores procuram “auto organizar” o trabalho, para que a iniciativa se torne mais autônoma. Não obstante, essa iniciativa ocorre por meios de tensões, dependência e conflitos entre os catadores, Prefeitura, órgãos governamentais e sociedade civil organizada.

A organização dos catadores em cooperativas, em sua maioria é marcada por embates e conflitos travados nos centros urbanos, e em Foz do Iguaçu não foi diferente. A convivência na cooperativa no período em que estávamos realizando o levantamento das informações em campo, com os catadores, nos permitiu perceber as ações do Estado e da Prefeitura para amenizar os conflitos entre catadores e a população local.

Desta forma, o uso da designação “agente ambiental” está vinculado ao discurso social e ideológico de uma classe dominante e do próprio Movimento, que visa amenizar os conflitos entre os trabalhadores e sociedade, aumentar a sua auto-estima e, assim, impor-lhes uma identidade. Para Polisser (2010), a iniciativa da organização no município apresenta-se como:

[...] ancora-se ainda na construção de uma imagem, que serve ainda para justificar tais práticas, demonstrando a diferença de perspectiva de classe vivenciada pelos catadores das propostas nos programas dos quais são alvos. (p.75).

Destaca-se que o Estado e as administrações municipais, nos últimos anos, têm se dedicado a desenvolver políticas de desenvolvimento local, e os trabalhadores, em condição de desempregados, têm sido alvo destes programas. Como foi apontado pelos catadores, a Prefeitura formou equipes para sensibilizar os catadores para a catação dos resíduos compostos por materiais recicláveis.

Essa por sua vez, a Prefeitura e o Estado atuam com medidas e ações de disciplinar e organizar os trabalhadores desempregados, pautado no discurso de política ambientalmente correta e de inclusão social. O objetivo é melhorar a condição de trabalho e renda dos indivíduos envolvidos no setor de reciclagem. Embora assumo o papel de incluir os catadores em um contexto que o deixam mais seguros, a exemplo de renda e trabalho, a realidade vivenciada no dia a dia apresenta-se diferente da imagem apregoada.

O projeto de organização dos catadores, como dito anteriormente, surgiu a partir de ações da Prefeitura municipal e da ITAIPU, com intuito de resolver problemas ligados à disposição dos resíduos sólidos urbanos, a partir do ano de 1990, tal problemática alcança as esferas federal, estadual e municipal. Lembrando que a atividade de catação era desenvolvida muitos anos antes da questão do “lixo” tornar-se alvo das administrações municipais. Como já citou-se, no antigo lixão, localizado no bairro Porto Belo, funciona um dos Centros de Triagem da cooperativa COAAFI, após o lixão ser desativado para cumprir a exigências ambientais, impedindo a entrada e permanência de pessoas no local.

Os trabalhadores catadores que desempenham a atividade da catação no Programa Coleta Solidária, implantado pela ITAIPU e apoiado pela administração municipal em Foz do Iguaçu, tem um passado profissional ligado às atividades consideradas menos importantes para o setor da economia formal, como verificou-se anteriormente, o que não significa que a reprodução da força de trabalho destes, não seja, importante para o processo de acumulação.

A cooperativa estudada (COAAFI) não atende totalmente às doutrinas cooperativistas, como apontou-se anteriormente. Os trabalhadores catadores trabalham obedecendo às ordens de coordenadores que, por sua vez, vem da Presidente da cooperativa, até mesmo os princípios da ES ou a própria legislação sobre cooperativas, isto quando nem mesmo atendem as leis trabalhistas vigentes.

Os trabalhadores no momento da pesquisa atuavam na COAAFI sem formalização jurídica e, quando possuíam, arcavam com seus próprios custos, chegando ao ponto de parar de pagar o INSS, pois a renda obtida não é algo fixa, obtendo-a daquilo que é coletado e comercializado. O rendimento mensal conseguido na cooperativa não possibilitou manter os custos com a Previdência Social, que futuramente poderia garantir a aposentadoria, e manter suas condições de existência com o salário mínimo.

A COAAFI possui a Sede localizada na Vila C, foto – 9, mais 8 Centros de Triagem distribuídos espacialmente em bairros do perímetro urbano do município, os quais estão localizados nos bairros Porto Belo (antigo lixão da cidade), Cidade Nova, Jardim Petrópolis, Jardim Canadá, Portal da Foz, Morumbi I, Campos do Iguaçu e Profilurb II. No período em que realizou-se o trabalho de campo, a cooperativa havia conquistado mais um terreno para a construção de um novo entreposto.

A descentralização de entrepostos nos bairros é entendida como medida para facilitar o trabalho dos catadores, ou seja, para que esses não percorram longas caminhadas até o local de trabalho. Essa é uma das reivindicações dos catadores, cuja finalidade é amenizar o processo de precarização do trabalho e manter um controle sobre o território da reciclagem na cidade.

Essa forma de organização espacial possui outra finalidade para o Estado, centrada na política estatal de controle e mando da força de trabalho avulsa, direcionamos aonde e quando podem realizar a tarefa. E, em Foz do Iguaçu, cidade turística, o controle de circulação de catadores pelas ruas em determinados lugares é mais severo.

O trabalho dos catadores na cooperativa dedica-se a coleta seletiva, separação, prensagem e comercialização dos materiais recicláveis, provenientes de órgãos públicos, lojas, supermercados e de domicílios na cidade. A prensa para o enfardamento do material foi adquirida com fundos de entidades governamentais, sendo que das máquinas na cooperativa é a única em funcionamento, a esteira encontra-se desligada em razão do alto custo da manutenção, descrito anteriormente.



FOTO - 9 Sede da COAAFI de Foz do Iguaçu – Paraná
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

Dos dois Centros de Triagem visitados, além da Sede, as formas de realização do trabalho se diferenciam do barracão do Porto Belo. Os trabalhadores deste local fazem apenas a separação, classificação, triagem e prensagem dos resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis, entregue pelo caminhão da Vital Engenharia, sendo que a outra parte dos materiais é entregue pelo caminhão da cooperativa.

Um fato inusitado verificou-se neste local de trabalho. Um catador, que faz a prensagem dos resíduos, como demonstra a foto – 10, tem uma parte do corpo paralisada, devido a um acidente de trânsito ocorrido no Paraguai. O fato do acidente não ter ocorrido no Brasil dificulta o recebimento de algum tipo de auxílio do governo brasileiro, restando-lhe a catação como meio de sobrevivência.



FOTO – 10 Catador prensando os resíduos no barracão do Porto Belo
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

O que é mais intrigante em toda essa história é o fato de ele trabalhar na esteira, prensando os materiais e carregando o fardo sozinho, pois no barracão há outros catadores, mais aptos para o desenvolvimento desta atividade.

Além disso, quando foi questionado do porquê trabalhava na prensa, no primeiro momento *“respondeu por que gostava, é melhor do que separar e classificar”*, mas em seguida à afirmação, constrangido *“disse que no barracão as tarefas são escolhidas, e quando iniciou o trabalho foi repassado a ele a tarefa de prensar os materiais recicláveis”* (Entrevista realizada em outubro de 2011).

Outra questão é o pagamento que este homem recebe: R\$ 3,00 por fardos. Mas, quando questionamos: o pagamento dos catadores não é dividido de forma igualitária? O trabalhador disse que *“respondeu que ele recebia por fardos prensados”*, mas a presença da coordenadora do barracão o deixou constrangido novamente, contradizendo-se em seus argumentos: *“afirmando que recebia igual aos demais”*.

No entreposto da Cidade Nova, uma parte da coleta é realizada com carrinho elétrico por alguns dos catadores (homens), e outra é coletada três vezes por semana em (locais fixos) com caminhão. Na sede, a realização do trabalho comunica, em partes, com o da Cidade Nova, porém, foi apontado por alguns dos catadores de outros barracões que esta dispõe de maior quantidade de material dos demais Centros de Triagem, o que contribui na maior remuneração daqueles que estão trabalhando na sede da COAFFI.

O trabalho é realizado numa jornada de 7 horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, em períodos de maior acúmulo de material nos barracões, a tarefa é estendida até o sábado ao meio dia. Desta forma, os materiais comercializados são de diferentes tipos, a maior parte é composta por vidros e papelão, e os de maior valor são encontrados em menor quantidade. O preço pago pelos materiais é diferenciado, conforme demonstrado na tabela – 6.

A comercialização do material é realizada quinzenalmente, pois a estrutura física do barracão disponível não acomoda todos os fardos de resíduos prensados pelos catadores. Embora, a comercialização dos produtos é realizada no próprio município a cada 15 dias, o pagamento aos trabalhadores é realizado uma vez por mês. A venda, no próprio município, financeiramente diminui gastos com o transporte dos resíduos já prensados. Mesmos assim, não houve alteração no valor recebido pelos catadores.

TABELA - 6 Preços Pagos Pelos Resíduos Recicláveis pela Sede da COAAFI

Tipo de Material e Preço Pago por kg (R\$)		Quantidade coletado por mês
Papelão	R\$ 0,29	5.244kg
Papel Cimento	R\$ 0,17	1.310 kg
G Mista	R\$ 0,13	2.457 kg
G Branca	R\$ 0,32	956 kg
Treta Park	R\$ 0,15	476 kg
Pet	R\$ 1,20	868 kg
Pet Óleo	R\$0,35	116 kg
Copinho	R\$ 0, 20	322 kg
Papel Colorido	R\$0, 65	662 kg
Papel Branco	R\$ 0,80	352 kg
Cristal	R\$ 0,90	1.001 kg
Sacolinha de Plástico	R\$ 0,38	1.018 kg
Sucata	R\$ 0,20	1.470 kg
Latinha	R\$ 2,50	2.52 kg
Alumínio	R\$ 2,70	43 kg
Cobre Limpo	R\$ 10,00	11 kg
Cobre Fio	R\$ 3,00	30 kg
Marmitek	R\$ 1,20	33 kg

Metal	R\$ 6,00	9 kg
Broco	R\$ 1,70	11 kg
Vidros	Sem Valor	7.120 kg
Garrafão	R\$ 1,00	20 kg
Garrafas	R\$ 0,50	50 kg
Jornal	R\$ 0,50	12 kg

Fonte: Trabalho de Campo, Outubro de 2011.

O trabalho interno se resume a separar e classificar os resíduos. No que percebeu-se, há uma divisão sexual do trabalho, mas essa divisão não é seguida à risca, há mulheres que saem à rua para realizar a coleta com carrinho, ou ainda, ajudam na coleta nos dias em que o caminhão sai para coletar na Rua como foi mencionado pela vice coordenadora do barracão da Cidade Nova. Também há homens que fazem a separação e classificação na área interna dos barracões.

A coleta em local e horário marcado, os chamados pontos fixos, faz parte do plano do Estado sob o domínio e controle das organizações de catadores, embora essa iniciativa venha a trazer algumas melhorias significativas aos trabalhadores, o fato é não necessitam percorrerem longas caminhadas à procura dos materiais.

Os pontos fixos podem vir a ser um território de resistência das cooperativas, mas de forma precária, estas dependem da disponibilidade dos resíduos de comerciantes e moradores, podendo esses, a qualquer momento, romper as relações de troca e laços de solidariedade com os catadores. Assim, entende-se que os pontos fixos possuem caráter de território precário, podendo ser invadido por catadores “individualizados”, uma vez que os cooperados não têm um controle sob o território de catação da cooperativa.

Apesar de tudo, a situação adversa, o contexto problemático que a cooperativa está inserida, nas informações levantadas em campo, observou-se que muitos catadores acreditam que o trabalho na cooperativa tem seu lado positivo, o trabalho no cooperativismo facilita adquirir recursos junto aos órgãos públicos, como por exemplo a Prefeitura e a ITAIPU. Ademais, permite trocar de informações entre os colegas de trabalho, melhorarias nas condições de renda e no desenvolvimento da atividade. Ou seja, eles acreditam na construção de uma identidade coletiva por meio do cooperativismo.

3.3.2 - A cooperativa de catadores da cidade de Cascavel - Paraná

A alternativa para superar parte da problemática, minimizar a exploração e subordinação por parte de atravessadores na intermediação da comercialização dos produtos, caracterizou-se na resistência de algumas das condições degradantes nas relações de trabalho. Os catadores procuraram administrar seu próprio negócio, sem a intervenção do poder público municipal. Foi diante disto que os trabalhadores catadores organizaram-se sob a forma de cooperativismo para a realização do trabalho coletivo.

As primeiras iniciativas de organização dos catadores de materiais recicláveis, em Cascavel, são decorrentes da prefeitura municipal, o que proporcionou uma relação de dependência muito grande entre os catadores e a prefeitura, relação que aparentemente tende, pela auto-organização dos próprios trabalhadores, a tornar-se mais autônoma.

Embora a intenção do grupo seja libertar-se da interferência da Prefeitura no negócio, de atravessadores e intermediários, de fato, após 3 anos de luta contra as ações de agentes externos no negócio, não houve muitos avanços/êxito. Ou seja, os catadores ainda não podem comemorar sua autonomia, pois estão subordinados às ordens externas da Prefeitura e do circuito econômico da reciclagem, como averigou-se em campo.

Todos os trâmites que envolvem o processo de organização do trabalho, sob os princípios do cooperativismo no município, estão diretamente ligados a agentes não catadores, principalmente ao poder público municipal,⁵¹ que mantinha contato direto com os trabalhadores através de programas de assistência social e ações beneficentes.

No ano de 1998, após pesquisa de campo realizada por técnicos do governo municipal de Cascavel, com apoio da Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Ação Social, foi realizado um mapeamento identificando as áreas de maior concentração de famílias, que sobreviviam da coleta de material reciclável no município.

Após o trabalho desenvolvido por técnicos (Assistentes Sociais) da Secretária Municipal de Ação Social, foi construído em Cascavel o primeiro Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis (CPTMR)⁵² do município, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, denominado Ecolixo.

⁵¹Secretária de Ação Social e Secretária do Meio Ambiente.

⁵²Para Oliveira (2004) A instalação do Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis (CPTMR), que tinha por objetivo principal o recebimento dos resíduos recicláveis com intuito de diminuir a quantidade de resíduos no espaço destinado ao aterro sanitário, foi um marco no processo organizacional dos catadores carrinheiros. No ano de 1999, foi criado o projeto “Agentes Ecológicos”, contando inicialmente com 70 integrantes, os catadores inseridos receberam da prefeitura municipal de Cascavel, carrinho para a coleta dos materiais, uniformes, e crachás para a identificação do grupo, e uma cesta básica por mês para complemento de sua renda. Projeto este, custeado pela Secretaria

Dentre alguns objetivos, no processo de formação do Ecolixo como nos demais municípios brasileiros, destacou-se o recebimento de materiais recicláveis para diminuir a quantidade de resíduos recicláveis depositado no aterro sanitário, aumentando a vida útil da área destinada ao depósito de lixo urbano.

Para Oliveira (2004, p. 43), a área do Ecolixo tinha uma estrutura adequada para o recebimento do material, proporcionando a possibilidade de estreitar relações com os catadores, absorvendo a demanda e inserindo-os em projeto de inclusão social.

Mediante as questões ambientais, bem como a degradação causada ao meio ambiente, e também pelo fato dos moradores do meio urbano e rural resistirem contra a construção de novos aterros sanitários, visto que a coleta seletiva é uma alternativa para diminuição dos aterros sanitários, aumentando em 40% sua vida útil.⁵³ Tendo em vista que os aterros sanitários são projetados com vida útil de 10 anos, mas dificilmente alcançado, havendo a necessidade da construção de novos aterros, em período inferior ao projetado.

Nesse contexto, surgiu em Cascavel, no ano de 2003, a idéia de uma associação das “Agentes Ecológicos”: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel – ACAMAR, que iniciou com 36 membros, e a ajuda indireta do Poder Público municipal através do Programa intitulado Ecolixo. Para Oliveira (2004, p. 43):

Após a formação do Ecolixo a equipe técnica inserida no projeto proporcionou ao grupo a participação dos catadores em fóruns regionais envolvendo os temas: meio ambiente reciclagem e organização de categoria, cooperativismo e economia solidária. E em encontro de catadores nos quais se destacam o I Fórum Estadual Lixo & Cidadania. Nestes encontros, os catadores tinham a oportunidade de trocar experiências, conhecendo novos grupos que se encontrava em formação ou já estruturados, dando maior visibilidade à realidade que eles estavam vivenciando no processo de formação da associação de catadores de material reciclável no município de Cascavel.

Para a autora, a interação do grupo de catadores com outros trabalhadores da mesma categoria proporcionou a identificação na forma de organização e gestão do empreendimento do negócio de outros catadores. A administração da associação/cooperativa era administrada por eles com a ajuda indireta do poder público

de Ação Social. Foi a partir deste momento que os catadores iniciaram o processo de organização do trabalho coletivo.

⁵³Folheto ONG URU: Projeto de Educação Sócio Ambiental para Coleta Seletiva de Resíduos Domésticos.

local, a renda era dividida entre os cooperados que trabalhavam organizados na associação. O modelo de organização, utilizado por esses trabalhadores catadores, baseou-se em associações com características de cooperativas não registradas, com apoio das respectivas prefeituras nas quais se localizam, sendo que muitas delas estão ligadas às organizações não governamentais (ONGs).

A forma de organização dos trabalhadores do município de Cascavel, que sobreviviam da catação de resíduos recicláveis e os entregavam ao Ecolixo, era contraditória, os “agentes ambientais” que trabalhavam vinculados ao Centro de Processamento e Transferência de Materiais Reciclável não tiveram mudanças nas suas condições de trabalho e de renda. Neste sentido, havia reivindicação por parte dos catadores que entregavam material reciclável no Ecolixo, no que se refere aos rendimentos. Durante todo o processo de organização dos catadores, houve inúmeras promessas, por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de melhoria de renda e de divisão dos lucros com os “agentes”. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Oliveira (2004), essa divisão estava vinculada a venda do material ao Ecolixo, ou seja, quanto mais os catadores entregassem seu material ao (CPTMR), maior seria sua rentabilidade. Mas, de fato, não era essa a realidade vivenciada pelos catadores.

Essa proposta estava vinculada às alternativas de soluções aos resíduos sólidos urbanos do município, conforme analisou-se no documento da COOTACAR.

Foi a partir do ano de 1993 que a Secretaria Municipal de Ação Social (SEABO), juntamente com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAB), procuraram alternativas para o enfrentamento e soluções a destinação correta dos resíduos sólidos.

Embora em Foz do Iguaçu, a organização do trabalho tenha iniciado de forma diferenciada da de Cascavel, a intenção da administração municipal de ambos os municípios possui semelhanças na utilização da força de trabalho excedente na recuperação dos resíduos sólidos recicláveis, atrelado ao discurso de inclusão social.

No mesmo ano, a Câmara de Vereadores do Município aprova a lei que autoriza o Poder Público Municipal a patrocinar o serviço de tratamento e reciclagem do lixo (Lei Nº 2.366/93) - (COOTACAR, 2008 p. 2).

Diante da organização dos catadores e da inserção através de projetos sociais que contaram com apoio, em parte, do Poder Público local, percebe-se que as inúmeras tentativas de um sistema de coleta seletiva organizacional não obtiveram muito êxito.

Para Chassot, (2007, p. 52):

É relevante salientar que há aproximadamente 12 anos o município de Cascavel vem realizando tentativas de organização desta categoria profissional. Durante este período foram realizados estudos, e pesquisas por diversas instituições, com o intuito de apontar estratégias de fortalecimento desta categoria. Agora, na atualidade, é que começa a despontar os resultados dos trabalhos até então desenvolvidos.

Para os catadores, o negócio sob tal organização não obteve êxito, devido às intervenções do governo municipal que se desdobraram na administração da associação/cooperativa. É nessa contextualidade que os catadores passam a se identificar enquanto sujeitos políticos, capazes de, coletivamente, resistir à ação da Prefeitura. Isto por que a participação destes trabalhadores em eventos possibilitou o conhecimento sobre a realidade de grupos de outros municípios. Contudo, esta experiência proporcionou conhecimento enquanto sujeitos políticos organizados, capazes de lutar contra as ordens impostas pela Prefeitura.

Segundo o documento da (COOTACAR, 2009), algumas tentativas foram realizadas para que este processo, de coleta seletiva municipal, proporcionasse um resultado de gestão social para o catador, porém, o documento destaca que não houve interesse econômico e nem político para esta realização. Uma das tentativas do trabalho coletivo foi através da ACAMAR, no ano de 2003, sendo que até o ano de 2006 a associação ficou inativa, com taxas, tributos e documentos pendentes, ou seja, a associação não foi formalizada legalmente.

No ano de 2005, o Programa Ecolixo foi descentralizado e o trabalho social com os catadores foi direcionado aos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que precisou se integrar com o processo desta categoria profissional, planejando a inclusão produtiva formalmente. Através de pesquisa de campo foram cadastradas 900 famílias de catadores de materiais recicláveis no perímetro urbano de Cascavel.

No período do mapeamento, o Centro de Referência de Assistência Social estava distribuído nas 4 regiões⁵⁴. As equipes organizam-se de forma que possam assessorar as associações existentes e fomentar a organização dos mesmos em forma de cooperativismo.

⁵⁴O município foi dividido em quatro regiões estratégicas, onde realmente se concentra o maior número de fragilidade com relação às condições de vida, trabalho e renda, afetando diretamente seus vínculos familiares e comunitários. Estas regiões passaram a ser denominadas como regiões Norte, Sul, Leste e Oeste (Chassot, 2007).

No ano de 2007, funda-se a COOTACAR – Cooperativa dos Trabalhadores Catadores de Material Reciclável que, atualmente, é composta por 35 cooperados com a ajuda indireta da Prefeitura Municipal de Cascavel, os quais desenvolvem um sistema Integrado de Coleta Seletiva e formam a unidade denominada CPT – Central de Processamento e Transferência de Resíduos Secos do Comércio.

Esta unidade contempla um projeto piloto denominado como a escola prática e de administração da cooperativa, em cujo centro de treinamento há 35 catadores que fazem cursos de capacitação para a operacionalização dos futuros centros de triagem nos bairros.

Em 2008 é formalizada a Cooperativa dos Trabalhadores Catadores de Material Reciclável de Cascavel (COOTACAR). A COOTACAR é criada na perspectiva de atuar nos princípios do Cooperativismo e da Economia Solidária. No entanto, embora tenha esta perspectiva, a imagem apregoada não condiz com a realidade vivenciada pelos catadores, já citado no primeiro capítulo.

Uns dos objetivos da cooperativa é a gestão democrática e participativa, mas as informações levantadas em campo contradizem com o que é apresentado na cooperativa. Nas reuniões, todos os catadores têm “voz ativa sobre o andamento da gestão da cooperativa”, e os cooperados participam das reuniões quando são tratados assuntos mais gerais. Os assuntos específicos, a exemplo do andamento administrativo, apenas os membros da diretoria, ficando alijados do debate e das informações os outros catadores, o que é um limite importante para sua ação e compreensão dos processos coletivos que ocorrem na Cooperativa, no entanto os demais não participam porque a reunião é restrita a diretoria. Ainda, a COOTACAR é constituída por instâncias deliberativas, que são: Diretoria, Conselho Administrativo e Assembléia Geral.

Apesar dos conflitos internos administrativos e a insustentabilidade da cooperativa por conta própria, muitos dos catadores não compreendem as reuniões como momento de construção do coletivo para avançarem na formação social, política e econômica. Alguns deles apontaram a participação em reuniões como algo forçoso, ou seja, só participam porque é obrigatório, não como algo imprescindível às questões que os afligem. A administração e gestão da cooperativa são realizadas pelos cooperados, com ajuda indireta de funcionários ligados a ITAIPU.

Em relação à formação da cooperativa, a ONG Caritas tem um papel representativo em todo o processo. Conforme apontou na entrevista a representante da ONG, Caritas Maria,

A cooperativa conta com o apoio da ONG há mais de 12 anos, ressaltando que, a cooperativa jamais chegaria onde está sem o apoio da Caritas. A ajuda parte de todo tipo de processo, recursos financeiros de pequenos projetos, auxílio na organização. Ela ainda argumenta que, os catadores são muitos carentes de espiritualidade e sentem debilitados. Para ela, os conflitos no trabalho, as dificuldades de relação (solidariedade, ajuda mútua) entre os catadores está relacionada com a deficiência de espiritualidade, pois acredita que trabalhando a espiritualidade dos mesmos desdobrará em pontos positivos, como as trocas de ajuda mútua, aumentará a autoestima etc.

Ainda ressalta Maria, além da contribuição na organização do trabalho, a ONG trabalha a espiritualidade dos catadores e com isso resgata a autoestima dos mesmos. A Caritas proporciona a participação deles na organização de eventos, a exemplo a Festa da Colônia do município, sendo que com os recursos arrecadados na festa foi comprada uma caminhonete para a cooperativa, contribuindo, assim, para a coleta dos resíduos.

A COOTACAR funciona como central de beneficiamento primário de material reciclável onde são coletados os resíduos de condomínios, hotéis, agências bancárias, mercados e órgãos públicos, totalizando em 72 pontos fixos.

A coleta seletiva está de acordo com o Decreto Federal 5.940/06 e o Decreto Estadual 4.167/09, que tem como prioridade a destinação dos resíduos para as cooperativas de reciclagens.

Os catadores realizam a coleta de segunda-feira a sexta-feira em horário e local marcado, com caminhão adquirindo de fundos da FUNASA foto – 11, e a caminhonete adquirida por meio da ONG Caritas e 6 carrinhos elétricos cedidos pela ITAIPU no final de 2009, da parceria entre ITAIPU e MNCR.



Foto -11 Caminhão adquirido com projeto da FUNASA

Foto: Solange Queiróz Ribeiro.

Nas informações levantadas em campo percebe-se que, apesar da alta potencialidade dos resíduos sólidos no município e da significativa abrangência do Programa *Coleta Seletiva Legal*, a COOTACAR tem arrecadado material muito aquém da expectativa, os trabalhadores envolvidos na catação e classificação na cooperativa não é suficiente para realizar todo o processamento (separação, classificação e prensagem) do material disponível.

Em Cascavel, os catadores apresentam alguns fatores que comprometem o fortalecimento enquanto sujeitos coletivos, capazes de ir além da organização interna, ou ainda, nem mesmo a organização do grupo na cooperativa pode-se dizer que seja algo materializado.

No levantamento das informações empíricas, percebe-se que os catadores conquistaram maior “autonomia” nas negociações com a Prefeitura e órgãos ligados à mesma, como por exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente. Eles não tinham “poder de voz” nas deliberações que envolvem as questões administrativas, as quais eram decididas entre membros da Prefeitura, Secretária de Meio Ambiente, representantes da ONG Caritas, entre outras entidades envolvidas.

Por conseguinte, os catadores, enquanto sujeitos políticos envolvidos, reivindicavam/reivindicam a participação no andamento das negociações na cooperativa com a administração municipal, porém, hoje, as decisões internas não são tratadas sem a presença dos membros da diretoria.

A problemática que abarca todo o processo de formação da COOTACAR não diz respeito apenas à falta de mão de obra para o trabalho. A infraestrutura física que

sempre foi uma das questões cruciais desde o início, como apontou a ex- Presidente da COOTACAR, em 2009, não possibilitou acomodar todo o material dos cooperados e a integração de novos cooperados. Ainda é uma questão emblemática, uma vez que o lugar onde estão é provisório.

Hoje, apesar da infraestrutura – conquistada após o enfrentamento com a Secretária do Meio Ambiente no final de 2011, como demonstra a foto – 12 – ser menos precária, ao contrário do antigo local (primeira sede da COOTACAR) na (Avenida Carlos Gomes) ainda não se pode dizer que esta questão esteja resolvida, o local onde eles estão desempenhando a atividade ainda não é apropriado.

A COOTACAR, em 2011 (levantamento da pesquisa), contava com 35 trabalhadores, sendo que 23 deles estavam trabalhando na Sede da cooperativa e os demais estavam distribuídos nos entrepostos localizados no núcleo urbano do município, no bairro São Cristóvão e Aclimação.

A organização dos trabalhadores dentro da cooperativa e na forma que a catação era realizada na rua foi gradualmente modificada, diante da situação das políticas governamentais e municipal que proporciona a catação com caminhão e não mais de carrinho. Essa mudança, entretanto, não alterou em nada a condição dos catadores, embora ainda existam os que coletam com carrinho elétrico, mas numa proporção bem menor que há 4 (quatro) anos atrás.

Esses catadores reúnem-se em um barracão alugado pela prefeitura, (após o enfrentamento com a Secretaria do Meio Ambiente e Prefeitura) como demonstra a foto – 13, além de arcar com água, luz e telefone, e o que garante o desenvolvimento das atividades. A prensa e a balança foram adquiridas com fundos do governo federal para selecionar de acordo com a qualidade dos produtos, papelão de 1ª, papelão de 2ª, papel branco, papel misto, plástico, cada um com sua especificidade.

Eles fazem a comercialização com intermediários do próprio município, no momento não há a possibilidade de comercializar diretamente com a Indústria Recicladora. A cooperativa está geograficamente localizada fora de um ponto estratégico da Indústria Recicladora, o que pode ser um fator determinante no momento da comercialização. Isso tudo soma-se à Política dos Resíduos Sólidos, que contribui na interferência do município, que segue o planejamento dos próprios municípios.



FOTO - 12 Infraestrutura interna da COOTACAR na Avenida Barrão do Rio Branco/Cascavel

Foto: Solange Queiróz Ribeiro

No entanto, a cooperativa segue os preceitos ditados pela prefeitura, os quais não permitem a venda de recicláveis para quem paga mais, ou seja, sem a interferência externas.

Para tanto, a comercialização segue as normas impostas pelo mercado local, e obedecem às regras que vão do tipo de resíduos, sua composição e quantidade. Um exemplo é o vidro, que não tem muito valor no mercado e, pelo o preço cotado, não vale a pena reciclá-lo. Além disso, ocupa lugar na infra-estrutura física do barracão, é um resíduo “inviável”, mas mesmo assim são reciclados.

A teoria apresentada por Singer (2002, p. 89) em relação ao ideal posto pelo cooperativismo não condiz com a prática.

A cooperativa possibilita compras, em comum, a preços menores e vendas, em comum, a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindicam o espaço protegido para armazenar, seguido de separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor.

Nesta mesma perspectiva, Gonçalves (2006, p. 190) corrobora:

[...] ressalta que a estruturação de cooperativas e associações objetiva romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e

comercialização com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores de papel.

Enfim, a COOTACAR não rompeu com as amarras do circuito da reciclagem. Apesar das contradições, os trabalhadores catadores de material reciclável percebem o trabalho organizado em associações/cooperativas como viés de enfretamento. Mesmo com as dificuldades encontradas na cooperativa e o descrédito por uma parte do grupo, entre estes há os que persistem na cooperativa até hoje, acreditando em mudanças na realização do trabalho e na renda por meio do cooperativismo.



FOTO – 13 Sede da Cooperativa COOTACAR de Cascavel – Paraná
Foto: Solange Queiróz Ribeiro

Apesar de serem mínimas as conquistas no que diz respeito às condições de trabalho e renda, os catadores permanecem seguindo o ideal cooperativista, como maneira de retirá-los da condição em que estão inseridos.

São aceitáveis as contradições que acompanham as cooperativas de recicláveis, bem como as contradições que acompanham a representação nacional dos catadores, pois o sistema em que estão inseridos os coloca em condições que não permitem retirá-los definitivamente de tais dependências e desvios de seus objetivos.

No entanto, algumas formas organizativas fogem de sua essência, obedecendo a uma racionalidade do capital, que é até aceitável, pois o próprio sistema capitalista é contraditório obrigando as formas organizativas a se redefinirem. Mesmo que os catadores de papel estejam trabalhando organizados em associações/cooperativas ou desenvolvendo atividades individuais, eles não possuem carteira assinada com os direitos trabalhistas correspondentes, como; décimo terceiro salário, férias entre outros

benefícios. Essa é a realidade dos catadores do município de Cascavel e das demais regiões brasileiras.

3.4 A formação dos Comitês Regionais na região Oeste do Paraná e a possível territorialização do MNCR nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel

A proposta de formação de comitês regionais pelo MNCR tem por objetivo criar um espaço de socialização num processo contínuo de aprendizado e trocas de informações, entre os grupos de cooperados de uma mesorregião, ou grupos dentro do espaço urbano.

Essa organização para o fortalecimento da comercialização em redes é entendido como espaço de socialização de informações políticas, contribuindo num contínuo processo de aprendizado, gerador de militância que fortalece as organizações sociais em grupo de uma determinada região. E assim, cria-se o movimento de espacialização e territorialização.

Porém, o que percebeu-se na região Oeste do Paraná é que esse espaço interativo e comunicativo está muito aquém das expectativas do movimento, os comitês encontram-se em processo de reestruturação, mingando, assim, o ideal proposto pelo MNCR.

A formação dos Comitês Regionais de Catadores dos municípios, aqui apresentados, é incipiente. A partir do I Encontro Estadual de Catadores (as) do Estado do Paraná, ocorrido na cidade de Faxinal do Céu – Pinhão, em 2010, conforme apontado por liderança do MNCR, em que os catadores começaram a formalizar os Comitês Regionais. Entretanto, os catadores de Foz do Iguaçu já tinham relação com o MNCR e, em Cascavel, os catadores já haviam participado de eventos de catadores em São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais.

O movimento possui seu procedimento e, para a consolidação dos Comitês Regionais, foi estabelecido um calendário de reuniões ocorridas no mês de junho de 2011. Porém, neste período, os comitês não foram reestruturados, como colocou a representante do MNCR do Oeste paranaense, situação já descrita no primeiro subitem desse capítulo, simplesmente consolidando o Comitê Regional de Marechal Cândido Rondon e Região, enquanto que o de Cascavel e Foz do Iguaçu ainda encontram-se em processo de reestruturação.

A consolidação do Movimento ocorre por meio das bases orgânicas e dos Comitês Regionais, principalmente através de visitas das lideranças nacionais com os demais membros das cooperativas em determinados territórios do espaço geográfico brasileiro, meio pelo qual o catador tem conseguido avanços importantes.

No caso apresentado, a não consolidação dos Comitês Regionais de Catadores pode ser entendida pela resistência precária dos grupos, os quais não estão politicamente fortalecidos, marcado pelas dificuldades de mobilização dos catadores, pelas condições precárias de existência e pela falta de recursos.

O trabalho de base na região foi organizado por militantes que vieram de outro lugar. Por exemplo: um catador (militante) de outro grupo, organizado há mais tempo, que se desloca para outras regiões do país para trocas de experiências. Mas, entre os grupos estudados, a construção de um espaço de socialização política para as trocas de informações pelo MNCR é “inexistente”, pessoas que vieram de outro lugar/região estiveram com os catadores apenas uma vez, a falha está na ineficiência do próprio Movimento ou também pode ser explicada pela falta de interesse dos catadores em participar da militância. Contudo, Gonçalves (2006, p. 265) que em sua pesquisa analisou o processo de formação dos Comitês Regionais no interior do estado de São Paulo, região do Oeste paulista, acrescenta que,

A maior dificuldade para a mobilização dos catadores na região é a falta de estrutura para comunicação e troca de informações, além das próprias condições financeiras dos grupos organizados, que têm dificuldades para custear o deslocamento dos seus membros para a participação nas reuniões.

O que Gonçalves tem interpretado no interior do estado de São Paulo coaduna-se com o que observou-se no caso das cooperativas estudadas e vem a dialogar com os catadores de Cascavel e Foz do Iguaçu que, além da fragilidade política, eles têm a carência de recursos financeiros para custear os gastos. Como a maior comunicação dos catadores com o movimento ocorre, principalmente, via participação em eventos organizativos, em outros municípios e estados essa comunicação tem sido prejudicada, mingando o fortalecimento dos grupos e as trocas de informações. Para Gonçalves (2006, p. 262):

A falha nessas trocas, a dificuldade dos trabalhadores das cooperativas e associações participarem das reuniões, mesmo as regionais, são elementos que dificultam o estabelecimento de agendas políticas

exequíveis, daí a necessidade de se estruturar uma rede organizada na tentativa de diminuir essas dificuldades. A constituição dessa base é fundamental para que o MNCR fortalece-se e ganhe legitimidade para agir em nome dos trabalhadores catadores.

É nesse sentido que os Comitês Regionais comparecem, enquanto elementos políticos e estratégicos fundamentais na organização e estruturação da dimensão territorializante do MNCR. Os comitês caracterizam-se num importante meio de continuidade das lutas após a organização do trabalho nas bases orgânicas. E nessa perspectiva que se entende que a organização do trabalho em cooperativas deve ser compreendida a partir da luta e resistência dos trabalhadores catadores, sendo, num momento, uma tentativa de minimizar o grau de miserabilidade dos catadores, tendo também, um conteúdo político-ideológico (RIBAS, 2004).

Para os atores sociais, através dessas associações/cooperativas vislumbra-se a eliminação de etapas intermediárias na comercialização direta com as indústrias recicladoras. Essa é uma situação que se generalizou no Brasil após a formação do MNCR em 1999, inclusive em Cascavel e Foz do Iguaçu.

Essa iniciativa coletiva constitui a construção de uma identidade política, o que deu maior respaldo à luta pelo reconhecimento econômico, social e político. É nessa lógica que Lima (s/d, p. 4) compreende:

[...] é assim que a presença do MNCR como uma organização desses trabalhadores, num processo constante de tensão entre as esferas da emancipação e da regulação, tem forjado uma identidade coletiva que vem contribuindo para a visibilidade, não apenas dos catadores enquanto cidadãos que desenvolvem um papel social imprescindível, mas também de mudanças mais profundas (e complexas) no seio da sociedade brasileira.

O descontentamento em relação ao contexto social e econômico em que a atividade de catação de reciclagem está inserida, a relação entre intermediários e catadores se configura, muitas vezes, num fator motivador das insatisfações dos catadores.

É nessa perspectiva que se ressalta a importância da formação de cooperativas, ainda que, com suas contradições, meio pelo qual os catadores podem forjar o Estado a criar políticas a seu favor. Embora isso não signifique a quebra da hegemonia da sociedade capitalista, implica alguns ganhos àqueles que os entendem como mecanismo de amenizar em partes a precariedade do trabalho. Essa situação foi narrada pelos

catadores, que entendem que o trabalho na cooperativa permite buscar políticas públicas favoráveis às suas causas.

Seguindo este contexto, a proposta de articulação em redes entre as organizações de um mesmo movimento é semelhante à inserção mercantil, os trabalhadores articulam a comercialização dos resíduos entre nós e redes como saída para a manutenção de sua sobrevivência e para se retirarem do processo de subordinação.

Para Movimento, não se trata de entender isso como política de mercado, mas como mecanismo que garanta ganhos maiores aos principais atores da reciclagem.

A racionalidade utilizada pelo movimento não significa apenas a inclusão dos catadores no mercado da reciclagem além do discurso ambiental adotado, mas também o direito de comercializar os produtos diretamente com as indústrias de reciclagem, além da conquista da consciência política e da cidadania.

Enfatizado, o comércio em redes via cooperativas não significa entender apenas a inserção na lógica mercantil, pois esta prática transforma em um importante espaço de debates, diálogos e trocas de experiências entre os membros, meio pelo qual o cooperado adquire novos valores e a nova identidade política. E, a isso, somam-se as forças políticas na organização do trabalho e na agregação de novos indivíduos ao MNCR. São esses mecanismos que os catadores necessitam buscar, tática que tende a melhorar e favorecer-los no momento de comercialização dos recicláveis.

Não há estudo mais aprofundado que confirma o interesse imediatista do Movimento, há apenas elementos que, de forma implícita, levam a este entendimento. Porém, a busca da organização via rede não significa imediaticidade, visto que os catadores terão que organizar/fortalecer politicamente para o enfretoamento com os intermediários e as indústrias, cuja luta está em um processo contínuo.

Ademais, os objetivos do Movimento contemplam resultados mais amplos: não basta só resolver o próprio problema da formalidade do trabalho, é preciso promover com as lideranças, um espaço de socialização política, para formação de novas lideranças e experiências, desenvolvendo a organização, espacialização e territorialização. (FERNANDES, 2000).

Desta forma, aglutinado novos catadores na luta contra a autoexploração do trabalho, embora a formalidade não signifique o fim da exploração, mas coloca em uma situação mais privilegiada do que aqueles que atuam informalmente, garante em partes alguns direitos mínimos.

A respeito da tática de organização em redes, mecanismo usado pelo MNCR, observa-se no texto extraído do material de formação do próprio movimento:

Não estamos apenas pensando em avançar na cadeia produtiva e criar redes de comercialização para competir de igual para igual com os grandes aparistas e/ou romper com eles; se pensarmos dessa forma estaremos distorcendo o nosso objetivo estratégico. Organizar redes deve ser a tática usada pelas associações/cooperativas, grupos de catadores para melhorar sim um pouquinho o ganho da venda dos materiais recicláveis, mas sem esquecer que estamos organizando um sujeito que de fato presta um serviço à sociedade, os catadores de materiais recicláveis, que trabalham sem reconhecimento e valorização deste serviço prestado. Pensar simplesmente em enfrentar o mercado é caminhar contra a inclusão de catadores, os chamados de informais, individuais, desorganizados, etc. A força da comercialização em rede de cooperativas, ou até mesmo o avanço na cadeia produtiva, ou seja, o pré-beneficiamento ou até mesmo a industrialização de materiais não pode estar separado da luta na manutenção dos catadores nas ruas, seu reconhecimento e valorização (MNCR, 2010, p. 7).

Em suas linhas de atuação, o MNCR não descarta a atuação em nível de mercado, no entanto, não se restringe a ela. Porque, para este movimento a atuação em nível de mercado representa uma tática a ser utilizada, e não compõe a estratégia de inclusão defendida pelo MNCR (OLIVEIRA, 2010).

Como é praticamente quase impossível os catadores concorrerem de igual na cadeia produtiva com as grandes indústrias, trabalhando fora da lógica da comercialização em redes, inserção dos catadores fica inviável, e o Comitê Regional aparece como uma das alternativas. Surge, então, como estratégia política para os catadores, colocar no mercado maior quantidade de produtos para conseguir melhores preços, agregando valor aos produtos.

Para tanto, se essa estratégia for simplesmente pensada na lógica mercadológica, estarão contrariando os princípios do MNCR, que prega a solidariedade entre eles e a cooperação mútua, usando dessa prática o Movimento estaria contradizendo seus próprios objetivos. A política de inclusão dos demais catadores ditos informais, individualizados e desorganizados etc., no contexto de um projeto alternativo de sociedade que tem como ideal o reconhecimento do trabalho e na implantação de políticas públicas que busca sensibilizar a sociedade de um modo geral na inclusão destes sujeitos em outro contexto da economia a anticapitalista.

Os princípios e objetivos do movimento têm como plano incluir todos os catadores, partindo desta concepção estaria excluindo-os, ou seja, dificultando ainda mais a condição de existência destes trabalhadores ditos individualizados.

Nesse sentido, Oliveira (2010) salienta,

[...] o sucesso de mercado que algumas organizações de catadores venham a obter pode representar uma forma de concentração de riquezas sem que a mesma possa ser redistribuída ao conjunto desta categoria. O que não amenizaria os tencionamentos próprios à referida questão social, mas poderiam ser constituídos novos conflitos e divisões neste contexto. Apesar disto, o sentido mercadológico ainda persiste para muitos atores que pretendem encaminhar propostas e soluções de cunho social no âmbito da reciclagem. (p. 90).

A concepção do pensamento mercadológico para um modelo alternativo que busca comercializar os produtos em redes não significa que isto está pautado na concepção capitalista. O ideal persiste na busca de melhorias aos sujeitos envolvidos na catação, a comercialização dos resíduos sem estratégias de fortalecimento em grupos é bem provável que os catadores fiquem para “sempre” em condições de trabalhadores dependentes e miseráveis.

Portanto, a substituição do pensamento mercadológico para uma lógica anticapitalista necessita de longo processo de reflexão, sendo que os indivíduos oriundos de um sistema capitalista de produção trazem consigo essa noção, seja no âmbito da reciclagem ou em outros modelos alternativos de mudanças sociais.

Verifica-se que muitos dos “catadores” continuam com práticas de individualismo, e apontam a falta de solidariedade e de união por parte de alguns dos cooperados como sendo um dos empecilhos para ir além da formação da cooperativa.

A respeito da problemática que envolve a atividade da catação, Gonçalves (2006) faz alguns apontamentos sobre a importância do trabalho organizado em grupos. Para o autor a organização coletiva pressupõe perceber a potencialidade da ação política conjuntura para o enfrentamento de situações políticas e sociais que afrontam, marginalizam e destroem a dignidade humana.

É nessa perspectiva que o movimento (apesar de suas contradições) incentiva a articulação entre cooperados de diversas cooperativas como espaço de consciência política, e a busca de melhoria para os atores sociais ligados a reciclagem. Isso não significa, no entanto, livrar-se da subordinação e exploração do capital, pois as grandes

empresas recicladoras é quem mantêm o controle do mercado da reciclagem, apoiado no projeto neoliberal de livre comércio e livre mercado, subsidiada pelo Estado.

A importância da articulação está pautada na venda direta às indústrias com pré-beneficiamento dos resíduos, agregando valor aos produtos, sem a interferência de intermediários, sucateiros, aparistas dentre outros, o que se converte em ganhos maiores aos catadores, mas com grandes dificuldades.

Para aqueles que atuam na atividade de forma individual, essa lógica torna-se ainda mais perversa. A venda dos produtos está atrelada diretamente aos intermediários que compram dos catadores, acumulam um montante e repassam às grandes indústrias. Assim, no final de todo o processo ganham os intermediários, enquanto os trabalhadores catadores apenas reproduzem sua força de trabalho.

Ressalta-se que as condições materiais dos catadores dificultam ainda mais à manutenção de sua existência, assim o apoio do Estado seria importante, principalmente dos órgãos municipais, na implantação de políticas públicas, a exemplo do programa de coleta seletiva, sob a condição de que essa política não venha a sofrer interferência de pessoas ligadas indiretamente ao negócio dos trabalhadores catadores.

Essa ação contradiz o objetivo do MNCR, a contratação das cooperativas para a limpeza pública urbana, entendido como uma terceirização da força de trabalho dos catadores pelo próprio Movimento como maneira de continuar a manutenção das existências sociais dos trabalhadores catadores.

Como no caso de Cascavel, a prefeitura pretende implantar projeto de coleta seletiva “*coleta seletiva legal*” no município, administrado por uma empresa terceirizada. Segundo a Secretária do Meio Ambiente, 75% do lucro ficaria com a prefeitura para pagar estagiários que atuaram na sensibilização da população, sobre a importância da separação dos resíduos sólidos, dos materiais recicláveis e, o restante, 25%, ficaria com a COOTACAR. Este repasse, no entanto, ocorrerá de acordo com o aumento de catadores na cooperativa.

Além da problemática que envolve os catadores e as prefeituras, há a disputa territorial entre trabalhadores organizados e não organizados por lugares específicos, que aparentemente tende a apresentar maior quantidade de recicláveis disponibilizados pelos comerciantes, lojistas e moradores (a área do núcleo urbano). Como já apontou-se anteriormente, o trabalho coletivo desenha um quadro de disputa territorial entre os catadores cooperados e os não cooperados. Essa situação aparece em diversos

municípios brasileiros e em Cascavel e Foz do Iguaçu não é diferente. Contudo, complementamos com Gonçalves (2006):

[...] o serviço de coleta ao ser implantado acaba sempre entrando em conflitos com a coleta (des) organizada de outros catadores que já atuam no espaço urbano como, por exemplo, os carrinheiros, desenhando aí um quadro de competição entre os trabalhadores da cooperativa e os catadores individualizados. (p.195).

Os trabalhadores catadores organizados sob o trabalho coletivo têm/continuam enfrentado percalços na busca de melhor inserção social. A possibilidade da coleta seletiva organizada aparece como uma maneira de minimizar a precariedade do trabalho, além disso, há a uma probabilidade de aumento da renda obtida, e a segurança do direito de coletar o “lixo”. Assim, os catadores mantêm-se empregados, mas agravam a disputa territorial com seus pares. Seguindo essa lógica, Dagnino (2004) ressalta:

[...] podemos entender que a simples constituição de associações, unidades de triagem, centrais de comercialização, entrepostos regionais e usinas de beneficiamento são passo importantes como alternativas viáveis para a valorização do trabalho dos recicladores, favorecendo o rendimento econômico e a melhoria de condições ambientais. (p. 104).

Ainda que o verdadeiro interesse da estruturação desse tipo de negócio esteja relacionado, principalmente, ao controle dos trabalhadores, e seja alvo de políticas públicas como forma de amenizar os problemas sociais, essa forma de realização da atividade traz alguns benefícios, como a valorização do trabalho (aumento da auto-estima), o sentimento de reconhecimento e de valorização enquanto cidadão, pelo importantíssimo papel que desempenham na sociedade.

Por outro lado, os catadores enfatizam “*somos tratados como qualquer outro trabalhador (da indústria, do comércio, entre outros) e não como eram vistos pela sociedade como; vagabundos, marginais, invasores de seus territórios*” (Entrevista realiza em agosto de 2011)⁵⁵.

Assim, a idéia de se fortalecerem em grupos está pautada, sobretudo, na lógica política econômica e social, na “autonomia”, sem a interferência de atores externos em seus negócios.

⁵⁵ Fonte: trabalho de campo.

O MNCR se caracteriza por ser um Movimento reivindicatório de luta pelos direitos históricos negados, os trabalhadores catadores, e através de ações políticas, adquirem novas experiências. Além disso, se desdobram em novas ações políticas, desenvolvendo lutas e forjando o Estado a realizar projetos de inserção social, garantir infra-estrutura, dentre outros.

O reconhecimento da profissão e as políticas sociais alcançadas até o momento, são conquistas obtidas por meio da organização do trabalho, com as mobilizações e reivindicações junto ao movimento.

Para tanto, os catadores do Oeste Paraná estão lutando por um conjunto de políticas em seu favor, o que causa rejeição entre os empresários (proprietários de negócio, principalmente localizados nos núcleos urbanos das cidades). Para estes, a imagem dos catadores prejudica seus empreendimentos imobiliários e, como forma de "amenizar" os conflitos, o Estado reprime os catadores, os pressiona se concentrarem em áreas localizadas nas periferias das cidades. Ou seja, as políticas públicas apresentadas pelo Estado são para atenuar os conflitos entre catadores e sociedade de modo geral, retirando-os de lugares específicos da classe dominante.

Apesar das conquistas com a organização, há obstáculos/barreiras a serem enfrentadas ainda. O modelo de coleta seletiva atual, com inclusão social, não possui consistência suficiente que garanta aos catadores uma seguridade social e econômica.

Os grupos dominantes temem que a imagem da cooperativa cause desvalorização de seus imóveis, a perda de clientes de lojas e supermercado etc., pois ao comparecer em cena pública, mobilizando contra a opressão da classe hegemônica, fortalece as ações dos catadores e, com isso, tornam-se uma ameaça ao poder dos "megaempresários" da reciclagem.

Assim, torna-se interessante o fortalecimento do movimento proveniente das experiências históricas vividas, que proporcionará conquista aos catadores. O projeto de implantação para a coleta seletiva é um exemplo, apesar de que estas conquistas são pouco significantes nos municípios estudados, os catadores vêm lutando para que isso seja concretizado. A repressão aos catadores, contra a mobilização e reivindicação de seus direitos é uma evidência de ameaça à lógica destrutiva do capital.

Os atos públicos, como proposta de mobilizar e sensibilizar a sociedade, de um modo geral, da importância do trabalho que os catadores desempenham na sociedade, diminuem ônus maiores para os poderes públicos e contribuem indiretamente ao meio ambiente.

Isso não é suficiente para convencer o Estado e os empresários da importância da formação de cooperativas, de estruturar os grupos em redes e da organização do trabalho coletivo, as prefeituras contrariam o negócio dos catadores (MNCR, 2010). O que ocorre é que o Estado está sempre a favor de uma determinada classe, e organização do trabalho dos catadores em cooperativas não é um elemento fundamental para o aumento de reprodução ampliada do capital, os catadores, tidos individualizados (trabalho), também se constituem como elementos estimuladores da mais valia absoluta.

Os catadores organizados não deixam de ser importantes no processo de extração de mais valia. Os esforços de capacitação e a modernização tecnológica da atividade permitem ao capital extrair mais valia relativa e absoluta, eis a contradição do Movimento que coloca os próprios catadores no enfrentamento da luta de classe.

O cotidiano de trabalho, marcado por conflitos e tensões entre trabalhadores, comerciantes, lojistas, moradores etc., no qual o Estado busca controlar a massa de trabalhadores por meio de programas governamentais, mesclados ao discurso de geração de renda e emprego. Essa política que tem como estímulo amenizar os conflitos, no qual empresários enxergam esses indivíduos como “figura” que atrapalha seus negócios, tanto pela sua imagem, como a invasão de seus territórios após a valorização dos resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis que possuía valor de uso obteve valor de troca.

E imprescindível ressaltar em documentos do MNCR as conquistas para a categoria, a exemplo de situação de inclusão social. Mas, lembrando, há grande dependência do Movimento por políticas públicas, e fortalecimento enquanto movimento social organizado, o trabalho de base do movimento não é suficiente para politizar os catadores como um todo.

Por outro lado, a estrutura construída nas últimas décadas com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, reforça as práticas individualistas. A grande maioria dos catadores está inserida em regiões com processo de formação política sem processo histórico de lutas de classes, como é o caso da região Oeste do Paraná, dificultando e fragmentando ainda mais o fortalecimento do mesmo.

Além da dependência de subsídios governamentais impossibilitando superar a exploração e a opressão capitalista, não basta à organização em cooperativas. Os catadores como classe, necessitam lutar politicamente para as conquistas das transformações políticas, econômicas e sociais que os retirem da condição de subordinação e exploração do metabolismo reprodutivo do capital. Porém, o movimento

“compreende a dependência como forma de defender sua autonomia plena reivindicam subsídios governamentais temporários que viabiliza seu acesso ao trabalho formal” (MNCR, 2010).

Outra questão que se aponta é a característica do MNCR, movimento social reivindicatório pautado nos princípios da economia solidária, que coloca desafios a realizar práticas sustentáveis no mercado capitalista.

Destaca-se que a organização e a territorialização do MNCR nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu está em fase incipiente. Não há uma autonomia política por parte do Movimento que contribua para a organização e territorialização do MNCR nos municípios, que não seja embrionária.

Relembra-se que o MNCR é resultado de uma proposta política da Igreja Católica com a ajuda de entidades de apoio, bem como a organização dos catadores em cooperativa/associação que é anterior à estruturação do Movimento, sendo que a organização política dos catadores vem de um processo histórico marcado de dependências e de entidades religiosas e governamentais, tanto de recursos, como de apoio na organização política, social e econômica.

A fragilização do movimento não só resume as amarras das entidades de apoio, a fragilidade em que se encontra o Comitê Regional - responsável pela divulgação e fortalecimento do MNCR - na região, mas contribui, também, para a não territorialização do movimento de forma materializada. O MNCR, enquanto movimento social organizado necessita ir além da formação dos comitês para que a luta dos trabalhadores não seja minguada com a desorganização oriunda do próprio Movimento e dos catadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os catadores de resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis, no Brasil – sobretudo os organizados em associações/cooperativas, e, em via de articulação com o MNCR – nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel, vêm enfrentando grandes desafios: a precariedade estrutural do trabalho, que fragmenta as lutas, a subordinação no mercado de reciclagem, frente aos ditames das indústrias recicladoras que mantém todo o controle dos preços e da comercialização dos recicláveis no mercado, a falta de capital de giro, os discursos ambientais que cria novas roupagens sobre o trabalho de catação, que mascara a precariedade do trabalho e da vida dos trabalhadores catadores, embora a imagem apregoada seja outra, de empreendedores donos do próprio negócio.

A política que o governo propõe para a categoria cria a perspectiva de que todos são iguais na sociedade, todos podem ser patrões. Entretanto, na verdade as políticas públicas voltadas aos catadores obscurecem a realidade vivenciada dos mesmos, subordinados ao próprio sistema que o “excluiu”, deixando dúvidas a respeito dos incentivos do Estado, na organização dos grupos.

Na condição de “autônomos”, os catadores terão que arcar com seus próprios custos, ficando a cargo do catador manter a si mesmo, com a renda obtida de seu “empreendimento”. Porém, o discurso apregoado vem contra a realidade vivenciada, eles apenas conseguem manter sua sobrevivência de forma miserável.

Em tese a organização do trabalho permitiria formalizar a atividade, garantir o pagamento do INSS, de fato não é isso que vem ocorrendo entre os dois grupos de catadores. A renda obtida como já mencionado não garante uma vida de forma digna, nem tão mesmo são donos de seu próprio negócio. Ficando estes trabalhadores catadores a mercê da própria sorte ou de recursos governamentais quando chegarem à idade de se aposentarem por tempo de serviço, ou em caso de adoecimento.

Para tanto, os princípios do cooperativismo não são seguidos, em razão de diversos fatores, como; os conflitos entre os membros, a interferência de órgãos externos, dentre outros. A preocupação de entidades envolvidas com a causa dos catadores, como a sua organização em cooperativas, torna-se uma “preocupação”, das entidades externas, mas, de fato, o sensacionalismo ambiental que envolve a catação de material reciclável, mascara a condição de vida e de trabalho dos catadores.

Esse discurso tem ganhado força a partir do momento em que os resíduos sólidos tomam um viés ambiental, no entanto, a questão social não é levada muito em conta ou quando é abordada, é tratada de forma muito superficial, em forma de discursos ambientais para desviar o foco da situação de milhares de trabalhadores que sobrevivem do trabalho de catação.

Verificou-se que alguns estudiosos compreendem a cooperativa como lugar de transformações na forma que o trabalho dos catadores é realizado e organizado. Outros, porém, compreendem que a cooperativa está longe de ser uma resistência contra a ofensiva do capital, pois as transformações ocorridas, nos últimos anos, são mínimas, apenas na forma que a atividade é organizada e realizada e não necessariamente na estrutura do circuito econômico da reciclagem, à qual as cooperativas estão subordinadas. As cooperativas seguem as ordens impostas pelo capital, contradizendo o que é apregoado pelo cooperativismo, que é inerente do próprio sistema capitalista de produção.

As mesmas não conseguem competir em igualdade com os intermediários que possuem melhor estrutura física e capital de giro que dá toda a sustentabilidade financeira ao negócio dos intermediários, sem necessariamente depender de entidades externas. Os catadores, ainda, dependem de entidades governamentais e religiosas, sem ajuda externas provavelmente as cooperativas não conseguirão manterem-se ativas.

Neste contexto, as cooperativas de reciclagens estão (re)criando postos de trabalho precários, com a auto-exploração dos trabalhadores catadores envolvidos, sem vínculos empregatícios. Isso significa a perpetuação da exploração do homem pelo próprio homem, como em qualquer empresa capitalista, ou seja, há uma hierarquia em todo o processo que envolve os resíduos recicláveis, desde a catação até transformação dos resíduos pelas indústrias.

Ademais, nas cooperativas há hierarquia, os catadores, por sua vez, estão subordinados às ordens da Presidente da cooperativa e de coordenadores, que os tratam como enquanto seus empregados, aos quais seguem as ordens de “seus patrões”.

Nem mesmo a ajuda financeira de entidades externas, a exemplo da Prefeitura e da Ongs Caritas, com intuito de inclusão social e geração de renda para pessoas em situação de empobrecimento, tem alterado o quadro no qual os catadores estão inseridos.

Na verdade, as cooperativas de reciclagens sejam a COOTACAR e COAAFI surgiu de um contexto de subordinação as Prefeituras dos referidos municípios, com propósito de fortalecimento dos grupos de catadores.

Diante deste contexto, de precariedade, exploração e subordinação dos catadores, o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável busca territorializar-se contra a territorialização hegemônica do capital, em resposta à precariedade do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, para que estes trabalhadores catadores tenham a inclusão social de forma menos precária.

O MNCR propõe o trabalho dos catadores por meio do cooperativismo, pautado nos princípios da economia solidária, meio pelo qual os catadores poderão formalizar a atividade e garantir políticas a seu favor, porém, com suas contradições.

Apesar das políticas governamentais dos últimos anos estarem a favor dos catadores, não houve transformações que colocassem os trabalhadores em uma condição de trabalho mais digna, que garantisse, por exemplo, os direitos trabalhistas consagrados ao emprego formal.

O movimento tem desenvolvido ampla luta no contexto nacional desde os finais da década de 1990 até os dias atuais. Embora, a ação do movimento não tenha alterado de forma mais expressiva as políticas públicas a favor dos trabalhadores catadores, estes acreditam que o movimento poderá ir além das conquistas mínimas nestes dez anos de luta de sua existência.

Ao longo de nosso estudo sobre a territorialização do MNCR, nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, o que averiguo-se foi o desenho atual do Movimento enquanto movimento social organizado que se encontra estrategicamente fragmentado.

Ademais, os catadores estão desmobilizados e desmotivados, ou seja, sem perspectivas de lutas, embora, entre eles há catadores cuja militância política os faz crer na organização do movimento, mesmo que os resultados práticos não sejam tão efetivos. Entre eles, há cooperados que têm antipatia à representantes do movimento na região Oeste do Paraná, e aos seus pares que estão à frente da diretoria nas cooperativas.

Destaca-se, quanto ao trabalho de base do movimento com os catadores, que este não foi suficiente para fortalecer politicamente os grupos e dar continuidade ao trabalho, e a territorialização do MNCR na região de forma materializada, além disso, os militantes do movimento seguem as regras das prefeituras dos respectivos municípios.

Esse procedimento, o trabalho de base, possibilita as trocas de informações, o que fortalece a organização do Movimento, pois os catadores informados possibilita

criar estratégias de luta e construir mecanismo a partir das experiências adquirida com a formação política por meio dos debates e diálogos com outros trabalhadores catadores que estão há mais tempo organizados. Desta forma, estarão se fortalecendo contra a auto-exploração da força de trabalho dos catadores.

O que pretende-se ressaltar neste momento é que as relações postas no circuito mercantil da reciclagem pelos intermediários, pelas indústrias e a interferência de órgãos envolvidos, ou ainda, a dependência aos governos em suas diversas instâncias (federal, estadual e municipal). Além da interferência de ONGs, tanto no sentido de organização dos grupos, como no atrelamento aos recursos financeiros que sustentam tem interferido indiretamente nas estratégias política, social e econômica do movimento, ficando estes condicionados aos entraves do capital. Assim, para conseguir algum tipo de recurso, os catadores necessitam se sujeitar às condições impostas.

O MNCR nos municípios estudados não “conseguiu” construir alternativas que retirassem os catadores da condição de sujeitos submissos, fragilizados e dóceis, nem mesmo adquiriu autonomia e liberdade. Apostou nas parcerias com os governos, como a possibilidade da contratação das cooperativas para limpeza pública urbana do município, por meio de programas de coleta seletiva implantada pelos municípios, que é entendido pelo movimento como garantia de melhor condição de trabalho e renda aos trabalhadores catadores.

Desta forma, o MNCR entende que o trabalho dos catadores deve ser pago pelo governo, só assim os catadores estará recebendo pelo trabalho socialmente prestado à sociedade há anos, e ainda, ressalta que os catadores contribuem indiretamente ao meio ambiente, garantindo assim ônus menores aos cofres públicos.

Partindo dessa realidade, e do que se constatou nas entrevistas com representantes do MNCR na região e nas visitas as cooperativas, buscou-se compreender como estes trabalhadores, agindo na informalidade, em condições precárias e possuindo apenas sua força de trabalho, conseguem se auto-organizar em grupos para manter sua sobrevivência de maneira menos subordinada e explorada.

Por conseguinte, ao analisar o envolvimento político dos catadores enquanto sujeitos políticos capazes de ir além da organização do trabalho interno nas cooperativas, chegou-se a um conjunto de verificações que indicam que as cooperativas, enquanto lugar de construção de uma identidade coletiva está muito aquém do esperado pelo Movimento.

Destaca-se, o movimento propõe a formação de Comitês Regionais para o fortalecimento em grupos, todavia, aparece como mecanismo estimulador no momento da comercialização dos resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis, constituindo assim, melhores condições de renda aos principais atores da reciclagem. Entendido pelo movimento como inserção de forma mais segura no circuito econômico da reciclagem, e não como controle do mercado dos recicláveis, pois seguindo este ideal o movimento estaria contrariando seus próprios princípios, ou seja, estaria excluindo os catadores tidos informais, porém a lógica do movimento é representar todos os catadores de âmbito nacional e não excluí-los.

Destacam-se os Comitês Regionais enquanto mecanismo político e ideológico, que se constitui como elemento estratégico que formaliza um território rede para a comercialização dos resíduos, encontra-se em processo de reestruturação, o que impossibilita uma territorialização do movimento na região de forma materializada. Tal fator pode estar relacionado com a condição de existência dos sujeitos envolvidos e às amarras impostas pelas entidades externas, pois o movimento surgiu apoiado em entidades religiosas, e não da base.

Por fim, o estudo revelou que a territorialização e a organização do MNCR, nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, o grande desafio do movimento além das dependências é de caráter organizacional, destacando-se o problema de comunicação entre as bases locais e a base nacional devido ao distanciamento, marcado pela falta de recursos e pela própria organização dos catadores.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, M. do C. B. de.; CARDOSO, C. C. O.; ANTUNES, M. C. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 20, n. 1, p. 36-42, jan./abr. 2009.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo/SP: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O Continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, R. N de C. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNARDO, J. **Economia dos Conflitos Sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa:** o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BORTOLI, M, A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev. Katál.** Florianópolis. V. 12 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2009.

BOSI, A, P. Catadores de Recicláveis no Brasil: a organização capitalista do trabalho informal In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII, 2007, Recife. **Anais.** Pernambuco: UFPE, 2007.

BOSI, A, P. A difícil constituição da identidade dos catadores de recicláveis no Brasil. In: BOSI, A, P; VARUSSA, J; (Orgs). **Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos.** Cascavel, Edunioeste, 2011.

CANTOIA, S, F, LEAL, A. C. COOPERLIX: HISTORIA E IMPLANTAÇÃO. In: **Revista Formação.** V. 1, n°14, Março de 2007.

CAMBOIN, A. **A luta e a organização dos catadores de material reciclável.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/267/estados>. Acesso em 22/02/2011.

CARVALHO, R, M, A. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Assis – COOCASSIS:** espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. São Paulo, 2008. Tese de doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo – USP.

CARVALHAL, M. D. **A Dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos.** Tese. Presidente Prudente/UNESP, 2004.

CARVALHAL, M. D. O trabalho e a dinâmica do capital. **Pegada,** Revista Eletrônica: CEGeT, 2008. ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg9n.htm>.

CARVALHAL, T. B. **Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR**. Tese. Presidente Prudente/UNESP, 2009.

CATTANI, A. D. **Trabalho & Autonomia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CHASSOT, N. M. **Situação de Vulnerabilidade Social Vivenciada Pelos Catadores de Materiais Recicláveis residentes no Conjunto Habitacional Julieta Bueno, Cidade de Cascavel/PR**: Monografia em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

COLETO, L. **Catadores para atividades em londrina**. Paraná on-line, Londrina, janeiro de 2009.

CULTI, M, N; MITTI, A. H, K; TRINDADE. M. **Economia Solidária no Brasil tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**, São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAGNINO, R, S. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis. Em Porto Alegre: Sistemas de Fluxos e a (In) formalidade, da coleta à comercialização**. 2004. Trabalho de conclusão de curso em Geografia pela Universidade Federal do Rio grande do Sul – UFRGS.

DEMAJOROVIC, et. Al. Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. Disponível em WWW.anppas.org.br/encontro_anual/encontro/GT7/GT11/jacques-demojorovic.pdf. Acesso em 15/04/2012.

DIAS, S. M. **Trajetórias e memórias dos fóruns lixo e cidadania no Brasil: emancipação singulares de justiça social e governança participativa**. 2009. Tese de Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

FABRINI, J. E. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos: uma proposta política**. In: Assentamentos de trabalhadores Sem-Terra: Experiência e Lutas no Paraná, Cascavel, PR: Edunioeste, 2001.

FALCÃO, M de S. **Do desemprego à precarização – a experiência dos catadores da Associação Reciclando do Bairro Tancredo Neves, Fortaleza Ceará, antes da transformação do mundo do trabalho**, 2007. Dissertação de Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo. N. 15. P. 59-85, 2000.

FOSCHIERA, A, A. A organização e ação popular no Brasil nos anos 70 e 80: Formas de ação e matrizes discursivas. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGet, 2006. ISSN 16763025. http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg3n_especial.htm.

GERMER, C. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Revista Outubro**. nº. 14. 2ª Semestre, p. 196-214. 2006.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo:** Presidente Prudente, 2006. Tese de doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciências de Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

GONÇALVES, M. A. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGeT, 2002. ISSN 16763025 http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg3n_especial.htm.

GONÇALVES, M. A. A Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGeT, 2001. ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>.

GONÇALVES, M. A. O movimento nacional dos catadores de resíduos recicláveis no Brasil. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGeT, 2005. ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>.

GONÇALVES-DIAS, et, al. **Frames de ação coletiva:** uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil- MNCR. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia, 2010, Anais. Florianópolis: UFSC, 2010.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais:** e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo/SP: Loyola, 1999.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IKUTA, F. K. O conflito Capital X Trabalho na Metrópole de São Paulo: Reflexões a Partir da Luta Pela Moradia. In: THOMAZ JÚNIOR, A; FRANÇA JÚNIOR, B, L. (Orgs). **Geografia e trabalho no século XXI**, Presidente Prudente, 2010, p. 94-124.

Jornal Hoje. Edição nº. - Terça – feira, 14 de junho de 2006. Cascavel, Paraná.

O Paraná. Edição nº 10.937 – Quinta – feira, 29 março de 2012. Cascavel Paraná.

LIMA, C, F. **Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva.** Centro de Estudo Sociais da faculdade de economia da Universidade de Coimbra, s/d. Disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal. Acesso em 20 novembro de 2010.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukás.** 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MALAGUTI, L. M. **Crítica à Razão Informal:** a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, Vitória: EDUFES, 2000.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade:** análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Editora Átomo, 2005.

MARCELINO, P. R. P. **A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Secretaria Nacional de Economia Solidária:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em 2012.

MORAES, L; BORGES, A. **Novo Paradigma de produção e consumo:** Experiências e inovadores, Instituto polis, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Cooperativas de catadores:** A lei na prática. Chegou a hora de assumir o importante papel na gestão do lixo. Disponível em: www.cempre.org.br. Acesso em 2012.

MOREIRA, R. Trabalho e movimentos sociais no Brasil; um diálogo possível no âmbito da luta emancipação? **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGET. 2003 ISSN 16763025 ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **Essa gente vai longe...** Documentários MNCR. Parte 1.2. Disponível em: www.youtube.com.br . Acesso em 22/072010.

MNCR _ Movimento Nacional dos catadores de Material Reciclável. **Ciclo da Cadeira produtiva de reciclagem.** In: Princípios e Objetivos – Documentos do MNCR, 2006. Disponível em www.movimentodoscatadores.org.br/principiosobjetivos.aspx. Acesso em 15/11/2010.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **2º Congresso Latino Americano de Catadores (as) – Declaração final de São Leopoldo/2005.** Notícia nacional, boletim eletrônico, 20/02/2008. Disponível: <www.movimentodoscatadores.org.br> Acesso em 14/08/2010.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores Material Reciclável. **Lei resultará em mais exclusão, diz representante dos catadores.** Notícia nacional, boletim eletrônico, 20/01/2010. Disponível: <www.movimentodoscatadores.org.br> Acesso em 13/03/211.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **MNCR leva suas reivindicações ao Governo Federal.** Noticias nacional, boletim eletrônico, 04/02/2011. Disponível: <www.movimentodoscatadores.org.br> Acesso em 13/03/211.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **Encontro Regional Sul dos Catadores do MNCR foi realizado no Paraná.** Noticias nacional boletim eletrônico, 15/10/2010. Disponível <www.movimentodoscatadores.org.br> Acesso 12/03/2011.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **MNCR intensifica mobilização para garantir infraestrutura para as bases: reivindicações do movimento começam a ser atendidas.** Noticias Boletim eletrônico, 18/02/2009. Disponível:<www.movimentodoscatadores.org.br> Acesso em 13/03/2010.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **I Encontro Estadual de Catadores (as) do Estado do Paraná.** Notícias, boletim eletrônico, 20/09/2010. Disponível:<www.movimentodoscataadores.org.br> Acesso em 13/03/2011.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **O lixo nosso de cada dia: contratar catadores como prestadores de serviço pode ser uma solução.** Notícias boletim eletrônico, 25/08/2010. Disponível: www.movimentodoscataadores.org.br. Acesso em 15/08/2010.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **MNCR conquista decreto estadual para coleta em órgãos públicos do Paraná: Apesar da medida catadores ainda lutam contra a privatização em aterros.** Notícias boletim eletrônico, 21/01/2009. Disponível: www.movimentodoscataadores.org.br. Acesso em 14/04/2009.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **Ação direta do MNCR no Paraná: mobilização simultânea no Litoral na luta por direitos negados.** Notícias boletim eletrônico, 25/03/2008. Disponível: www.movimentodoscataadores.org.br. Acesso em 22/04/2010.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **O luxo e o lixo: Comitê Regional dos Catadores de Cascavel e Região – MNCR/PR.** Notícias boletim eletrônico, 10/08/2009. Disponível em: www.mnccr.org.br/artigos/luxo-e-o-lixo-1/.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem: ciclo da cadeia mostra papel dos catadores, indústria e dos atravessadores.** Notícias boletim eletrônico, 26/03/2008. Disponível: www.mnccr.org.br. Acesso em 20/09/2010.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **Catadores de Foz do Iguaçu – PR farão ato público na sexta-feira: intenção é que a ACIFI retire o pedido da liminar que suspende as exigências do TAC.** Notícias boletim eletrônico, 07/12/2007. Disponível: www.mnccr.org.br. Acesso em 29/08/2008.

OLIVEIRA, C. B. **A questão Social da Reciclável:** um estudo sobre a refletividade, desigualdade e articulação e redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

OLIVEIRA, A. P. **Cooperativa – Cooperativa de Agentes Ecológicos de Cascavel:** o percurso a uma categoria profissional organizada. Monografia em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

PEREIRA, M. C. G. **Luta por reconhecimento e desigualdade social:** uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). 2011. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, M. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites. Disponível em http://agencia.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf. Acesso em 2011.

POLISSER, S. **Cooperativa de catadores de materiais Recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/ PR (1990-2009)**, 2010. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

TAVARES, M, A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ Jr. A. O Mundo do trabalho e as transformações Territoriais: os limites da Leitura Geográfica. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGET. ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>.

THOMAZ, Jr. A. Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: THOMAZ, Jr. A. Trabalho e emergência teórico-prática da reforma agrária como instrumento de luta dos trabalhadores no Brasil. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGET, 2009. ISSN 16763025. http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg3n_especial.htm.

THOMAZ Jr. A. Reflexões sobre a práxis do trabalho e a necessidade da emancipação da classe trabalhadora. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGET, 2008. ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>.

RAFFESTINI, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2002.

RIBAS, A. D. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. Presidente Prudente: UNESP (Dissertação de Mestrado), 2002.

RIBAS, D, A. MST, Cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: THOMAZ, Jr, A; (org). **Geografia e trabalho no século XXI**, Presidente prudente, 2004, p. 8-40.

RIBEIRO, J. C. **A geografia da escravidão no território do capital**. (Dissertação de Mestrado), Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.

RIBEIRO, S. Q. **A territorialização dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável (COOTACAR) no município de Cascavel/PR**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009 (Monografia em Geografia).

SANDER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande são Paulo, 1970-80**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, R. B. O Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores governação, regulação e questão emergentes no cenário brasileiro. In: **Revista internacional Interdisciplinar Interthesis**. V.3.n. 2, jul/dez de 2006. p. 1- 40.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo/Sp: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Globalização e desempregado**. São Paulo/SP: Contexto, 1998.

SINGER, P. A Economia Solidária no Governo Federal. Disponível em www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2011.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, nº 51, 2004. p. 7-21.

WILLIAMS, R. **Infraestrutura e Superestrutura**. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Sites Consultados:

www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos. Acesso em 20/06/2012.

www.mncr.com.ogr.br. Acesso em 2010/2011.

www.mst.org.br/jornal/267/estados. Acesso em 22/02/2011.

www.polis.or/artigo/interno.asp?codigo=35. Acesso em 12/04/2011

www.mte.gov.br. Acesso em 12/04/2011.

Anexos

Anexo – 01

QUESTIONÁRIOS PARA MEMBROS DA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES CATADORES DE RESÍDUOS REICLÁVEIS DA COOTACAR E DA COAAFI DE FOZ DO IGUAÇU

Questionários aplicados em ____/____/2011.

Caracterização dos trabalhadores catadores:

01–Idade:____Sexo:____02– Qual sua posição na Família:

03–Foz do Iguaçu ou Cascavel? _____

04- Qual Município residia antes de morar em Cascavel/ Foz do Iguaçu: _____

05–Morava na cidade ou no campo? _____

06–Possui escolaridade? ____ 6.1Qual? _____

07 – Há quanto tempo trabalha na catação de resíduos recicláveis? _____ 7.1-
Quais foram os motivos que levaram a trabalhar na catação de
resíduos? _____

_____ 7.2- Qual a renda mensal? _

08–Quais foram suas ocupações antes de ir para a
catação? _____

09–Recebe algum auxílio do Governo? () sim () não. 9.9 Quais?

10–A Cooperativa recebe algum auxílio da
prefeitura? _____

_____ 10.1 A família
participa de algum projeto ou serviço assistencial da Prefeitura Municipal? Sim ()
não (). Qual o projeto ou serviço? _____ há quanto tempo?

_____Quais os membros da família?

Cooperativa:

11–Porque optou pelo trabalho coletivo?

12–Há quanto tempo e
cooperado? _____

13-Na cooperativa possuiu alguma organização em grupos, reuniões: _____ 13.1
Com qual frequência?

14- Por que participa (ou não) dessas reuniões em grupos? _____

15- Qual a sua função (possui cargo) na cooperativa? _____ 15.1- Qual sua função? _____

16 - Como é a relação do MNCR com os cooperados?

17 - O que a cooperativa quer e não consegue para os cooperados? E porque não consegue?

18- Como deve ser o trabalho dos trabalhadores catadores na cooperativa? _____

19- O trabalho na cooperativa fortalece a luta dos catadores? 19.1- E por quê? _____

20 - A família depende exclusivamente da renda oriunda da venda dos produtos comercializados na cooperativa? _____

21 - Qual o meio de transporte que utiliza para catação dos resíduos? _____

22- Participou de alguma mobilização do Movimento dos catadores? _____

22.1- Quais? _____

22. E Por quê? _____

23 - Participou de algum evento ou mobilização do movimento antes de ser cooperado? _____ 23.1Quais? _____

23.2 - A mobilização que participou foi no próprio município ou em outros Estados?

24 - Participou de outras mobilizações (MST, MNLM, MLST), antes de ingressar na catação de reciclável? _____ 24.1-Quais? _____

Anexo - 02

QUESTIONÁRIOS AOS REPRESENTANTES (MILITANTES) DA COOTACAR DE CASCAVEL E COAAFI DE FOZ DO IGUAÇU

Aplicado em -----/-----2011.

01-Como foi à aproximação com o movimento? _____

1.1-A organização existia antes da relação com o movimento? _____

02-Como é o processo de escolha das lideranças? _____

2.2 Quais dificuldades na relação com o movimento?

03- A articulação dos catadores junto ao MNCR cria perspectiva de luta? _____ Porque?

04-Qual a maior luta recente do movimento?

05-A articulação junto ao Movimento fortalece a luta dos catadores? _____

06 – Os comitês regionais têm por objetivo fortalecer o grupo de catadores na hora da comercialização. O Movimento tem conseguido alcançar seu objetivo? _____

E Porque não? _____

07 - A cooperativa tem conquistado políticas públicas seu favor?

08-O Movimento tem alcançado seus objetivos? _____

Anexo 03 - Carta de Brasília

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e

3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua renda.

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o *direito à cidade*.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001.